UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
Departamento de Contabilidade e Atuária

BUSINESS COMBINATION E CONSOLIDAÇÃO:
UMA ABORDAGEM COMPARATIVA ENTRE AS NORMAS
DOS US-GAAP, IASC E BRASIL

Zaina Said El Hajj

São Paulo

1999

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
Departamento de Contabilidade e Atuária

BUSINESS COMBINATION E CONSOLIDAÇÃO:
UMA ABORDAGEM COMPARATIVA ENTRE AS NORMAS
DOS US-GAAP, IASC E BRASIL

Zaina Said El Hajj

Orientador: Prof. Dr. Eliseu Martins

São Paulo

1999

Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Jacques Marcovitch

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Eliseu Martins

Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria

Prof. Dr. Diogo Toledo do Nascimento

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
Departamento de Contabilidade e Atuária

BUSINESS COMBINATION E CONSOLIDAÇÃO:
UMA ABORDAGEM COMPARATIVA ENTRE AS NORMAS
DOS US-GAAP, IASC E BRASIL

Zaina Said El Hajj

Orientador: Prof. Dr. Eliseu Martins

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Contabilidade e Controladoria.

São Paulo

1999

FICHA CATALOGRÁFICA

El Hajj, Zaina Said

Business combination e consolidação: uma abordagem comparativa entre as normas dos US-GAAP, IASC e Brasil/ Zaina Said El Hajj.

— São Paulo : FEA/USP, 1999.

p. 207

Dissertação - Mestrado

Bibliografia.

1.Contabilidade internacional 2.Balanço 3. Empresas -
Consolidação e fusão 4. Investimentos I. Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da USP II. Título.

CDD – 657.6

Dedico este estudo
aos meus pais
Said e Suhaila

“Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena”
(Fernando Pessoa)

AGRADECIMENTOS

Em nome de Deus, Clemente, Misericordioso.

Agradeço a Deus pela minha preciosa família, cuja compreensão e apoio permitem a realização do meu projeto de vida. A meus pais, Said e Suhaila, e meus tios, Mustafa e Taghlobie, pelo amor e dedicação. A meus irmãos, Saleh, Mohamed, Bachir e Ali, pelo estímulo na carreira acadêmica. A minhas irmãs, Laila e Fatima, pela compreensão e carinho.

Ao orientador Prof. Dr. Eliseu Martins, pelo privilégio de poder receber os seus valiosos ensinamentos, o meu muito obrigado e eterno reconhecimento pela dedicada orientação.

Aos professores e doutores Natan Szuster e Lázaro Plácido Lisboa pela enorme contribuição e apoio dedicado para o desenvolvimento deste estudo.

Aos mestres do Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Contraladoria da FEA/USP, pelos ensinamentos.

Ao Prof. Romulo Rastopirquim Ripoli pela coragem, estímulo e imprescindível orientação desde a fase inicial desta pesquisa.

Aos colegas Prof^a Dr^a Maisa de Souza Ribeiro e Paulo Roberto Lustosa do Laboratório de Contabilidade Internacional da FEA/USP; pela contribuição e compreensão.

Finalmente, à FIECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, e ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo importante apoio financeiro.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Investimentos Societários: US-GAAP.....	29
Quadro 2 – Critérios de Avaliação de Ativos e Passivos: US-GAAP.....	60
Quadro 3 – Tratamento da Diferença: US-GAAP.....	64
Quadro 4 – Investimentos Societários: IASC.....	97
Quadro 5 – Investimentos Societários: Brasil.....	127
Quadro 6 – Valor Contábil do Investimento: Brasil.....	132
Quadro 7 – Análise Comparativa dos Termos.....	155
Quadro 8 – Análise Comparativa dos Métodos de Avaliação.....	160
Quadro 9 – Análise Comparativa das Formas de Combinação Contabilizadas pelo <i>Pooling</i>	162
Quadro 10 – Análise Comparativa do Ágio e Deságio.....	164
Quadro 11 – Análise Comparativa: <i>Pooling</i> e <i>Purchase</i>	166
Quadro 12 – Análise Comparativa: Quando ou Não Consolidar.....	171
Quadro 13 – Análise Comparativa: Como Consolidar.....	187

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 CENÁRIO ATUAL.....	1
1.2 DEFINIÇÕES DE <i>BUSINESS COMBINATION</i>	1
1.2.1 DEFINIÇÃO UTILIZADA.....	3
1.3 PRINCIPAIS PROBLEMAS REFERENTES À <i>BUSINESS COMBINATION</i>	6
1.3.1 CONSOLIDAÇÃO.....	10
1.4 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	13
1.5 QUESTÃO DA PESQUISA	15
1.6 OBJETIVOS DO ESTUDO.....	15
1.6.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	16
1.7 CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO.....	16
1.8 METODOLOGIA DE PESQUISA	18
1.9 ESTRUTURA DO TRABALHO	22
1.10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23
2. US-GAAP.....	25
2.1 INTRODUÇÃO.....	25
2.2 DEFINIÇÕES	31
2.3 TRATAMENTO CONTÁBIL.....	35
2.4 <i>POOLING OF INTERESTS</i>	36
2.4.1 FORMAS DE <i>BUSINESS COMBINATION</i>	38
2.4.2 REQUISITOS	43
2.4.3 PROCEDIMENTOS GERAIS	45
2.4.4 TRATAMENTO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
2.4.5 EVIDENCIAÇÃO.....	48
2.4.6 EXEMPLO	49

2.5	<i>PURCHASE</i>	59
2.5.1	CUSTO DE AQUISIÇÃO DO INVESTIMENTO.....	61
2.5.2	DIFERENÇA EM RELAÇÃO AO VALOR CONTÁBIL DO INVESTIMENTO.....	64
2.5.3	EVIDENCIAÇÃO.....	66
2.6	<i>PUSH-DOWN ACCOUNTING</i>	67
2.6.1	EXEMPLO	69
2.7	CONSOLIDAÇÃO.....	71
2.7.1	CONSOLIDAÇÃO VERSUS MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL.....	72
2.7.2	QUANDO CONSOLIDAR	73
2.7.3	COMO CONSOLIDAR.....	75
2.7.4	EVIDENCIAÇÃO.....	84
2.7.5	EXEMPLO	84
2.8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
3.	IASC.....	94
3.1	INTRODUÇÃO.....	94
3.2	DEFINIÇÕES	100
3.3	TRATAMENTO CONTÁBIL.....	103
3.4	<i>POOLING OF INTERESTS</i>	104
3.4.1	PROCEDIMENTOS	105
3.4.2	EVIDENCIAÇÃO.....	106
3.5	<i>PURCHASE</i>	107
3.5.1	CUSTO DE AQUISIÇÃO DO INVESTIMENTO.....	108
3.5.2	<i>GOODWILL</i>	110
3.5.3	<i>GOODWILL</i> NEGATIVO	111
3.5.4	EVIDENCIAÇÃO.....	113
3.6	CONSOLIDAÇÃO.....	115
3.6.1	QUANDO CONSOLIDAR	115
3.6.2	COMO CONSOLIDAR.....	116
3.6.3	EVIDENCIAÇÃO.....	119
3.6.4	EXEMPLO	120
3.7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123

4. BRASIL	125
4.1 INTRODUÇÃO	125
4.2 DEFINIÇÕES	129
4.3 TRATAMENTO CONTÁBIL.....	130
4.3.1 CUSTO DE AQUISIÇÃO DO INVESTIMENTO.....	132
4.3.2 VALOR CONTÁBIL DO INVESTIMENTO	132
4.3.3 ÁGIO E DESÁGIO	133
4.4 CONSOLIDAÇÃO.....	138
4.4.1 QUANDO CONSOLIDAR	138
4.4.2 COMO CONSOLIDAR.....	140
4.4.3 EVIDENCIAÇÃO.....	142
4.4.4 EXEMPLO	145
4.5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152
5. ANÁLISE COMPARATIVA.....	154
5.1 INTRODUÇÃO.....	154
5.2 DEFINIÇÕES	155
5.3 TRATAMENTO CONTÁBIL.....	160
5.4 <i>POOLING</i>	161
5.5 <i>PURCHASE</i>	163
5.6 CONSOLIDAÇÃO.....	167
5.6.1 CONSOLIDAÇÃO VERSUS MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL.....	167
5.6.2 QUANDO CONSOLIDAR	169
5.6.3 COMO CONSOLIDAR.....	172
5.6.4 EVIDENCIAÇÃO.....	188
5.6.5 EXEMPLO	188
5.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	193
6. CONCLUSÃO	195
BIBLIOGRAFIA	203

RESUMO

Este estudo apresenta uma abordagem comparativa entre as normas contábeis dos US-GAAP, IASC e Brasil para as operações de *business combination* e para a consolidação das demonstrações contábeis. Define-se *business combination* de acordo com os conceitos contidos nos US-GAAP, IASC e nos pronunciamentos brasileiros para em seguida apresentar a definição adotada neste estudo. Precedendo a metodologia desta pesquisa, este estudo apresenta algumas estatísticas das operações de *business combination* e as abordagens das principais dificuldades relacionadas ao tema, assim como se levanta a questão nevrálgica para o estudo. Nos capítulos denominados US-GAAP, IASC e Brasil são tratadas as principais normas contábeis emitidas, destacando-se as definições, o tratamento contábil, métodos de avaliação, consolidação e evidenciações exigidas. Em seguida são esclarecidas na análise comparativa algumas das principais similaridades e diferenças abordadas nos capítulos anteriores. O estudo inclui uma análise dos mais significativos procedimentos de consolidação e apresenta exemplos relativos a cada entidade analisada. Finalmente, as conclusões realizadas na referida análise.

Palavras-Chave: Contabilidade Internacional, Balanço, Empresas – Consolidação e Fusão, Investimentos.

ABSTRACT

This study presents a comparative analysis among the US-GAAP, IASC and Brazilian accounting pronouncements for the transactions of business combination and for the consolidation of financial statements. It reviews the definition of business combination according to the concepts of US-GAAP, IASC and Brazilian pronouncements and, subsequently, the definition used in this study. Preceding the methodology of this research, this study offers some statistics of the transactions of business combination and gives a survey of how the main difficulties related to this subject were approached, as well as a determination of the most important issue of this study. In the chapters named US-GAAP, IASC and Brazil, the main rules of accountancy are treated, highlighting the definitions, accounting treatment, methods of evaluation, consolidation and disclosure. Moreover, in the comparative analysis, some of the main similarities and differences are cleared up that were shown in the previous chapters. This study includes an analysis of the most significant procedures for consolidation, as well as some examples related to each of the institutions that were focused on. Finally, the conclusions that were made on the basis of analysis are discussed.

Key Words: International Accounting, Balance Sheet, Enterprise – Fusion and Consolidation, Investments.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo tem a finalidade de caracterizar o cenário atual, a metodologia de estudo aplicada, o objeto de investigação, seus objetivos, delimitações, contribuições e apresentar a estrutura do trabalho.

1.1 Cenário Atual

O avanço da contabilidade na direção dos investimentos permanentes em outras sociedades tem sido um enorme desafio para os estudiosos e profissionais da área.

Recentemente o processo de globalização tem acirrado a competitividade fazendo com que muitas empresas decidam estrategicamente pela associação, coligação ou controle de outras empresas a fim de cumprir a missão e garantir a sobrevivência. Nesse contexto, houve um aumento crescente das operações denominadas internacionalmente de *Business Combination*.

1.2 Definições de *Business Combination*

Segundo BEAMS (1996:1), *Business Combination* é uma união de entidades de negócios que se apresenta como alternativa para expansão ou desenvolvimento e que, freqüentemente, oferece vantagens para todas as entidades combinadas bem como para seus proprietários.

De acordo com o conceito contábil norte-americano¹ refletido no parágrafo 1 do *Accounting Principles Board Opinion Nº 16* (APB 16), uma *Business Combination* ocorre nas seguintes circunstâncias:

A business combination occurs when a corporation and one or more incorporated or unincorporated business are brought together into one accounting entity. The single entity carries on the activities of the previously separate, independent enterprises.

O conceito acima enfatiza uma única entidade contábil e a independência das empresas existentes antes da união. Dessa forma, existe a predominância do conceito econômico sobre o jurídico, uma vez que uma ou mais entidades combinadas podem ou não permanecer juridicamente separadas.

No parágrafo 9 da norma internacional² *International Accounting Standard – IAS 22, Business Combination* é definido como a união de empresas separadas em uma única entidade econômica, sendo o resultado da união de uma empresa a outra ou a obtenção de controle por parte de uma empresa sobre os ativos líquidos e as operações de outra empresa.

No Brasil não existe norma nem um termo específico para *Business Combination*. Atualmente, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão subordinado à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ), a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda

¹ Apesar de o Canadá e México pertencerem geograficamente à América do Norte, considera-se para fins deste trabalho a denominação “norte-americano(a)” referindo-se especificamente aos Estados Unidos.

² Este estudo adota a expressão “normas internacionais” para as normas emitidas pelo IASC – *International Accounting Standards Committee*.

(SEAE/MF), as empresas de consultoria, as empresas de auditoria e a imprensa têm utilizado a expressão “operações de fusões e aquisições”. Entretanto, de acordo com a legislação societária a união de empresas abrange a aquisição de controle, as operações de fusão e incorporação.

O artigo 227 da Lei nº 6.404/76 define incorporação como "a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações", e o artigo 228 define a fusão como "a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações". Os artigos 254 a 256 abordam a alienação de controle da companhia aberta, sendo que o ponto principal refere-se ao tratamento equitativo para os acionistas minoritários. A aquisição de controle mediante oferta pública de companhia aberta é tratada nos artigos 257 a 264.

Pode-se concluir que a utilização do termo "fusões e aquisições" é adequada uma vez que a operação de incorporação corresponde a uma forma específica de aquisição, ou seja, a investidora adquire 100% dos ativos líquidos da investida.

1.2.1 Definição utilizada

Neste estudo a expressão “*Business Combination*” indica a ocorrência de uma transação econômica em que uma empresa obtém controle sobre outra, independentemente da forma legal de como o controle é obtido e da forma resultante da empresa(s) remanescente(s). Abrange as aquisições de participações societárias com a obtenção de controle com ou sem as operações de incorporação e fusão.

Nesse contexto, ressalta-se a predominância da essência econômica sobre a forma jurídica nessas transações uma vez que, de acordo com a realidade econômica, a sociedade controladora e a controlada operam como se fossem uma só ou como se uma complementasse a outra.

Logo, de acordo com a definição utilizada, o aspecto fundamental para o reconhecimento das operações de *Business Combination* é a obtenção de controle, independentemente da forma jurídica da transação.

Essas operações normalmente abrangem valores materiais e têm características complexas exigindo julgamentos para a aplicação do procedimento contábil adequado. O crescimento mundial do número dessas operações e o volume de recursos envolvidos são expressivos.

Nos Estados Unidos, segundo relatório da *Securities Data*³, desde o início de 1995 até o início de 1998 ocorreram 27.600 operações, surgindo a denominação “mergermania”. No mesmo relatório é afirmado que apenas no primeiro semestre de 1998 essas operações atingiram a soma recorde de US\$ 931 bilhões. Esse valor é superior ao do ano de 1997, quando as transações atingiram o maior volume até então, no montante de US\$ 926 bilhões.

No Brasil o incremento do número desse tipo de operação tem sido também acentuado. Segundo NEUMANN (1998:B4), o Relatório Mundial sobre investimentos (World International Report - WIR/98) divulgado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) afirma que entre 1992 e 1997 foram realizadas 600 operações de fusões e aquisições nesse país, sendo que 61%

³ Publicado no Jornal "O Globo" em 2 de julho de 1998.

dos compradores foram investidores externos (principalmente da América do Norte) e 59% das transações foram de empresas industriais. O investimento externo é crescente para comprar empresas que estão em operação. Em 1996 o Brasil recebeu US\$ 11,1 bilhões em investimentos diretos de multinacionais, dos quais 28% (US\$ 3,108 bilhões) foram dirigidos para compra de empresas. Em 1997 o volume de investimento externo chegou a US\$ 16,3 bilhões, dos quais 63% (US\$ 10,269 bilhões) foram para fusão ou aquisição do controle de companhias brasileiras.

Conforme o relatório realizado pela KPMG⁴, até o terceiro trimestre de 1998 foram realizadas 280 operações de fusões e aquisições. Esse número é aproximadamente igual ao do ano de 1997. Os setores que mais receberam esse tipo de investimento foram, respectivamente, o de telecomunicações (impulsionado pelas privatizações), alimentos e bebidas.

O crescimento das operações de *Business Combination* é devido a fatores como a entrada de investimentos internacionais de risco aplicados na compra de empresas, os efeitos da abertura de mercado que obrigam as empresas a buscar sócios ou parceiros com tecnologia ou capital e a ausência de interesse de determinados herdeiros em manter o controle da empresa.

Outros fatores são também citados por BEAMS (1996:3-4), relatando algumas razões que levam as empresas a optarem pelas operações de *Business Combination* em vez da expansão ou obtenção de novas instalações, dentre elas:

⁴ Publicado no Jornal "Gazeta Mercantil" em 4 de outubro de 1998.

- menor custo – os gastos na combinação geralmente são menores do que na expansão;
- menor risco – uma vez que a compra da empresa envolve uma linha de produtos e mercados estabelecidos, possibilitando a diversificação de produtos;
- menor diferimento operacional – os ativos fixos adquiridos estão em operação de acordo com as condições regulatórias e ambientais;
- impedimento de *takeover*⁵ – no que se refere à aquisição hostil por parte da empresa investidora, com o objetivo de substituir a administração existente ou assumir a direção da investida;
- aquisição de ativos intangíveis; e
- outras razões – tais como subsídios fiscais ou motivos pessoais dos investidores.

1.3 Principais Problemas Referentes à *Business Combination*

Considerando que os gestores das empresas estão envolvidos com questões estratégicas que, por sua vez, estão inseridas em um ambiente atualmente caracterizado pela crescente competitividade e pela rapidez das mudanças decorrentes do processo de globalização, as suas decisões devem estar integradas e coordenadas com o ambiente a fim de cumprir a missão da empresa e, conseqüentemente, garantir a continuidade.

⁵ Aquisição do controle acionário de uma sociedade (DOWNES & GOODMAN, 1993:543).

Nesse contexto, os investimentos em participações societárias em que a investidora obtém influência econômica, caracterizada como controle sobre a sociedade investida, representam um fator de competitividade e até mesmo de sobrevivência para as empresas.

Atualmente muitas empresas têm recorrido às operações de *Business Combination* para obter maior competitividade e desenvolvimento de suas operações. A importância desse fato é ressaltada por Peter Drucker⁶ que afirma que a mania de fusões e aquisições tem surgido rapidamente nos diversos tipos de indústria e que, na maioria das vezes, funciona como estratégia defensiva por parte das empresas compradoras. Cita como exemplo a indústria bancária atual que possui uma dúzia de bancos americanos de maior porte e mais de meia dúzia de bancos europeus. Esse mesmo exemplo pode também ser encontrado no Brasil, onde o processo de fusões e aquisições por parte da indústria bancária tem aumentado a taxas crescentes desde o Plano Real.

Um aspecto pode ainda ser constatado diante da necessidade de as empresas captarem recursos na economia globalizada.

Do ponto de vista do detentor do capital/acionista(s) controlador(es), Fisher, citado pela Comissão Nacional de Bolsas de Valores – CNBV (1991:38), afirma que os empresários em suas decisões de investimento consideram 3 aspectos:

⁶ Em entrevista concedida à revista "Fortune" e divulgada no caderno Economia pelo jornal "O Estado de São Paulo", em 11 de outubro de 1998.

- 1º) seus capitais próprios iniciais;
- 2º) suas oportunidades particulares de investimento; e
- 3º) suas oportunidades de mercado, através do tempo, para emprestar e tomar recursos emprestados fora de suas empresas.

De acordo com o último item o desenvolvimento do mercado de capitais e do mercado financeiro globalizados tem propiciado às empresas uma maior diversidade na captação de recursos.

Os recursos financeiros externos são mais atrativos em vista do atual cenário econômico nacional. Nessa operação, as empresas nacionais devem adaptar suas demonstrações contábeis de acordo com as normas estabelecidas no país provedor dos recursos.

Diante desse cenário os gestores da área contábil-financeira necessitam desenvolver um sistema de informação contábil de modo a uniformizar as práticas contábeis por diversos motivos, dentre eles:

- estabelecer critérios uniformes entre a empresa investidora e a investida nas operações de *Business Combination* a fim de propiciar uma base confiável de mensuração, avaliação e comparação;
- fornecer relatórios econômicos e financeiros traduzidos de acordo com as práticas adotadas na investidora situada no exterior;
- adaptar as demonstrações contábeis de acordo com as normas exigidas por instituições provedoras de recursos; e
- imposição de órgãos oficiais.

Entretanto, do ponto de vista contábil a maior dificuldade na maioria das operações de *Business Combination* diz respeito ao método adequado de avaliação a ser utilizado, principalmente quando existem diferenças que exigem reelaboração das demonstrações contábeis em virtude da(s) entidade(s) resultante(s) da reorganização societária (especialmente quando há incorporação ou fusão).

As normas contábeis norte-americanas e internacionais abrangem dois métodos específicos para a contabilização das operações de *Business Combination*: *purchase* (método da compra) e *pooling of interests* (método da comunhão de interesses). Os métodos são mutuamente exclusivos, tendo que haver a opção por uma alternativa em função da característica da transação. A definição do método gera efeitos relevantes na avaliação do patrimônio e evidenciação do resultado não apenas no exercício social da operação mas também nos períodos anteriores e futuros.

Uma operação para ser definida como *pooling* e caracterizada pela manutenção dos valores contábeis deve atender a determinadas restrições. Se os critérios específicos não forem atendidos, a transação deve ser contabilizada de acordo com o método da compra, o qual efetua o reconhecimento do valor de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos, havendo o reconhecimento do *goodwill* positivo ou negativo nos casos em que houver diferença entre o valor pago pelo investimento e o valor de mercado.

No Brasil, como afirmado anteriormente, não existe uma denominação específica do método de avaliação para os investimentos permanentes e para as operações de *Business Combination*. Nesse contexto podem surgir diferenças quanto:

- a) aos métodos de avaliação;
- b) às condições para a aplicação ou não do método de avaliação; e
- c) às condições para a consolidação ou não das Demonstrações Contábeis.

É necessário ressaltar que os métodos são aplicados para as operações em que a investidora obtém controle sobre a investida e que muitas vezes é necessária a aglutinação das Demonstrações Contábeis em forma de consolidação.

1.3.1 Consolidação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas fornecem informações do conjunto de empresas como se fossem uma única entidade econômica, independentemente da forma jurídica resultante da combinação das empresas. São úteis na medida em que essas informações são mais relevantes para os usuários das informações contábeis do que as Demonstrações Contábeis individuais da controladora.

A aplicação das Demonstrações Contábeis Consolidadas constitui uma extensão do postulado da entidade, indicando a predominância do conceito da entidade econômica sobre a entidade jurídica, ao considerar que a dimensão econômica da entidade é mais importante em termos informacionais do que a caracterização legal das empresas constituídas.

Em relação ao processo de consolidação, quando a participação é inferior a 100% a literatura acadêmica aborda os métodos pleno e proporcional. O método pleno reconhece a totalidade dos ativos, passivos e contas de resultado com a segregação da participação minoritária (acionistas não controladores). O método

proporcional é utilizado na contabilização de *joint ventures* reconhecendo apenas a porcentagem de cada investidor (*venturer*) nos investimentos controlados em conjunto.

Conforme PARKER & NOBES (1998:325-326), as demonstrações financeiras consolidadas foram inicialmente adotadas nos Estados Unidos, sendo que algumas companhias publicaram-nas no século passado. Entretanto, a *United States Steel Company*, licenciada em Nova Jersey em 1901, foi a primeira empresa americana a estabelecer um modelo e publicar as demonstrações consolidadas desde o seu início. De acordo com esses autores:

Na Inglaterra e Europa continental, as empresas controladoras e as demonstrações consolidadas tiveram um desenvolvimento posterior. As demonstrações financeiras consolidadas são primeiramente mencionadas na legislação da Inglaterra em 1947, na Alemanha Ocidental em 1965, e na França em 1985.

A introdução da consolidação no Brasil deu-se pela Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações ou Lei das S.A.). Atualmente, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) exige a consolidação das demonstrações contábeis da controladora aberta e de suas controladas, introduzindo a consolidação proporcional para as sociedades sob controle comum.

De acordo com os dados acima pode-se dizer que existe um avanço do Brasil em relação aos outros países. MARTINS (1997:1) relata que:

Nos países em que se processa há tantos anos a consolidação dos balanços, desenvolveu-se inicialmente, a regra básica de que só se consolidam demonstrações de controladora e controlada(s), ou de empresas sob controle comum. Mas sempre permanecendo o conceito de que só pode haver consolidação plena de balanços e de resultados quando há efetivamente a figura do controle. Depois, evoluiu-se para a figura do controle compartilhado (*joint ventures*).

Com base na literatura contábil é possível constatar que inicialmente surgiu a consolidação onde o foco é o controle. Posteriormente, evoluiu-se para a consolidação proporcional relativa aos investimentos com controle compartilhado e, por último, para o método de equivalência patrimonial para refletir em uma única linha (*one line consolidation*) a participação da investidora nos resultados em investimentos em que a investidora tem influência significativa sobre a investida.

MARTINS (1997:1) afirma que:

É interessante, então, saber-se que, historicamente, primeiro nasceu a consolidação de balanços, e só depois, como forma de complementar as demonstrações consolidadas, surgiu a equivalência para os investimentos em não controladas, mas só sobre as quais houvesse a figura da influência ou possibilidade de influência (afinal, as controladas não precisavam de equivalência, já que estavam consolidadas). Por isso, é comum nessa forma de avaliação (*equity method*) a utilização, na língua inglesa, da expressão *one line consolidation*. Ou seja, a equivalência patrimonial é uma forma simplificada de consolidação numa linha só, já que, ajustando-se uma única linha do balanço, a dos investimentos, produz-se a incorporação da parcela do lucro ou do prejuízo da investida que cabe à investidora.

Em face da evolução e complexidade do tema, este estudo irá abordar e comparar os principais aspectos refletidos nas normas contábeis internacionais, norte-americanas e brasileiras no que se refere às operações de *Business Combination* e aos procedimentos para a consolidação das Demonstrações Contábeis.

No entanto, torna-se necessário evidenciar que, no Brasil, praticamente não existem regras constantes na contabilidade societária a respeito dessas operações. A Lei das S.A. menciona a forma jurídica, enquanto que a legislação fiscal trata as reorganizações societárias (fusão, incorporação e cisão) de maneira bem mais abrangente.

Quanto ao Banco Central, dispõe de forma ampla as normas sobre transferência de controle societário e a reorganização societária das instituições autorizadas para funcionamento.

Outra característica da legislação fiscal é a emissão de normas referentes aos investimentos permanentes. Os termos ágio e deságio foram introduzidos e regulamentados por meio do Decreto-lei nº 1.598/77 de natureza fiscal e não pela Lei nº 6.404/76.

O processo de regulamentação fiscal para as operações de incorporação, fusão e cisão e para os investimentos em sociedades controladas tem penalizado as empresas que avaliam essas transações com base no valor de mercado principalmente no que se refere à amortização do ágio e deságio.

Dessa forma, as empresas estarão propensas a avaliarem as reorganizações societárias e os investimentos em sociedades controladas pelo valor contábil de modo a não serem tributadas no ato da reorganização.

1.4 Caracterização do Problema

A harmonização das normas e práticas contábeis tem sido um grande desafio para os normatizadores, profissionais e estudiosos da contabilidade.

Nos processos de reorganização societária e aquisições os gestores da área contábil e financeira se deparam com as diferenças das práticas contábeis adotadas e seus impactos no lucro.

Esse fato pode ser constatado em WILSON (1995:1301) que afirma: "Mesmo com a utilidade dos princípios contábeis geralmente aceitos⁷, podem existir diferenças significativas na condição financeira e nos lucros pela razão de diferenças nas práticas contábeis."

O tratamento contábil dos investimentos societários permanentes e as reorganizações societárias são de suma importância diante do crescente número de fusões e aquisições e dos recursos envolvidos, principalmente por parte de empresas estrangeiras (a maioria situada na Europa e nos Estados Unidos).

Assim, torna-se necessário compreender as normas norte-americanas (US-GAAP - *Generally Accepted Accounting Principles in the United States*) e as internacionais (IAS - *International Accountig Standards*) do IASC (*International Accountig Standards Committee*) referentes aos investimentos societários, a fim de uniformizar as práticas contábeis.

Diante da complexidade do tema em estudo, as principais dificuldades dizem respeito ao método adequado de avaliação no reconhecimento de uma operação de *Business Combination* e à identificação das principais similaridades e diferenças entre as normas contábeis norte-americanas (US-GAAP), internacionais (IASC) e brasileiras (BR-GAAP).

⁷ A expressão original é "*Generally Accepted Accounting Principles*" e normalmente é denominada na literatura norte-americana e internacional de GAAP, tendo a conotação de normas contábeis. No Brasil, esta expressão foi amplamente utilizada, tendo sido substituída por Princípios Fundamentais da Contabilidade.

1.5 Questão da Pesquisa

Diante desses aspectos a questão da pesquisa é:

→ **Quais são as principais similaridades e diferenças para o tratamento contábil adotado pelos US-GAAP, IASC e pelas normas brasileiras para os Investimentos Permanentes em outras sociedades, quando das operações de *Business Combination*?**

1.6 Objetivos do Estudo

O escopo deste estudo reside na revisão das principais normas norte-americanas, internacionais e brasileiras e, também, na revisão das definições e conceitos empregados, referentes aos investimentos permanentes em controladas.

O objeto refere-se à análise do atendimento informativo dos usuários externos da Contabilidade (governo, empresas, sindicatos e outros) de acordo com as normas sobre os investimentos em controladas, tendo em vista o adequado enfoque contábil estabelecido nos Princípios Fundamentais da Contabilidade, na Contabilidade Societária e nos estudos acadêmicos.

Diante das contribuições utilizadas o **objetivo principal** deste estudo é o de revelar aspectos significativos do tratamento contábil dos investimentos permanentes em controladas, assim como seus principais métodos de avaliação, por meio de uma abordagem comparativa que considera as normas e as práticas contábeis norte-americanas (US-GAAP), internacionais (IASB) e brasileiras nos casos de *Business Combination*.

Os objetivos complementares são:

- a) levantamento de um referencial teórico sobre investimentos em controladas;
- b) identificação e análise das principais normas emitidas;
- c) identificação e análise das principais variáveis envolvidas;
- d) análise das contribuições ao estudo dos investimentos permanentes advindas da teoria contábil; e
- e) apresentação de conceitos utilizados para os investimentos permanentes em controladas.

1.6.1 Delimitação do Estudo

Não são objeto deste estudo a análise do atendimento informativo dos usuários internos da contabilidade, dos aspectos tributários, dos investimentos com controle compartilhado e a análise de todas as variáveis que envolvem os investimentos permanentes em sociedades controladas.

Convém ressaltar que este estudo não pretende esgotar todas as abordagens teóricas e práticas, principalmente quanto aos diferentes enfoques adotados pelo FASB, IASC e CVM. Esses enfoques exigem novos estudos, fugindo do objetivo principal deste trabalho.

1.7 Contribuição do Estudo

Este trabalho é dirigido aos estudiosos, legisladores e profissionais da contabilidade, cuja responsabilidade contemple os tratamentos contábeis dos investimentos permanentes comumente abordados de diferentes formas.

Nesse contexto, este estudo pretende preencher algumas lacunas referentes às necessidades desses usuários em termos de informação e adaptação das demonstrações contábeis brasileiras para as demonstrações contábeis segundo as normas norte-americanas ou internacionais.

Este estudo reside na identificação de um tratamento contábil adequado dos investimentos societários onde a investidora obtém controle na investida. Considera-se uma análise comparativa das principais normas contábeis norte-americanas, internacionais e brasileiras.

A importância do estudo é ressaltada pelas novas realidades que as organizações enfrentam diante do processo de globalização e pela dinâmica do ambiente empresarial.

Esse tema se insere no campo da Contabilidade Societária, representando um esforço na comparação de normas emitidas e destacando suas semelhanças e diferenças, além de apresentar a adaptação das demonstrações contábeis elaboradas segundo as normas brasileiras, para norte-americanas ou internacionais.

Finalmente, este estudo é de natureza interdisciplinar, uma vez que aborda os conhecimentos provenientes:

- a) do Direito Comercial – referindo-se à Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A. – sociedades por ações);
- b) da Administração – ao tratar do planejamento, execução e controle da reorganização societária; e
- c) da Contabilidade Societária – no que diz respeito ao tratamento contábil e à avaliação dos investimentos permanentes.

1.8 Metodologia de Pesquisa

Segundo BASTOS (1995:4), o elemento básico de uma boa metodologia consiste em um plano detalhado de como alcançar o(s) objetivo(s) respondendo às questões propostas e/ou testando as hipóteses formuladas. De fato, a "boa" metodologia é a apropriada à solução do problema e aos objetivos do estudo.

Este estudo caracteriza-se pela apresentação das principais normas sob as determinações da Contabilidade Societária, tendo em vista os investimentos permanentes em sociedades controladas.

As principais normas contábeis foram emitidas a partir de reflexões sobre as necessidades de informação empresarial adequada, tanto em termos da conduta a ser seguida pela empresa, quanto das informações requeridas pelos usuários da informação contábil, as quais são exigidas principalmente pelos investidores.

MARCANTONIO (1993:24) descreve a pesquisa bibliográfica como o levantamento, a seleção, o fichamento e o arquivamento de informações sobre documentos de interesse para o estudo de determinado assunto. Acrescenta ainda que a pesquisa bibliográfica é a busca das fontes específicas para recuperar as informações armazenadas nos documentos e, assim, chegar à bibliografia necessária para a pesquisa.

Assim, para o seu desenvolvimento será utilizado inicialmente o método bibliográfico que, conforme MARTINS (1994:28), trata-se do estudo que visa conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. Tem como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar contribuições teóricas já existentes sobre dado tema.

Desse modo, nos capítulos referentes às normas norte-americanas (US-GAAP), internacionais (IASB) e brasileiras são selecionados e analisados os principais pronunciamentos emitidos.

Posteriormente será utilizado o método comparativo que, conforme MARTINS (1994:27), trata-se de procedimento científico controlado que examina os vários casos, fenômenos ou coisas análogas de séries para descobrir o que é comum, isto é, as regularidades, princípios ou leis que são válidas e significativas.

Dessa forma, este trabalho aborda as principais normas que envolvem os investimentos permanentes, onde a empresa investidora obtém controle sobre a investida, de acordo com os pronunciamentos norte-americanos, internacionais e brasileiros, estabelecendo as principais semelhanças e, conseqüentemente, as diferenças entre as normas.

As conclusões deste estudo são extraídas por meio do método descritivo que, segundo MARTINS (1994:28), tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos.

De acordo com ECO (1996:22), o estudo científico deve dizer do objeto algo que ainda não foi dito ou rever sob uma óptica diferente o que já se disse; além disso, deve objetivar ser útil aos demais estudiosos.

Em conseqüência, este estudo tem como objetivo analisar alguns dos principais aspectos do tratamento contábil societário dos investimentos permanentes em outras sociedades quando das operações de *Business Combination*, evidenciando as contribuições e limitações. Posteriormente é apresentada uma comparação sob a óptica dos US-GAAP, IASC e BR-GAAP.

Para a caracterização do problema, serão pesquisadas as normas norte-americanas, internacionais e brasileiras.

A revisão bibliográfica, que oferece suporte e fundamentação teórica ao estudo, foi efetuada por meio de:

coleta de fontes bibliográficas; e

coleta de informações.

A primeira se refere ao levantamento da bibliografia por meio de livros, dissertações, teses, artigos, jornais e revistas, enquanto que a segunda, ao levantamento de informações contidas na bibliografia pertinente ao tema.

Em função do objeto do estudo as principais fontes de informações se concentram nas normas que abordam as participações societárias em controladas e nos trabalhos e estudos desenvolvidos junto ao laboratório de pesquisas em Contabilidade Internacional do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP.

Torna-se importante evidenciar que este estudo teve origem em 1997 durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa denominado de "Normas Internacionais" e contou com o apoio fundamental da FIPECAFI⁸.

Esse trabalho é viabilizado por meio de um programa de estudo submetido à apreciação do professor orientador Eliseu Martins, sendo adaptado às suas contribuições.

É necessário destacar que muitas informações foram obtidas por meio dos conceitos apresentados pelo Prof. Dr. Eliseu Martins nas disciplinas ministradas no Curso de Pós Graduação em Contabilidade e Controladoria da FEA/USP, assim como das suas contribuições acadêmicas e experiência profissional nas empresas privadas e entidades governamentais.

O tratamento contábil das participações societárias permanentes, quando das operações de *Business Combination*, será apresentado de forma descritiva e comparativa de acordo com as normas contábeis.

O roteiro segue basicamente as seguintes fases:

- 1º) revisão bibliográfica pertinente ao tema;
- 2º) ordenação dos dados e análise das contribuições teóricas e societárias; e
- 3º) análise comparativa dos tratamentos contábeis constantes nos US-GAAP, IASC e BR-GAAP.

⁸ Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Entidade de apoio institucional ao departamento de Contabilidade e Atuária (EAC) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP).

1.9 Estrutura do Trabalho

Este estudo está estruturado em cinco capítulos, além da conclusão, sendo a estrutura completa do estudo apresentada resumidamente a seguir.

→ **Capítulo 1: Introdução** – caracteriza-se pelo cenário atual, escopo, objeto e objetivos deste estudo, assim como suas delimitações, contribuições, a metodologia de pesquisa utilizada e a estrutura do trabalho.

→ **Capítulo 2: US-GAAP**

→ **Capítulo 3: IASC**

→ **Capítulo 4: Brasil**

Nos três capítulos acima são apresentadas as normas referentes aos investimentos em sociedades controladas e às operações de *Business Combination* destacando os principais conceitos envolvidos, o tratamento contábil, os procedimentos básicos, a evidenciação e exemplos práticos dos métodos de avaliação.

→ **Capítulo 5: Análise Comparativa** – são apresentadas as principais semelhanças e diferenças entre as normas tratadas nos três capítulos anteriores, de acordo com as definições, tratamento contábil, procedimentos e evidenciação.

→ **Conclusão** – são apresentadas as conclusões gerais do trabalho, que consistem de uma análise crítica das contribuições das normas apresentadas.

→ **Bibliografia.**

1.10 Referências Bibliográficas

- AICPA - American Institute of Certified Public Accountants. *Accounting Principles Board of the AICPA Opinion 16 – Business Combinations*. Emitido em agosto de 1970.
- BASTOS, Lília da Rocha et al. *Manual para a Elaboração de Projetos e Relatórios de Pesquisas, Teses, Dissertações e Monografias*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.
- BEAMS, Floyd A. *Advanced Accounting*. 6th ed. USA: Prentice Hall, 1996.
- BRASIL. *Lei nº 6.404*, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
- CNBV – Comissão Nacional de Bolsas de Valores. *Introdução ao Mercado de Capitais*. Rio de Janeiro: CNBV, 1991.
- ECO, Umberto. *Como Se Faz Uma Tese*. 13ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- IASC – International Accounting Standards Committee. *International Accounting Standard IAS 22 – Business Combinations*. Emitido em novembro de 1983 e revisado em julho de 1998.
- MARCANTONIO, Maria Terezinha et al. *Elaboração e Divulgação do Trabalho Científico*. São Paulo: Atlas, 1993.
- MARTINS, Eliseu. *Iniciação à equivalência patrimonial considerando algumas regras novas da CVM (1ª parte)*". São Paulo: IOB – Informações Objetivas, Boletim Temática Contábil e Balanços, nº 38, 3ª semana de setembro de 1997.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- NEUMANN, Denise. *Compra de Empresas Atrai o Investimento Externo*. **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, 16 de novembro de 1998, Caderno B, p. 4.
- PARKER, Robert & NOBES, Christopher. *International Accounting*. EUA: Wiley, 1998.
- WILSON, James D. et al. *Controllershhip, the Work of Managerial Accountant*. 5th ed. USA: Wiley, 1995.

CAPÍTULO II

US-GAAP

2. US-GAAP

Este capítulo tem a finalidade de analisar os principais aspectos referentes às operações de Business Combination e ao processo de Consolidação quanto ao tratamento contábil, procedimentos e evidenciações de acordo com os principais US-GAAP.

2.1 Introdução

Conforme KIESO (1998:1-20), os pronunciamentos norte-americanos, também denominados de US-GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles in the United States*), tiveram origem a partir de várias entidades, sendo que as principais organizações envolvidas no desenvolvimento de normas contábeis são⁹:

- SEC – *Securities and Exchange Commission*;
- AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*;
- FASB – *Financial Accounting Standards Board*;
- GASB – *Governmental Accounting Standards Board*; e
- Outras: AAA – *American Accounting Association*; IMA – *Institute of Management Accountants* etc.

⁹ Conforme KIESO, Donald E. & WEYGANDT, Jerry J. *Intermediate Accounting*. 9th ed. New York: Wiley, 1998, p. 6-7.

Torna-se importante justificar que a SEC é uma agência federal que ajuda a desenvolver e padronizar as demonstrações contábeis apresentadas aos investidores. Nesse contexto, KIESO (1998:7) afirma que:

[...] a SEC tem o poder de prescrever, em qualquer detalhe pretendido, as normas e práticas contábeis a serem adotadas pelas companhias que estiverem sob sua jurisdição. [...] Os pareceres contábeis e requerimentos de processos da SEC estão publicados em: (1) Financial Reporting Releases (FRRs), (2) Regulation S-X, que contém formas e instruções para o processo das demonstrações financeiras, e (3) decisões sob casos surgidos antes da SEC.

O AICPA (*American Institute of Certified Public Accountants*) foi criado por recomendação da Bolsa de Nova York em 1933. Em 1939 foi estabelecido o CAP (*Committee on Accounting Procedures*), o qual emitiu 51 boletins entre 1939 e 1959. Em 1959 foi dissolvido o CAP e criado o APB (*Accounting Principles Board*), que emitiu 31 Pareceres (*Opinions*) até sua extinção em 1973. Esse Instituto emitiu os seguintes tipos de pronunciamentos:

- ARB – *Accounting Research Bulletin*: nº 1, emitido em setembro de 1939, ao nº 51, de agosto de 1959, sendo que os Boletins nº 1 ao nº 42 foram eliminados e reunidos no ARB 43, *Restatement and Revision of Accounting Research Bulletins*, emitido em junho de 1973 e que atualmente está em vigor;
- AIN-ARB – *Accounting Interpretations of ARB*: substituídas por outros pronunciamentos;
- APB – *Accounting Principles Board Opinion*: nº 1, emitido em novembro de 1962, ao nº 31, de junho de 1973; e
- AIN-APB – *Accounting Interpretations of APB Opinion*: nº 4, emitido em março de 1972, ao nº 30, de novembro de 1973.

Com a extinção do APB, em 1973 foi criado o FASB (*Financial Accounting Standards Board*), que iniciou a divulgação dos pronunciamentos, destacando-se:

- ✓ FAS – *Statement of Financial Accounting Standards*: nº 1, emitido em dezembro de 1973, ao nº 133, de junho de 1998;
- ✓ FIN – *FASB Interpretation*: nº 1, emitido em junho de 1974, ao nº 42, emitido em setembro de 1996;
- ✓ CON – *FASB Concept*: nº 1, emitido em novembro de 1978, ao nº 6, de dezembro de 1985;
- ✓ FTB – *FASB Technical Bulletins*: nº 79-1, emitido em dezembro de 1979, ao nº 94-1, de abril de 1994;
- ✓ EITF – *Emerging Issues Task Force Statements*: nº 84-1 ao nº 97-5.

Os principais pronunciamentos contábeis norte-americanos referentes ao tema são:

- ⇒ ARB 51, *Consolidated Financial Statements*, emitido em agosto de 1959,
- ⇒ APB 16, *Business Combinations*, emitido em agosto de 1970;
- ⇒ APB 17, *Intangible Assets*, de outubro de 1970;
- ⇒ APB 18, *The Equity Method of Accounting for Investments in Common Stock*, de março de 1971;
- ⇒ AIN-APB 18, *The Equity Method of Accounting for Investments in Common Stock*, emitidas as Interpretações nº 1 e 2 em novembro de 1971 e nº 3 em fevereiro de 1972;

- ⇒ AIN-APB 17, *Intangible Assets*, emitidas as Interpretações nº 1 em abril de 1972 e nº 2 em março de 1973;
- ⇒ AIN-APB 16, *Business Combinations*, emitido em março de 1973;
- ⇒ FAS 38, *Accounting for Preacquisitions Contingencies of Purchased Enterprises*, emitido em setembro de 1980; e
- ⇒ FAS 94, *Consolidation of All Majority-Owned Subsidiaries*, emitido em outubro de 1987.

As operações de *Business Combination* são caracterizadas pela obtenção de controle por parte de uma empresa investidora sobre a(s) investida(s). A definição dessas operações e de controladas tem por base os percentuais de participação em ações ou quotas com direito a voto, não incluindo as ações preferenciais sem direito a voto.

De acordo com o APB 16, parágrafo 5, o termo *Business Combination* não é utilizado para as seguintes transações:

1. aquisição do total ou de parte das ações possuídas pelos acionistas não controladores de uma subsidiária; e
2. transferência de ativos líquidos ou a troca de ações entre empresas onde se obtém o controle compartilhado (*joint-venture*).

Portanto, o termo *Business Combination* refere-se à aquisição de investimentos societários em empresas controladas que são caracterizados principalmente pelo controle direto.

As normas norte-americanas consideram que a condição usual para o controle é a propriedade de mais de 50% das ações com direito a voto, porém é reconhecido que o controle pode ser exercido sem a existência desse requisito. Entretanto somente é permitida a inclusão de uma investida na consolidação quando a investidora possui esse nível de participação (FAS 94, §2).

Nos Estados Unidos o reconhecimento da maior capacidade informativa das Demonstrações Contábeis Consolidadas é confirmado pela decisão de não se permitir a divulgação isolada das Demonstrações Contábeis individuais da controladora.

O ARB 51, parágrafo 24, prevê apenas a possibilidade da apresentação conjunta com as Demonstrações Consolidadas das informações da controladora para atendimento de credores e acionistas preferenciais.

O quadro abaixo pode ser utilizado como base inicial para a análise da classificação dos investimentos em participações societárias com direito a voto, dividindo-os em três categorias:

Quadro 1 – Investimentos Societários: US-GAAP

Participação Societária no Capital Votante	Nível de Influência Econômica	Tipo de Investimento	Método de Avaliação	Apresentação Balanço Patrimonial
0% — 20%	Nenhuma ou Pequena Influência	Temporário de Curto ou Longo Prazo	<i>Fair Value</i> ou Custo	Conta Investimentos
0% — 20%	Influência Significativa	Investida (Coligada)	MEP	Conta Investimentos
20% — 50%	Influência Significativa	Investida (Coligada)	MEP	Conta Investimentos
50% — 100%	Controle	Controlada	Consolidação	Demonstrações Consolidadas

Os investimentos de curto e longo prazo em *equity securities*, representados por participações societárias menores que 20% nas ações ou quotas com direito a voto e quando não existe influência significativa, são avaliados de acordo com o FAS 115 pelo valor de mercado para os títulos cujos respectivos valores sejam prontamente determináveis. Na ausência desse parâmetro o método do custo deve ser aplicado. No entanto, quando a participação for inferior a 20% no capital votante mas houver indicação de presença de influência significativa, o método de equivalência patrimonial (MEP) deve ser aplicado.

O MEP também pode ser aplicado quando a investidora possui uma participação atual que não permite exercer influência significativa mas a empresa tem a intenção de exercer a influência no futuro.

Quando a investidora mantém participação societária de 20% até 50% do capital votante da investida é presumido que, não havendo evidência em contrário, a investidora exerce influência significativa, sendo exigida a aplicação do MEP. Nesse nível de participação a não aplicação do MEP deve ser justificada. Esse percentual não é absoluto, podendo ocorrer situações em que o julgamento é fundamental. Existem circunstâncias em que a investidora tem participação menor que 20% do capital votante e, mesmo assim, esse investimento é avaliado pelo MEP, sendo justificado em Notas Explicativas.

Caso a participação seja superior a 50% do capital votante ou a investidora tenha o poder de controle por contrato, arrendamento, acordo ou por decisão judicial a investida é denominada subsidiária/controlada. Nesses casos a empresa é obrigada a elaborar e divulgar as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Nas demonstrações individuais da investidora, elaboradas em atendimento ao parágrafo 24 do ARB 51, o MEP é aplicado para todos os investimentos em investidas em que exista influência significativa. Nas Demonstrações Consolidadas as controladas com participação superior a 50% do capital votante são consolidadas, sendo o saldo eliminado para a inclusão dos próprios saldos das contas das investidas. O FAS 94, parágrafo 15, não recomenda um método específico para as controladas que, por alguma razão, não foram consolidadas. O método a ser aplicado (MEP, custo ou valor de mercado) deve ser definido de acordo com as características de cada investida.

2.2 Definições

Conforme DELANEY (1997:336-337) e APB 16, 17 e 18 são apresentados os principais termos referentes ao tema, os quais foram adaptados visando melhor entendimento.

Combination / Combinação – transação em que uma empresa obtém o controle sobre os ativos e propriedades de outra empresa, indiferente da forma resultante da(s) empresa(s) remanescente(s).

Acquisition / Aquisição – transação contabilizada pelo método da compra em que uma empresa adquire todas ou parte das ações votantes de outra empresa, mediante pagamento em moeda corrente ou emissão ações ou obrigações permanecendo, a sociedade adquirida, como uma entidade legalmente separada. O parágrafo 18 do APB 16 afirma que na aquisição existe a identificação clara da empresa adquirente (investidora) e adquirida (investida) e, geralmente, na operação

de *Business Combination* uma empresa é nitidamente dominante e permanece em continuidade, ao passo que a outra ou demais empresas cessam o controle sobre seus ativos transferindo-os para a empresa adquirente.

Combined financial statements / Demonstrações contábeis combinadas – demonstrações que apresentam a posição financeira e/ou resultados das operações de empresas legalmente separadas mas relacionadas pelos mesmos acionistas, como se fossem uma única entidade.

Consolidated financial statements / Demonstrações contábeis consolidadas – demonstrações que apresentam, primariamente para o benefício dos acionistas e credores da empresa controladora, os resultados das operações e a posição financeira da empresa controladora e suas subsidiárias como se o grupo fosse uma empresa única com uma ou mais filiais ou divisões.

Consolidation / Fusão – união de duas ou mais empresas por meio de troca de ações com direito a voto. As empresas combinadas são extintas, sendo formada uma nova empresa.

Control / Controle – participação, direta ou indireta, de uma empresa por meio de mais de 50% das ações em circulação com direito a voto de outra companhia. O APB 18, parágrafo 3c, afirma que a principal condição para o controle é a propriedade de mais de 50% das ações com direito a voto. Esse requisito é fundamental para o processo de consolidação. Entretanto, admite-se que o controle pode existir quando a participação societária for menor que 50% e existirem situações específicas como: contrato, arrendamento, acordo de acionistas ou por sentença judicial.

Entity concept / Conceito da entidade – abordagem utilizada para elaborar as Demonstrações Contábeis Consolidadas, que se caracteriza pelo reconhecimento dos ativos líquidos da subsidiária com base no valor de mercado na data de aquisição, sendo o montante atribuído aos acionistas majoritários e minoritários.

Goodwill / Fundo de comércio; Ágio – excesso do valor pago (custo de aquisição) de uma aquisição contabilizada pelo método da compra sobre o valor de mercado dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos (ativos líquidos), devendo ser amortizado de acordo com o período beneficiado, desde que não superior a 40 anos.

Investee / Investida – empresa que emitiu ações ou quotas com direito a voto que são mantidas por uma investidora.

Investor / Investidora – empresa que mantém um investimento em ações ou quotas de outra empresa.

Merger / Fusão; Incorporação – transação em que uma empresa adquire os ativos líquidos de uma ou mais empresas por meio de troca de ações, pagamento em moeda corrente ou outras propriedades, ou por emissão de títulos de dívida. Conforme DOWNES & GOODMAN (1993:302), esse termo representa a união de duas ou mais empresas de acordo com o método da comunhão de interesses em que as contas são combinadas; aquisição, termo em que a soma que excede o valor contábil da sociedade é registrada pelo comprador como valor do fundo de comércio (*goodwill*); ou uma fusão (*consolidation*), em que se constitui uma sociedade a partir dos ativos líquidos das sociedades objeto da fusão. De acordo com esses autores, a rigor, somente as combinações onde uma das sociedades sobrevive como entidade legal são denominadas incorporações (*mergers*) portanto, as fusões (*consolidations*) não são tecnicamente consideradas *mergers*, embora o termo geralmente se aplique ao caso.

Minority interest / Participação minoritária – participação de acionistas que, no total, possuem menos da metade das ações com direito a voto de uma companhia.

Negative Goodwill / Goodwill Negativo; Deságio – excesso do valor de mercado de uma aquisição contabilizada pelo método da compra sobre o valor pago dos ativos líquidos, sendo amortizado no período de até 40 anos (APB 16, § 91).

Net Assets / Ativos líquidos – diferença entre o total de ativos e passivos de uma empresa (DOWNES & GOODMAN, 1993:326).

Parent company concept / Conceito da sociedade controladora – abordagem utilizada para elaborar as Demonstrações Contábeis Consolidadas que se caracteriza pelo reconhecimento dos ativos líquidos da subsidiária com base no valor de mercado na data de aquisição somente para os acionistas majoritários. A participação dos acionistas minoritários permanece evidenciada com o valor contábil.

Pooling of Interests / Método da comunhão de interesses – método contábil aplicado no reconhecimento das operações de *Business Combination* que se fundamenta na união de acionistas de duas ou mais empresas pela troca de ações e na manutenção da porcentagem de participação dos proprietários, sendo que os ativos e passivos das empresas combinadas são reconhecidos de acordo com seus respectivos valores contábeis.

Preacquisition contingencies / Contingências existentes antes da aquisição – incertezas referentes às ações judiciais pendentes, decisões sujeitas a recursos, disputas e situações semelhantes que representem possível responsabilidade para a empresa investidora na data de aquisição contabilizada pelo método da compra.

Purchase method / Método da compra – método contábil utilizado no reconhecimento das operações de *Business Combination* como uma aquisição de uma empresa por outra. A empresa compradora registra pelo custo (valor pago) os ativos adquiridos menos os passivos assumidos, sendo a diferença entre o custo de aquisição e a soma do valor de mercado dos ativos tangíveis e intangíveis identificados menos os passivos registrada como *goodwill*. A Demonstração de Resultado da empresa compradora inclui as operações da empresa adquirida após a aquisição.

Subsidiary / Controlada – empresa que é controlada, direta ou indiretamente, por outra empresa.

Unrealized intercompany profit / Lucros não realizados entre companhias – excesso referente ao preço de transação sobre o valor contábil de um item (normalmente estoque e ativo imobilizado) transferido de (ou para) uma investidora para (ou de) uma subsidiária (ou entre subsidiárias) e não vendido a terceiros.

2.3 Tratamento Contábil

Nas normas norte-americanas uma operação de *Business Combination* poderá ser reconhecida por meio de dois métodos contábeis, ou seja: *purchase* (método da compra) ou *pooling of interests* (método da comunhão de interesses). Entretanto, existe também um método contábil específico, exigido pela SEC, denominado *Push-Down Accounting*, o qual será brevemente abordado.

Uma das principais diferenças na aplicação do método é a tributação incidente de acordo com a característica da operação de *Business Combination*.

Segundo DOWNES & GOODMAN (1993:300):

As Incorporações ou fusões que observam os requisitos norte-americanos para comunhão de interesses, onde as ações ordinárias¹⁰ são trocadas por ações ordinárias, não estão sujeitas à tributação e são chamadas de incorporações isentas de impostos (tax-free mergers). Quando uma aquisição ocorre através da compra de ativos ou de ações contra pagamento em moeda corrente ou instrumentos de crédito, os ganhos de capital da sociedade vendedora ou de seus acionistas são tributados. Entretanto, essas aquisições sujeitas à tributação oferecem um benefício potencial, qual seja, a sociedade adquirente pode reavaliar os ativos da adquirida de acordo com a quantia paga como ágio; o ágio pode ser debitado à conta de depreciação, resultando em economia tributária.

Apesar do argumento a favor de um dos métodos utilizados na *Business Combination* pode-se afirmar que as empresas preferem contabilizar a união de empresas pelo método da comunhão de interesses por vários motivos, dentre os quais: isenção de impostos; pagamento para a empresa adquirida por meio da troca de ações; e manutenção dos ativos líquidos a valores contábeis.

2.4 *Pooling of Interests*

De acordo com DELANEY (1997:337-338), nos Estados Unidos a aplicação do método do *pooling of interests* nas operações de *Business Combination* teve início no princípio da década de trinta, embora o termo tenha sido somente aplicado a partir dos anos quarenta.

A princípio o *pooling* era aceito somente para as transações em que havia dificuldade na identificação da empresa adquirente. Em 1950 o ARB 40 instituiu a

¹⁰ Referem-se às ações com direito a voto.

sua aplicação para o aspecto que constitui sua característica básica, ou seja, a manutenção dos acionistas das empresas combinadas. Porém, em seguida, a aceitação do método foi flexibilizada e passaram a ocorrer abusos que distorciam sua aplicação.

O método era adotado inclusive para operações que abrangiam empresas de porte extremamente diferenciados, o que tornou sua utilização muito ampla na década de sessenta. No entanto, com a emissão do APB 16 em 1970, as doze restrições existentes atualmente foram instituídas, diminuindo sua aplicação.

De acordo com esse autor, o FASB iniciou um projeto que deverá impor restrições ainda mais rígidas à aplicação do *pooling*.

Atualmente o *pooling* tem sido aplicado para um pequeno número de *Business Combination*. Segundo a edição de 1996 da *Accounting Trends & Techniques*, uma pesquisa realizada em 1995 envolvendo 276 operações de *Business Combination* constatou que 244 (88%) dessas operações foram reconhecidas de acordo com o método da compra, enquanto que apenas 32 (12%) tiveram o tratamento do *pooling*.

O método do *pooling* deve ser aplicado para operações em que ocorre uma troca mútua de ações com direito a voto, sendo que os acionistas permanecem nas entidades combinadas de acordo com a porcentagem de participação existente antes da combinação. Em essência, deve haver a entrega de ações, sendo que o pagamento em dinheiro não deve ser superior a 10%.

Para que as operações de *Business Combination* nas formas de incorporação ou fusão sejam evidenciadas torna-se necessária a elaboração das Demonstrações Contábeis Combinadas, resultante da aglutinação das Demonstrações Contábeis das empresas a serem combinadas em uma única entidade econômica representada pela empresa resultante da combinação.

2.4.1 Formas de *Business Combination*

A análise do tratamento do *pooling* depende de como a transação é estruturada. De forma básica, podem ser consideradas 3 hipóteses para a realização da troca de ações.

↳ **Hipótese I: Fusão** – uma alternativa consiste das empresas fundidas serem extintas transferindo seus ativos líquidos para uma nova entidade constituída pelos acionistas de cada uma das empresas anteriores. O exemplo clássico dessa operação ocorre quando uma empresa investidora Cia. A e a investida Cia. B deixam de existir, sendo constituída a Cia. C, que emite ações aos acionistas de ambas as empresas ou, de forma genérica, $A + B \Rightarrow C$.

↳ **Hipótese II: Incorporação** – outra alternativa ocorre quando uma empresa investidora adquire os ativos líquidos de uma (ou mais) investida(s) e emite ações para os acionistas da(s) investida(s), a(s) qual(is) é(são) extinta(s) pela transferência dos seus ativos líquidos para a investidora. Um exemplo dessa operação ocorre quando uma Cia. A emite novas ações para os proprietários da investida Cia. B para adquirir seus ativos líquidos, sendo que a investida deixa de existir, ou $A + B \Rightarrow A$.

↳ **Hipótese III: Combinação pela Aquisição de Ativos Líquidos e Troca de Ações** – na última possibilidade, as empresas combinadas são mantidas como entidades legalmente separadas, existindo a relação de participação acionária. A empresa responsável pela combinação (investidora) emite ações para os sócios da(s) outra(s) empresa(s) que transferem suas antigas ações para a companhia emissora. Essa aquisição é reconhecida por parte da investidora na conta de Investimentos, sendo necessária a elaboração das Demonstrações Consolidadas. Um exemplo dessa operação ocorre quando uma Cia. A emite novas ações que são entregues para a Cia. B e os acionistas da Cia. B transferem suas ações para a Cia. A, ou $A + B \Rightarrow A + B$.

Essas hipóteses são visualizadas por meio do seguinte exemplo numérico:

2.4.1.1 Exemplo

Balancos Iniciais das Empresas a Serem Combinadas (Em \$)		
	Cia. A	Cia. B
Total do Ativo	900	600
Patrimônio Líquido		
- Capital - Acionista José	900	-
- Capital - Acionista Paulo	-	600
Total do PL	900	600

As ações da empresa A e B pertencem aos acionistas José e Paulo, respectivamente, sendo que ambas as ações têm valor nominal de \$1,00. Admite-se que na troca de ações é mantida a relação “1 x 1”, ou seja, cada acionista irá receber as ações de acordo com a participação nas atuais entidades combinadas.

↳ Hipótese I – Fusão: $A + B \Rightarrow C$

Lançamentos pela extinção de cada empresa			
Cia. A		Cia. B	
D - Capital	\$900	D - Capital	\$600
C - Ativos	\$900	C - Ativos	\$600

Lançamento pela constituição da nova empresa	
Cia. C	
D – Ativos	\$1.500
C – Capital referente ao acionista José	\$900
C – Capital referente ao acionista Paulo	\$600

Balanços Patrimoniais antes e após a operação de Fusão			
	Extinta Cia. A	Extinta Cia. B	Nova Cia. C
Ativos	900	600	1.500
Total do Ativo	900	600	1.500
Capital – José	900	-	900
Capital – Paulo	-	600	600
Total do PL	900	600	1.500

A empresa C é formada com a participação acionária de José com 60% e Paulo com 40%.

↳ **Hipótese II – Incorporação: A + B => A**

A Cia. A emite 600 novas ações para os proprietários da Cia. B (Paulo) e a Cia. B deixa de existir, transferindo seus ativos para Cia. A.

Lançamento – Cia. A	
D – Ativos	\$600
C – Capital - acionista Paulo	\$600

Lançamento – Cia. B	
D – Capital	\$600
C – Ativos	\$600

Balanços Patrimoniais antes e após a operação de Incorporação			
	Cia. A	Extinta Cia. B	Cia. A
Ativos	900	600	1.500
Total do Ativo	900	600	1.500
Capital - José	900	-	900
Capital - Paulo	-	600	600
Total do PL	900	600	1.500

Nesse caso, a Cia. A incorpora os ativos da Cia. B, sendo que após a incorporação a Cia. A é de propriedade de José, com 60%, e de Paulo com 40%.

↳ **Hipótese III – Combinação pela Aquisição: $A + B \Rightarrow A + B$**

A Cia. A emite novas ações, no total de 600, que são entregues ao acionista Paulo da Cia. B; Paulo transfere as suas ações da Cia. B para a Cia. A. Nesse caso, as Demonstrações Consolidadas são necessárias.

Lançamentos pela Aquisição e Troca de Ações			
Cia. A		Cia. B	
D – Investimentos	\$600	D – Capital - Paulo	\$600
C – Capital - Paulo	\$600	C – Capital - Cia. A	\$600

Balanços Patrimoniais antes e após a operação de Combinação na Aquisição					
	Cia. A	Cia. B	Eliminações		Consolidado
			Débito	Crédito	
Ativos	900	600			1.500
Investimentos - Cia. B	600			600	
Total do Ativo	1.500	600			1.500
Capital – José	900	-			900
Capital – Paulo	600				600
Capital - Cia. A	-	600	600		
Total do PL	1.500	600			1.500

O objetivo principal desse exemplo é a abordagem dos tipos de *Business Combination* contabilizados de acordo com o método da comunhão de interesses. A emissão e a transferência de ações foi realizada respeitando-se a participação acionária de cada empresa antes da combinação. No entanto, torna-se necessário que as empresas combinadas atendam de forma integral aos requisitos estabelecidos para a aplicação desse método.

2.4.2 Requisitos

Segundo o APB 16, parágrafos 45 ao 48, para que a operação seja reconhecida como *pooling* deve-se atender integralmente a 12 requisitos, divididos em três categorias, e que serão abordados resumidamente.

I – Atributos das empresas combinadas

1. Cada uma das empresas combinadas deve ser autônoma e não deve ter sido subsidiária ou divisão de outra empresa no período de 2 anos antes da iniciar o plano de combinação.
2. Cada uma das empresas combinadas deve ser independente.

II – Forma de combinação

3. A combinação ocorre numa única transação, ou de acordo com um plano específico de combinação das empresas, com duração máxima de 1 ano.
4. A empresa deve emitir somente ações ordinárias com direitos iguais às ações com direito a voto em circulação para substituir todas ou pelo menos 90% das ações votantes da outra companhia.
5. Nenhuma das empresas combinadas pode alterar a equivalência no capital votante existente dois anos antes do início do plano de combinação ou entre as datas de início e término do processo de combinação.
6. Cada empresa combinada pode adquirir ações com direito a voto mas sem vínculo com o processo de combinação, e nenhuma empresa pode readquirir mais

do que o número normal de ações durante a data de início e consumação da combinação.

7. A proporção de participação dos acionistas com direito a voto da empresa combinada deve permanecer inalterada.

8. Os acionistas podem exercer o direito de voto quando a empresa responsável pela combinação conceder esse direito, sendo que a empresa não pode restringir os acionistas desse direito.

9. As empresas combinadas solucionam todos os aspectos relativos à emissão das ações na data da negociação, não devendo existir considerações pendentes.

III – Ausência de transações planejadas (demonstração de que a combinação não foi planejada de forma intencional para que seja reconhecida como *pooling*)

10. A empresa resultante da combinação não estabelece um acordo direto ou indireto de retirar ou readquirir toda ou parte das ações emitidas na combinação.

11. A empresa resultante da combinação não realiza nenhuma operação financeira para o benefício dos antigos acionistas da empresa combinada, tais como garantias de empréstimos com base nas ações emitidas na combinação, o que anularia o efeito da troca das ações.

12. A empresa resultante da combinação não planeja negociar parte significativa dos ativos das empresas combinadas no prazo de dois anos após a combinação, a não ser no curso normal das operações, com o objetivo de eliminar o excesso de capacidade ou a duplicação dos ativos.

2.4.3 Procedimentos Gerais

De acordo com WILLIAMS (1997:3.32-3.33), uma vez atendidos todos os doze requisitos uma *Business Combination* pode ser contabilizada pelo *pooling*, de acordo com os seguintes procedimentos:

- ⇒ na data efetiva da combinação os ativos, passivos, a emissão de ações e os lucros acumulados são registrados pelo respectivo valor contábil. Se a combinação for caracterizada como uma aquisição de ativos, esta deve ser evidenciada na conta Investimentos pelo valor contábil;
- ⇒ devem-se cancelar as ações em tesouraria da empresa investidora que afetarem parte ou a totalidade do plano de combinação, apurando algum ganho ou perda;
- ⇒ os investimentos entre companhias registrados na investidora são tratados como ações em tesouraria nas Demonstrações Contábeis Combinadas;
- ⇒ os investimentos entre companhias registrados na investida são tratados como ações canceladas decorrentes da combinação;
- ⇒ todas as Demonstrações Contábeis devem ser elaboradas admitindo-se que a combinação tenha sido realizada no início do exercício social;
- ⇒ as Demonstrações Contábeis do exercício social anterior devem ser reformuladas numa base combinada, a fim de harmonizar as práticas contábeis das empresas investidora e investida;
- ⇒ as despesas referentes à combinação devem ser deduzidas diretamente do resultado;

⇒ no período de dois anos após a combinação devem ser evidenciados como “itens extraordinários” os lucros ou prejuízos, quando materiais, decorrentes da venda de parte significativa dos ativos das empresas anteriormente separadas (APB 16, § 60);

⇒ antes da data efetiva do plano de combinação a conta Investimentos da investidora deve ser evidenciada de acordo com o método de equivalência patrimonial, quando a investida for adquirida por meio de ações com direito a voto, e pelo método do custo, quando o investimento foi adquirido em moeda corrente.

2.4.4 Tratamento em Relação ao Patrimônio Líquido

No *pooling*, a empresa resultante da combinação (fusão, incorporação ou aquisição por troca de ações) contabiliza os ativos líquidos de acordo com os valores contábeis dos respectivos ativos e passivos das empresas combinadas e anteriormente separadas. O capital social da(s) empresa(s) resultante(s) deve ser igual ao valor nominal ou valor declarado das ações em circulação. Geralmente, a reserva de ágio e os lucros ou prejuízos acumulados é igual à soma dos respectivos valores das empresas combinadas.

Entretanto, torna-se necessário ajustar as contas do patrimônio líquido quando o valor nominal ou declarado das ações for superior em relação ao capital integralizado (*paid-in capital*) das empresas combinadas a fim de que a participação dos acionistas das empresas antes da combinação continue mantendo a mesma participação na(s) empresa(s) resultante(s) da combinação.

É importante esclarecer que o capital integralizado refere-se ao capital acionário recebido da investidora em contrapartida à troca de ações, e subdivide-se

em: capital social (*capital stock*) e as contribuições dos acionistas contabilizadas em outras contas que não a do capital social, tal como a reserva de ágio (*additional paid-in capital*), que se refere ao excesso em relação ao valor nominal proveniente da forma de emissão de ações.

Diante desses aspectos um tratamento específico deve ser realizado em relação à composição do patrimônio líquido no momento do reconhecimento do *pooling*. A sistemática é prevista no APB 16, parágrafo 53, aplicável quando as ações possuem valor nominal ou declarado, sendo necessária para equalizar as contas em função de eventuais diferenças entre o valor do capital integralizado emitido e a estrutura de capital da empresa combinada.

No momento da combinação deve ser efetuada a comparação entre o capital integralizado da(s) empresa(s) que está(ão) sendo combinada(s) e o capital social da empresa emissora responsável pela combinação, que geralmente é a empresa resultante da combinação. Caso exista diferença, os seguintes procedimentos devem ser adotados:

⇒ quando o capital integralizado das empresas combinadas for superior ao capital social da empresa emissora a diferença deve ser reconhecida como reserva de ágio da empresa resultante da combinação; e

⇒ quando o capital social da empresa emissora for superior ao capital integralizado das empresas combinadas, a diferença deve reduzir as contas de reserva de ágio e de lucros acumulados seguindo uma ordem específica, qual seja: 1º) reserva de ágio da adquirida; 2º) reserva de ágio da emissora; 3º) lucros acumulados da adquirida; e 4º) lucros acumulados da adquirente.

Esse processo de cálculo deve ser realizado nas operações de *Business Combination* contabilizadas pelo *pooling*, contanto que o total do capital integralizado das outras empresas combinadas exceda o valor nominal das ações emitidas.

2.4.5 Evidenciação

No caso da aplicação do método do *pooling of interests* as principais divulgações a serem realizadas nas Demonstrações Contábeis, segundo o parágrafo 64 do APB 16, são:

- ✓ nome e breve descrição das empresas combinadas;
- ✓ método de contabilização aplicado;
- ✓ número de ações emitidas;
- ✓ detalhes dos resultados das operações das empresas antes da comunhão;
- ✓ descrição da natureza dos ajustes efetuados para uniformizar as práticas contábeis;
- ✓ detalhes das alterações nos resultados anteriores decorrentes de alterações no exercício social da companhia resultante da combinação; e
- ✓ reconciliação dos valores das receitas e ganhos previamente reportados pela corporação que emitiu ações para efetivar a combinação, com os valores atualizados das Demonstrações Contábeis apresentadas.

2.4.6 Exemplo

O tratamento acima pode ser melhor compreendido por meio do exemplo adaptado de BEAMS (1996:10-12) em que as Cias. A e B possuem um único acionista Jake e Kate, respectivamente, com 100% de participação. Os seguintes Balanços Patrimoniais são apresentados, de maneira resumida, imediatamente antes da combinação pela comunhão de interesses.

Balanços Patrimoniais antes da Combinação pela Comunhão de Interesses			
	Cia. A	Cia. B	Total a ser Combinado
Ativos Líquidos	160.000	100.000	260.000
Capital Social – valor nominal \$10	100.000	50.000	150.000
Reserva de Ágio	10.000	20.000	30.000
Capital Integralizado	110.000	70.000	180.000
Lucros Acumulados	50.000	30.000	80.000
Total do Patrimônio Líquido	160.000	100.000	260.000

A denominação “ativos líquidos” é utilizada somente para simplificar o exemplo, que será abordado de acordo as operações de incorporação, fusão e aquisição numa combinação de interesses por troca de ações.

Nos casos 1, 2, e 3 o *pooling* ocorre na forma de uma incorporação, sendo que a Cia. A é a empresa emissora e resultante da combinação, e a Cia. B é extinta. Nos casos 4, 5 e 6 o *pooling* ocorre na forma de uma fusão, sendo que a Cia. C é formada para adquirir os ativos líquidos das Cias. A e B, que são extintas. Nos últimos casos 7, 8 e 9 o *pooling* ocorre na forma de aquisição dos ativos líquidos numa combinação de interesses, sendo que a Cia. A é a empresa emissora e controladora dos ativos líquidos da Cia. B e que ambas as empresas permanecem separadas.

Caso 1 – Incorporação: Capital Integralizado Total (180.000) > Capital Social da Emissora (150.000)

A Cia. A resultante da combinação emite 5.000 novas ações para incorporar os ativos líquidos de B. Nesse caso, o capital integralizado total de \$180.000 das empresas combinadas (\$110.000 + 70.000) é superior, em \$30.000, aos \$150.000 (\$100.000 anterior mais \$50.000 pelas novas ações) do capital social da empresa resultante da combinação. Essa diferença é contabilizada como reserva de ágio da empresa resultante da combinação. Após a incorporação, A tem \$150.000 de capital social, \$30.000 de reserva de ágio e \$80.000 de lucros acumulados, totalizando um patrimônio líquido de \$260.000. Os seguintes lançamentos devem ser realizados:

Lançamento pela Emissão de 5.000 ações pela Incorporação da Cia. B	
D - Ativos Líquidos	\$100.000
C - Capital Social - acionista B	\$50.000
C - Reserva de Ágio	\$20.000
C - Lucros Acumulados	\$30.000

Lançamento pela extinção da Cia. B	
D - Capital Social - valor nominal \$10	\$50.000
D - Reserva de Ágio	\$20.000
D - Lucros Acumulados	\$30.000
C - Ativos Líquidos	\$100.000

Balancos Patrimoniais				
	Cia. A	Cia. B	Ajustes – Cia. A	Cia. A
			Débito Crédito	
Ativos Líquidos	160.000	100.000	100.000	260.000
Capital Social	100.000	50.000	50.000	150.000
Reserva de Ágio	<u>10.000</u>	<u>20.000</u>	20.000	<u>30.000</u>
Capital Integralizado	110.000	70.000		180.000
Lucros Acumulados	<u>50.000</u>	<u>30.000</u>	30.000	<u>80.000</u>
Total do PL	160.000	100.000		260.000

Caso 2 – Incorporação: Capital Integralizado Total (180.000) > Capital Social da Emissora (170.000)

A Cia. A emite 7.000 novas ações para a incorporação. Nesse caso, o capital integralizado total de \$180.000 das empresas combinadas é superior, em \$10.000, aos \$170.000 do capital social de A. Após a incorporação, A tem \$170.000 de capital social, \$10.000 de reserva de ágio e \$80.000 de lucros acumulados, totalizando um patrimônio líquido de \$260.000. É importante observar que o valor dos ativos líquidos da empresa A resultante da combinação é igual à soma dos respectivos valores contábeis das empresas combinadas.

Lançamento pela Emissão de 7.000 ações pela Incorporação da Cia. B	
D - Ativos Líquidos	\$100.000
C - Capital Social - valor nominal \$10	\$70.000
C - Lucros Acumulados	\$30.000

Balanços Patrimoniais				
	Cia. A	Cia. B	Ajustes – Cia. A	Cia. A
			<small>Débito Crédito</small>	
Ativos Líquidos	160.000	100.000	100.000	260.000
Capital Social	100.000	50.000	70.000	170.000
Reserva de Ágio	<u>10.000</u>	<u>20.000</u>		<u>10.000</u>
Capital Integralizado	110.000	70.000		180.000
Lucros Acumulados	<u>50.000</u>	<u>30.000</u>	30.000	<u>80.000</u>
Total do PL	160.000	100.000		260.000

Caso 3 – Incorporação: Capital Social da Emissora (190.000) > Capital Integralizado Total (180.000)

A Cia. A emite 9.000 novas ações. Nesse caso, o capital social da Cia. A resultante da combinação de \$190.000 é superior, em \$10.000, aos \$180.000 do capital integralizado das empresas combinadas. Após a incorporação, A tem \$190.000 de capital social, nenhuma reserva de ágio e \$70.000 de lucros acumulados, totalizando um patrimônio líquido de \$260.000. É importante ressaltar que a quantia total dos lucros acumulados combinados (\$80.000) pode ser reduzida, sendo que nesse caso a redução foi de \$10.000.

Lançamento pela Emissão de 9.000 ações na Incorporação da Cia. B	
D - Ativos Líquidos	\$100.000
D - Reserva de Ágio	\$10.000
C - Capital Social - valor nominal \$10	\$90.000
C - Lucros Acumulados	\$20.000

Balanços Patrimoniais				
	Cia. A	Cia. B	Ajustes – Cia. A	Cia. A
			Débito Crédito	
Ativos Líquidos	160.000	100.000	100.000	260.000
Capital Social	100.000	50.000	90.000	190.000
Reserva de Ágio	<u>10.000</u>	<u>20.000</u>	10.000	-
Capital Integralizado	110.000	70.000		190.000
Lucros Acumulados	<u>50.000</u>	<u>30.000</u>	20.000	<u>70.000</u>
Total do PL	160.000	100.000		260.000

Caso 4 – Fusão: Capital Integralizado Total (\$180.000) > Capital Social da Emissora (\$150.000)

A nova Cia. C resultante da combinação emite 15.000 ações no valor nominal de \$10 para unir os ativos líquidos da Cia. A e Cia. B, sendo que A recebe 10.000 ações e B 5.000 ações. Nesse caso, o capital integralizado total de \$180.000 das empresas combinadas é superior, em \$30.000, aos \$150.000 do capital social da empresa resultante da combinação, que é contabilizada como reserva de ágio da Cia. C.

Lançamento pela Emissão de 15.000 ações na Fusão (<i>Consolidation</i>) da Cia. A e Cia. B para constituir a nova (<i>merger</i>) Cia. C	
D - Ativos Líquidos	\$260.000
C - Capital Social - acionista B	\$150.000
C - Reserva de Ágio	\$30.000
C - Lucros Acumulados	\$80.000

Lançamento pela extinção da Cia. A	
D - Capital Social - valor nominal \$10	\$100.000
D - Reserva de Ágio	\$10.000
D - Lucros Acumulados	\$50.000
C - Ativos Líquidos	\$160.000

Lançamento pela extinção da Cia. B	
D - Capital Social - valor nominal \$10	\$50.000
D - Reserva de Ágio	\$20.000
D - Lucros Acumulados	\$30.000
C - Ativos Líquidos	\$100.000

Balanços Patrimoniais				
	Cia. A	Cia. B	Ajustes	Cia. C
			Débito	Crédito
Ativos Líquidos	160.000	100.000		260.000
Capital Social	100.000	50.000		150.000
Reserva de Ágio	10.000	20.000		30.000
Capital Integralizado	110.000	70.000		180.000
Lucros Acumulados	50.000	30.000		80.000
Total do PL	160.000	100.000		260.000

Caso 5 – Fusão: Capital Integralizado Total (180.000) > Capital da Emissora (170.000)

A nova Cia. C resultante da combinação emite 17.000 ações para unir os ativos líquidos da Cia. A e Cia. B, sendo 11.000 para A e 6.000 para B. Nesse caso, o capital integralizado total de \$180.000 das empresas combinadas é superior, em \$10.000, aos \$170.000 do capital social da empresa resultante da combinação, que é contabilizada como reserva de ágio da Cia. C.

Após a fusão a Cia. C tem \$170.000 de capital social, \$10.000 de reserva de ágio e \$80.000 de lucros acumulados, totalizando um patrimônio líquido de \$260.000.

Lançamento pela Emissão de 17.000 ações para constituir a Cia. C	
D - Ativos Líquidos	\$260.000
C - Capital Social - acionista B	\$170.000
C - Reserva de Ágio	\$10.000
C - Lucros Acumulados	\$80.000

Balanços Patrimoniais				
	Cia. A	Cia. B	Ajustes	Cia. C
			Débito	Crédito
Ativos Líquidos	160.000	100.000		260.000
Capital Social	100.000	50.000	20.000	170.000
Reserva de Ágio	<u>10.000</u>	<u>20.000</u>	20.000	<u>10.000</u>
Capital Integralizado	110.000	70.000		180.000
Lucros Acumulados	<u>50.000</u>	<u>30.000</u>		<u>80.000</u>
Total do PL	160.000	100.000		260.000

Caso 6 – Fusão: Capital da Emissora (190.000) > Capital Integralizado Total (180.000)

A nova Cia. C resultante da combinação emite 19.000 ações para unir os ativos líquidos da Cia. A e Cia. B, sendo 12.000 para A e 7.000 para B. Nesse caso, o capital social da empresa emissora de \$170.000 é superior, em \$10.000, ao capital integralizado total de \$180.000 das empresas combinadas. Nesse caso, deve-se reduzir a reserva de ágio da adquirida, em seguida a da emissora e, por último, os lucros acumulados, iniciando-se pela adquirida.

Após a fusão a Cia. C tem \$190.000 de capital social, nenhuma reserva de ágio e \$70.000 de lucros acumulados, totalizando um patrimônio líquido de \$260.000.

Lançamento pela Emissão de 19.000 ações para constituir a Cia. C	
D - Ativos Líquidos	\$260.000
C - Capital Social – acionista A e B	\$190.000
C - Lucros Acumulados	\$70.000

Balanços Patrimoniais				
	Cia. A	Cia. B	Ajustes	Cia. C
			Débito Crédito	
Ativos Líquidos	160.000	100.000		260.000
Capital Social	100.000	50.000	40.000	190.000
Reserva de Ágio	<u>10.000</u>	<u>20.000</u>	30.000	-
Capital Integralizado	110.000	70.000		190.000
Lucros Acumulados	<u>50.000</u>	<u>30.000</u>	10.000	<u>70.000</u>
Total do PL	160.000	100.000		260.000

Caso 7 – Aquisição: Capital Integralizado Total (180.000) > Capital Social da Emissora (150.000)

A Cia. A investidora emite 5.000 novas ações com valor nominal de \$10 para a investida B por seus respectivos ativos líquidos, sendo que ambas permanecem como entidades legalmente separadas e as Demonstrações Consolidadas são necessárias. Nesse caso, a investidora A registra a conta de Investimentos e entrega as novas ações para a Cia. B que, por sua vez, transfere suas antigas ações para a investidora. Após a combinação a Cia. A tem Balanço Patrimonial igual ao combinado relatado no caso 1.

Lançamento pela Emissão de 5.000 ações na Combinação – Cia. A	
D – Investimentos - Cia. B	\$100.000
C - Capital Social - valor nominal \$10	\$50.000
C – Reserva de Ágio	\$20.000
C - Lucros Acumulados	\$30.000

Lançamento pelas 5.000 ações recebidas na Combinação – Cia. B	
D – Investimentos - Cia. B	\$50.000
C - Capital Social – Cia. A	\$50.000

Balanços Patrimoniais				
	Cia. A	Cia. B	Ajustes	Consolidado
			Débito Crédito	
Investimentos - Cia. B	100.000	-	100.000	-
Ativos Líquidos	160.000	100.000		260.000
Total	260.000	100.000		260.000
Capital Social	150.000	50.000	50.000	170.000
Reserva de Ágio	30.000	20.000	20.000	10.000
Capital Integralizado	180.000	70.000		180.000
Lucros Acumulados	80.000	30.000	30.000	80.000
Total do PL	260.000	100.000		260.000

Caso 8 – Aquisição: Capital Integralizado Total (180.000) > Capital Social da Emissora (170.000)

A Cia. A investidora emite 7.000 novas ações no valor nominal de \$10 para a investida B por seus respectivos ativos líquidos, sendo que ambas permanecem separadas. Após a combinação a Cia. A tem Balanço Patrimonial igual ao combinado relatado no caso 2.

Lançamento pela Emissão de 7.000 ações na Combinação	
D – Investimentos	\$100.000
C - Capital Social – valor nominal \$10	\$70.000
C - Lucros Acumulados	\$30.000

Balanços Patrimoniais					
	Cia. A	Cia. B	Ajustes		Consolidado
			Débito	Crédito	
Investimentos - Cia. B	100.000	-	100.000		-
Ativos Líquidos	160.000	100.000			260.000
Total	260.000	100.000			260.000
Capital Social	170.000	50.000	50.000		170.000
Reserva de Ágio	<u>10.000</u>	<u>20.000</u>	20.000		<u>10.000</u>
Capital Integralizado	180.000	70.000			180.000
Lucros Acumulados	<u>80.000</u>	<u>30.000</u>	30.000		<u>80.000</u>
Total do PL	260.000	100.000			260.000

Caso 9 – Aquisição: Capital Social da Emissora (190.000) > Capital Integralizado Total (180.000)

A Cia. A emite 9.000 novas ações no valor de \$10 para a Cia. B e ambas permanecem separadas. Nesse caso, o capital social da emissora de \$190.000 é superior, em \$10.000, aos \$180.000 do capital integralizado das empresas combinadas, que é reduzido da conta reserva de ágio da investidora. Após a combinação, A tem \$190.000 de capital social, nenhuma reserva de ágio e \$70.000 de lucros acumulados, totalizando um patrimônio líquido de \$260.000.

Lançamento pela Emissão de 9.000 ações na Combinação	
D - Investimentos	\$100.000
D - Reserva de Ágio	\$10.000
C - Capital Social - valor nominal \$10	\$90.000
C - Lucros Acumulados	\$20.000

Balanços Patrimoniais				
	Cia. A	Cia. B	Ajustes	Consolidado
			Débito Crédito	
Investimentos - Cia. B	100.000	-	100.000	-
Ativos Líquidos	160.000	100.000		260.000
Total	260.000	100.000		260.000
Capital Social	190.000	50.000	50.000	190.000
Reserva de Ágio	-	<u>20.000</u>	20.000	-
Capital Integralizado	190.000	70.000		190.000
Lucros Acumulados	<u>70.000</u>	<u>30.000</u>	30.000	<u>70.000</u>
Total do PL	260.000	100.000		260.000

2.5 *Purchase*

Todas as operações de *Business Combination* que não atendem aos requisitos estabelecidos para aplicação do método do *pooling* devem ser contabilizadas de acordo com o método da compra. Essas operações são também denominadas de *purchase business combination* pelo fato de se identificarem claramente os acionistas da empresa compradora/investidora/controladora e os acionistas da empresa investida/controlada.

Numa aquisição contabilizada pelo método da compra os acionistas da empresa investidora não são os mesmos da investida. Portanto, nesse método não existe a troca de ações. O pagamento é realizado principalmente em moeda corrente, podendo também ser efetuado com a emissão de ações ou títulos de dívida.

Esse método adota como base o reconhecimento do *fair value* (valor de mercado) dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. Considera-se que esse valor medido individualmente representa o preço efetivamente pago pelo respectivo ativo e passivo. A necessidade de reconhecimento do valor de mercado na data da compra é muito importante, principalmente considerando-se a avaliação nos Estados Unidos de acordo com o custo histórico, não se reconhecendo os efeitos da variação do poder aquisitivo médio da moeda.

A importância do reconhecimento do valor de mercado nas transações de *purchase business combination* é ressaltada na medida em que o valor de mercado representa o custo efetivo de aquisição para a empresa compradora/controladora, ou novos controladores.

No momento da aquisição os novos controladores reconhecem um novo custo para os ativos líquidos. Utiliza-se o valor de mercado para cada ativo adquirido e passivo assumido e a quantia a mais que os novos controladores pagaram para assumir o controle da investida. Logo, o valor de mercado é a base de cálculo para o custo de aquisição e representa o custo mais recente para o comprador.

Na essência, o custo efetivo do comprador é o valor que o próprio comprador pagou na transação, representando o custo efetivo de aquisição (valor pago), ou seja, quanto o comprador pagaria pelo respectivo ativo no mercado e a quantia paga a mais (*Goodwill*) por adquirir em uma só transação a totalidade dos ativos líquidos.

Dessa forma, o(s) novo(s) controlador(es) evidencia(m) o custo efetivo da aquisição da controlada pelo valor de mercado dos ativos líquidos e o *goodwill* surgido da aquisição.

O parágrafo 88 do APB 16 apresenta guias gerais para a atribuição dos valores de mercado, sendo afirmado que uma avaliação independente pode ser utilizada. Os critérios básicos a serem aplicados aos principais itens estão resumidos no quadro seguinte:

Quadro 2 – Critérios de Avaliação de Ativos e Passivos: US-GAAP

Ativo ou Passivo	Critério
Títulos e Valores Mobiliários	Valor Corrente Líquido de Realização
Recebíveis	Valor Presente Líquido
Produtos Acabados e Mercadorias	Valor Corrente Líquido de Realização
Matérias-Primas	Custo de Reposição
Terrenos e Recursos Naturais	Valor de Avaliação
Demais Ativos Imobilizados	Custo de Reposição
Ativos Intangíveis	Valor de Avaliação
Passivos	Valor Presente Líquido

O processo contábil para as operações de *Business Combination* contabilizadas pelo método da compra deve abranger três passos:

1. determinar o custo de aquisição do investimento (valor pago);
2. calcular a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento, alocando o custo identificável para os ativos adquiridos e passivos assumidos na base do respectivo valor de mercado na data da aquisição; e
3. reconhecer o *Goodwill* ou crédito diferido em função da diferença entre o valor pago e o valor de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Cada item desse processo é analisado a seguir, evidenciando-se os procedimentos necessários para aplicar o método da compra. No entanto, os exemplos serão apresentados nos itens sobre consolidação, uma vez que as Demonstrações Consolidadas são necessárias para as operações de *purchase business combination*.

2.5.1 Custo de Aquisição do Investimento

O valor pago pela compra de uma subsidiária deve ser reconhecido na data efetiva da transferência do controle. Esse montante deve ser definido de acordo com as modalidades de pagamento. Quando a investidora emite ações que possuem cotação no mercado, esse parâmetro deve ser considerado como base e o custo dessa emissão deve reduzir a reserva de ágio.

De forma geral, a data de aquisição deve coincidir com a denominada data de consumação da transação, ou seja, quando o adquirente recebe os ativos e passivos da sociedade adquirida em troca do pagamento ou do reconhecimento das dívidas referentes ao custo de aquisição.

Entretanto, é previsto que as partes podem, por conveniência, designar como data efetiva um momento específico durante o processo de negociação, desde que seja firmado um acordo formal afirmando que essa representa a efetiva data de transferência do controle para a adquirente.

O custo de aquisição abrange todos os gastos diretos relacionados à transação, tais como o custo de estudo do projeto e os honorários de consultores. Os gastos indiretos são tratados como despesas do período.

2.5.1.1 Contingências

Determinadas compras incluem cláusulas de pagamentos posteriores para os proprietários da empresa investida, sendo que o preço final está vinculado a eventos ou transações relacionadas ao futuro, caracterizando uma contingência quanto ao custo total. O valor definitivo das contingências será de responsabilidade da compradora, ou seja, a empresa que está adquirindo o controle deverá arcar com a insubsistência ou a superveniência de ativos e passivos. Os casos mais comuns referem-se à vinculação com os resultados futuros da investida ou à variação do preço da ação no mercado.

O valor de mercado das contingências deve ser estimado de acordo com as determinações do FAS 38, considerando-se as melhores fontes de informações disponíveis.

As contingências existentes antes da aquisição podem estar ou não contabilizadas na investida. Entretanto, o valor estimado no momento da compra é reconhecido para a determinação da contabilização do custo do investimento. Essas estimativas devem ser controladas. Se a definição do valor efetivo da contingência ocorrer dentro de um ano da data da compra deve-se reconhecer o valor contabilizado como custo do investimento/preço de compra (FAS 38, § 5a). O efeito do valor real após um ano da data da compra deve ser ajustado no resultado (FAS 38, § 6).

2.5.1.2 Passivos

As obrigações incondicionais e os valores passíveis de estimativa na data da compra devem ser registrados e incluídos na alocação do preço de aquisição. Os valores referentes às situações em que não é possível uma estimativa além da razoável dúvida devem ser evidenciados.

A resolução do EITF 95-3 *“Recognition of Liabilities in Connection with a Purchase Business Combination”* afirma a possibilidade do reconhecimento de determinados passivos resultantes da aquisição na alocação do preço de compra, desde que relacionados a fatos que não gerem benefícios futuros. Podem abranger gastos decorrentes do fechamento de uma fábrica da empresa investida quando existe uma duplicação de ativos em relação à investidora ou gastos adicionais com

empregados da investida, caso estejam previstos para serem realizados imediatamente após a compra. A diferença entre o valor estimado e o desembolsado deve ser ajustada no custo de aquisição do investimento. Os gastos de reestruturação e integração não podem ser incluídos ao custo de aquisição.

2.5.2 Diferença em relação ao Valor Contábil do Investimento

Numa aquisição contabilizada pelo método da compra o valor pago pelo investimento pode ser diferente do valor contábil. Quando houver variação entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido da sociedade investida a diferença será alocada considerando-se o valor de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A alocação abrange também o reconhecimento dos ativos intangíveis da investida que não estão contabilizados mas foram considerados no processo de negociação. Se após realizar a alocação ainda houver algum saldo remanescente da diferença esse valor deverá ser reconhecido como *goodwill* ou crédito diferido (*deferred credit*), sendo este último o termo representativo do *goodwill* negativo.

O procedimento pode ser melhor compreendido de acordo com o cálculo demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 3 – Tratamento da Diferença: US-GAAP

	Valor Pago pelo investimento
(-)	Valor Contábil do investimento
(=)	Diferença
(-)	Alocação ao Valor de Mercado
(=)	<i>Goodwill</i>

2.5.2.1 *Goodwill*

O *goodwill* decorrente de uma aquisição contabilizada pelo método da compra (*purchase business combination*) refere-se à diferença positiva entre o valor pago (custo de aquisição) e o valor de mercado dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, devendo ter fundamento econômico com base nos benefícios futuros. Logo após o reconhecimento e registro do *goodwill* esse deve ser amortizado como despesa numa base sistemática de acordo com o período de benefício estimado. Entretanto, o período de amortização não deve exceder a 40 anos.

Considerando que o *goodwill* refere-se à diferença entre o valor pago e o valor de mercado, pode-se obter o valor da diferença sendo positivo ou negativo. Logo, o reconhecimento do *goodwill* ou *goodwill* negativo ocorrerá quando:

- ❶ o valor pago for superior ao valor de mercado dos ativos e passivos da investida;
- ❷ o valor pago for inferior ao valor de mercado dos ativos e passivos da investida.

No primeiro caso, a diferença é positiva e o *goodwill* é então constituído. Esse deve ser considerado como um valor residual acima do valor de mercado representando, a rigor, o pagamento por lucros futuros.

No segundo caso, o tratamento da diferença negativa deve seguir um procedimento específico previsto no APB 16, parágrafo 87. Inicialmente, os valores atribuíveis para os ativos não circulantes adquiridos, com exceção dos títulos e valores mobiliários de longo prazo, devem ser reduzidos. Se houver mais de um ativo não circulante sujeito a redução, essa deve ser proporcional ao valor de mercado desses ativos. Caso esses ativos sejam reduzidos para zero e ainda houver uma diferença residual entre o valor pago e o valor de mercado o valor residual deve ser reconhecido como crédito diferido, sendo amortizado de forma sistemática e considerando-se o período estimado de benefício de até 40 anos.

2.5.3 Evidenciação

O parágrafo 95 do APB 16 apresenta os seguintes aspectos necessários para a evidenciação em Notas Explicativas das operações efetuadas de acordo com o método da compra:

- ✓ nome da empresa adquirida e descrição da operação;
- ✓ método de contabilização;
- ✓ custo da operação e o número de ações emitidas, se aplicável;
- ✓ período a partir do qual os resultados da companhia adquirida estão incluídos na Demonstração do Resultado da empresa compradora;
- ✓ descrição do plano de amortização do *goodwill*;
- ✓ descrição das contingências relacionadas com a transação de compra, incluindo-se o tratamento de créditos fiscais, se existentes;e
- ✓ outras informações pertinentes, tais como contingências, opções ou outros compromissos.

De forma complementar, deve ser evidenciado em Nota Explicativa através de Demonstrações Pró-Forma o impacto no resultado do período em que ocorreu a compra de uma subsidiária, admitindo-se que a investida fosse controlada desde o início do ano. A evidenciação de demonstrações comparativas deve abranger também o impacto referente ao período imediatamente anterior, admitindo que a investida fosse consolidada desde o início daquele período.

2.6 *Push-Down Accounting*

Um aspecto não previsto pelo FASB, mas exigido em determinadas circunstâncias pela SEC, refere-se às operações de *Business Combination* contabilizadas e evidenciadas de acordo com o método contábil denominado de *Push-Down Accounting*. Nesse método as investidas reconhecem em suas Demonstrações Contábeis os efeitos de operações que foram realizadas pela investidora.

Um exemplo decorre da necessidade de as investidas ajustarem a avaliação dos seus ativos e passivos quando, em uma *Business Combination*, o valor pago por esses itens patrimoniais for diferente do valor contábil.

A SEC considera sua aplicação importante para divulgação das Demonstrações Contábeis da sociedade investida requerendo seu uso nas situações em que a investida for substancialmente de propriedade de uma investidora. Sua abordagem é efetuada no *Staff Accounting Bulletin* de números 54 e 73, e pode inclusive gerar o reconhecimento contábil do *goodwill* na sociedade investida.

De acordo com FIPECAFI & Arthur Andersen (1994:656) é afirmado que:

Os novos valores são atribuídos aos ativos e passivos da investida pela distribuição do ágio (ou deságio) nas correspondentes contas, até o limite dos valores de mercado. O eventual valor excedente pago pela investidora é registrado como *goodwill*, **representando esse o verdadeiro *goodwill* da investida.** (Grifo nosso).

A SEC não obriga a aplicação do *Push-Down Accounting* nos casos em que a investida emitiu ações preferenciais e estão dispersas com muitos acionistas minoritários.

A aplicação do *Push-Down Accounting* gera efeito nas Demonstrações Contábeis da investida e indica a predominância do valor de mercado, que se constitui na nova base de avaliação. O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos ao valor de mercado e o respectivo “ajuste de avaliação”. Na apuração do resultado da investida os efeitos sobre os itens patrimoniais serão reconhecidos no momento da realização, pois os elementos patrimoniais serão baixados ou depreciados com base no valor de mercado. O impacto no cálculo do resultado da empresa irá gerar efeito no cálculo da equivalência patrimonial.

Segundo DELANEY (1997:387), a aplicação dessa nova base contábil foi discutida, nos Estados Unidos, por meio de um memorando em 1991, sendo que não se obteve consenso. No entanto, de acordo com esse autor, o FASB retirou, em 1996, essa questão da agenda de debates.

Na situação usual a empresa investida manteria o seu Balanço Patrimonial avaliado aos valores contábeis, não ocorrendo alterações após a aquisição de seu controle.

Um exemplo da aplicação do *Push-Down Accounting* ocorreu de forma equivocada no caso da “Cia. Vale do Rio Doce” no 1º semestre de 1997. O Governo Federal, acionista controlador da empresa, vendeu parte das ações aos empregados por um montante inferior ao valor de mercado. Esse diferencial negativo teve que ser reconhecido pela empresa controladora, pois foi considerado, de forma equivocada,

que houve uma forma de remuneração dos seus empregados. Esse item, no entanto, foi reconhecido como um item extraordinário com a aprovação da SEC.

EPSTEIN (1997:362) aborda o tratamento internacional do *Push-Down Accounting* e analisa a polêmica sobre sua constituição. Contudo, não é apresentada nenhuma determinação do IASC sobre a obrigatoriedade de sua aplicação.

2.6.1 Exemplo

Balancos Iniciais antes da Aquisição (Em \$)				
Investidora		Investida		
		Valor Contábil (VC)	Valor de Mercado (VM)	Diferença VM - VC
Caixa	1.000	Caixa	100	
		Estoques	200	220
		Terrenos	150	180
Total	1.000	Total	450	
		Financiamentos	50	60
Capital	1.000	Capital	400	
Total	1.000	Total	450	40

Admite-se que a investidora adquiriu 100% das ações com direito a voto da investida por \$440.

Balancos Patrimoniais Após a Aquisição (Em \$) – Sem <i>Push-Down Accounting</i>				
Investidora		Investida		Alocação da Diferença
Caixa	560	Caixa	100	660
		Estoques	200	220
		Terrenos	150	180
Investimentos	440			-
Total	1.000	Total	450	1.060
		Financiamentos	50	60
Capital	1.000	Capital	400	1.000
Total	1.000	Total	450	40

A aplicação do *Push-Down* exige a evidenciação e divulgação das Demonstrações Contábeis da sociedade investida a valores de mercado. Para tanto, torna-se necessário o seguinte lançamento de ajuste:

Lançamento de Ajuste – <i>Push-Down Accounting</i>	
D - Estoques	20
D - Terrenos	30
C - Financiamentos	10
C - Ajuste de <i>Push-Down</i>	40

Balanços Patrimoniais (Em \$) – <i>Push-Down Accounting</i>					
Investidora		Investida		Eliminações	Consolidado
Caixa	560	Caixa	100		660
		Estoques	220		220
		Terrenos	180		180
Investimentos	440			440	
Total	1.000	Total	500		1.060
		Financiamentos	60		60
Capital	1.000	Capital	400	400	1.000
		Ajuste	40	40	
Total	1.000	Total	500		1.060

Dessa forma, o Balanço Patrimonial da investida está avaliado ao valor de mercado, que é justamente o valor pago pelo comprador, e reconhece o ajuste de avaliação. A demonstração abaixo evidencia a aplicação do *Push-Down Accounting*.

Balanços Patrimoniais (Em \$)		
	Sem <i>Push-Down</i>	Com <i>Push-Down</i>
Caixa	100	100
Estoques	200	220
Terrenos	150	180
Total	450	500
Financiamentos	50	60
Capital	400	400
Ajuste de <i>Push-Down</i>	-	40
Total	450	500

É importante notar que a conta “ajuste de *push-down*” no patrimônio líquido da investida (em seu Balanço Patrimonial individual) corresponde a uma reserva de reavaliação. Só que decorrente de uma transação efetivada.

2.7 Consolidação

Um fato marcante nos Estados Unidos é a certeza da predominância da qualidade informativa das Demonstrações Consolidadas comparadas às Demonstrações Contábeis individuais da controladora. Esse posicionamento é verificado nos textos normatizadores e no modelo decisório dos usuários da informação contábil.

Os pronunciamentos norte-americanos impedem a evidenciação isolada das Demonstrações Contábeis da companhia controladora quando essa é obrigada a efetuar a Consolidação. Um outro aspecto relevante decorre da aceitação das Demonstrações Consolidadas para efeitos tributários¹¹.

O FAS 94 determina a evidenciação das Demonstrações Consolidadas como as fundamentais para os acionistas de ações com direito a voto. O ARB 51, parágrafo 24, permite a evidenciação das demonstrações da controladora para atendimento a acionistas preferenciais e credores através uma coluna adicional às Demonstrações Consolidadas.

Dessa forma, as demonstrações da controladora não podem ser apresentadas isoladamente.

¹¹ O Brasil, através do Decreto-lei nº 1.598 emitido em 26/12/77 no processo de adaptação das normas tributárias à Lei nº 6.404, instituiu uma alternativa para os grupos empresariais e empresas controladoras com participação superior a 80% no capital votante da controlada de optarem pela tributação de acordo com as Demonstrações Consolidadas. Porém, esta possibilidade foi revogada antes da sua entrada em vigência pelo Decreto-lei nº 1.648/78.

2.7.1 Consolidação versus Método de Equivalência Patrimonial

As Demonstrações Consolidadas evidenciam os valores das operações efetuadas pelas entidades consolidadas com terceiros ampliando a capacidade informativa dos usuários e propiciando a visão da natureza e do volume das atividades. A análise de indicadores como, por exemplo, o grau de endividamento, retorno sobre vendas e retorno sobre ativos é muito mais conclusiva do que a análise efetuada apenas com base nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora.

O Balanço Patrimonial Consolidado evidencia os saldos dos ativos e passivos com terceiros, e a Demonstração do Resultado Consolidada indica as receitas e despesas com terceiros, sendo que a participação minoritária deve ser apresentada de forma destacada, idealmente, imediatamente antes do patrimônio líquido.

A aplicação da equivalência patrimonial utiliza fundamentos básicos, incluindo-se o cômputo dos lucros não realizados com terceiros, entretanto, efetua a evidenciação de forma sintética. No Balanço Patrimonial da controladora a proporção da participação no patrimônio líquido é apresentada na linha de Investimentos. Na Demonstração do Resultado, o impacto no lucro das operações contínuas é apresentado em uma única linha na conta resultado da equivalência patrimonial. Por esse motivo o método de equivalência patrimonial (MEP) é geralmente denominado de “*one line consolidation*” ou consolidação em uma linha.

Em ambas as sistemáticas o reconhecimento da diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido da investida deve ser efetuado reconhecendo-se o valor de mercado dos ativos e passivos.

2.7.2 Quando Consolidar

De acordo com o FAS 94, parágrafo 13, as Demonstrações Consolidadas devem incluir todas as subsidiárias em que a investidora detém, direta ou indiretamente, a maioria do capital votante que é representada pela participação acionária acima de 50% das ações com direito a voto.

A consolidação deve abranger as investidas localizadas no país e no exterior. O processo de tradução das Demonstrações Contábeis elaboradas inicialmente em moeda estrangeira para dólares tem como um dos objetivos principais justamente permitir a consolidação das empresas não situadas nos Estados Unidos.

Conforme o FAS 94, parágrafo 7, o fato de a investidora possuir controladas atuando em setores diversificados não constitui motivo para as empresas não serem incluídas na consolidação.

A investida somente não será consolidada quando (FAS 94, § 13):

- 1º)** o controle da investidora sobre uma subsidiária for temporário; ou
- 2º)** existir dúvida relevante a respeito da habilidade da investidora no controle de uma subsidiária.

O primeiro item trata do controle das subsidiárias adquiridas com a intenção formalizada de serem vendidas num futuro próximo, enquanto que o segundo item se refere às subsidiárias que operam com restrições de longo prazo, tais como: subsidiárias em processo de reorganização legal, regime de falência ou que operam em determinadas incertezas governamentais tão severas que dificultam a habilidade da investidora em controlar a subsidiária.

Em ambos os casos o FASB não recomenda um método específico de avaliação, pois o FAS 94, parágrafo 15 alterou o APB 18, eliminando o requisito de que as subsidiárias não consolidadas seriam avaliadas pelo MEP.

O método de avaliação para contabilizar as subsidiárias não consolidadas depende das circunstâncias, ou seja, se a participação tem influência significativa utiliza-se o MEP, caso contrário utiliza-se o método do custo. No entanto, de acordo com WILLIAMS (1997:6.05), embora o FASB não determine um método específico para as subsidiárias não consolidadas o MEP é julgado apropriado.

Em Janeiro de 1998 foi emitido o EITF 96-16, *"Investor's accounting for an investee when the investor has a majority voting interest but the minority shareholder or shareholders have certain approval or veto rights"*, em que se pondera que quando os acionistas minoritários possuem direitos que permitem uma participação substantiva e direito de veto para determinadas decisões pode ser considerado que, em essência, a investidora com a propriedade superior a 50% das ações com direito a voto não exerce o pleno controle e, em decorrência, não deve incluir a investida nas Demonstrações Consolidadas.

Os investimentos em *joint ventures*, como regra geral, não podem ser consolidados, devendo ser avaliados de acordo com o MEP. Existem pronunciamentos que determinam a consolidação proporcional para *joint ventures* em situações específicas, como no caso das empresas de petróleo.

2.7.3 Como Consolidar

O ARB 51 e o FAS 94 abordam as técnicas de consolidação. Essas são similares aos procedimentos determinados no APB 18 para a aplicação do MEP, uma vez que esse método também é denominado de consolidação em uma única linha.

Os principais procedimentos determinados pelas normas são abordados a seguir.

➔ **Resultados Não Realizados Entre Companhias**¹² – devem ser eliminados até o montante reconhecido pela investidora ou investida. O APB 18, parágrafo 19a, vincula os procedimentos de equivalência e consolidação determinando que a eliminação deve ser realizada como se a investida fosse consolidada. De acordo com o conceito de realização, os lucros e prejuízos decorrentes de transações entre a investidora e a investida somente poderão ser reconhecidos pela entidade quando realizados por meio de transações (compras e vendas) com terceiros. Dessa forma existem lucros ou prejuízos não realizados quando se trata de venda de ativos e desde que esses ativos estejam ainda com a empresa adquirente, ocorrendo tanto para as transações de bens entre a investidora e a investida, denominadas *down-stream*, quanto entre a investida e a investidora, denominadas *up-stream*.

A metodologia de cálculo norte-americana, enfatizada no item 1 do AIN-APB 18, *Intercompany Profit Elimination Under Equity Method*, considera somente a eliminação proporcional do resultado não realizado de forma geral.

¹² Adaptado do item 1 do AIN-APB 18 “*The Equity Method of Accounting for Investments in Common Stock: Accounting Interpretations of APB Opinion Nº 18*”.

Entretanto, a eliminação da proporção dos lucros ou prejuízos não realizados depende da relação entre a investidora e a investida. Quando a investidora controla uma investida por meio da participação majoritária e realiza uma transação com a investida, que não está em uma base “*arm’s length*” (sem favorecimento), nenhum resultado (lucro ou prejuízo) decorrente de transações entre companhias deve ser reconhecido pela investidora até que sejam realizadas perante terceiros. O mesmo tratamento também é aplicável às investidas que foram constituídas com a cooperação da investidora cujo controle seja exercido por meio de garantias de dívidas, créditos adicionais ou outros acordos especiais realizados em benefício da investida, ou devido à investidora possuir o domínio de *warrants*, títulos conversíveis, etc. emitidos pela investida. Em outros casos, é apropriado que a investidora elimine o lucro não realizado de acordo com a porcentagem de participação na investida tanto para as transações *down-stream* como para as *up-stream*.

Um exemplo dessas transações ocorre quando a controladora possui um investimento de 80% no capital votante da controlada e realiza transações que devem ser eliminadas nas Demonstrações Contábeis individuais (de acordo com o método de equivalência patrimonial) e na consolidação. A seguir serão analisadas duas transações entre companhias.

- **Down-stream** – A investidora vende estoques com lucro de \$100.000 para a investida, sendo que esses estoques permanecem no ativo da investida na data de encerramento do exercício. Nesse caso, o resultado líquido da investidora deve ser reduzido em \$80.000 (80% x \$100.000) para refletir a redução no lucro. No Balanço Patrimonial da investidora o lucro não realizado pode ser apresentado como receita diferida. A apresentação da Demonstração do Resultado e do Balanço Patrimonial dependerá do que for mais significativo nas circunstâncias.

- **Up-stream** – A investida vende parte de seus estoques para a investidora com lucro de \$100.00 e esses estoques permanecem na investidora. No cômputo de equivalência da investidora \$100.000 devem ser reduzidos do resultado líquido da investida e \$80.000 (participação acionária da investidora nos resultados decorrentes de transações intercompanhias) deve ser eliminado da conta de resultado de equivalência patrimonial da investidora. Normalmente, a conta Investimentos da investidora também deve refletir a eliminação de \$80.000 referentes aos lucros não realizados, porém, a eliminação também pode ser refletida de outras maneiras; por exemplo, a conta estoques da investidora pode ser reduzida em \$80.000.

Torna-se importante notar que os resultados não realizados são eliminados nas Demonstrações Contábeis individuais e, portanto, essa eliminação já é evidenciada no Balanço Patrimonial individual da investidora ou da investida.

➔ **Transações Entre Companhias Consolidadas** – devem ser totalmente eliminadas a fim de evidenciarem apenas as operações realizadas com terceiros.

➔ **Tributos Referentes às Transações entre Companhias** – os tributos pagos sobre lucros não realizados devem ser diferidos até que os respectivos ativos sejam vendidos para terceiros.

➔ **Ações da Controladora Possuídas pela Controlada** – são tratadas como ações em tesouraria e subtraídas da participação patrimonial dos acionistas no patrimônio líquido consolidado.

→ **Defasagem de Exercício** – de até três meses entre a data do encerramento do balanço da subsidiária e a data de consolidação é permitida. Nesse caso, os eventos materiais que ocorrerem dentro do período de defasagem devem ser evidenciados adequadamente. O ARB 51, parágrafo 4, não é claro, mas deve ser admitido que os ajustes devem ser efetuados nas Demonstrações Contábeis. Outra alternativa seria a evidenciação do efeito em Notas Explicativas.

→ **Aquisições Sucessivas** – quando uma controlada é comprada em mais de uma transação (*blocks*), cada compra deve ser contabilizada de acordo com o método denominado “*step by step*” e a consolidação só é realizada após a data da obtenção efetiva do controle. Esse método considera as datas de cada aquisição em que o valor contábil na data de cada compra é comparado com a participação no patrimônio líquido da investida. Na aquisição de uma controlada em etapas devem-se considerar as circunstâncias para determinação da data de aquisição que garante o controle para efeito de consolidação. Se duas ou mais compras são efetuadas em um período longo de tempo o processo de consolidação deve considerar cada passo a partir da data da obtenção do controle. Contudo, se ocorrerem pequenas compras em um período menor de tempo e o controle for obtido, pode-se usar, por conveniência, a data da última compra de ações como a data base para o início do processo de consolidação.

→ **Venda de Subsidiária** – durante o exercício deve ser evidenciada por meio do método de equivalência patrimonial, considerando-se o efeito das operações nas Demonstrações Consolidadas.

→ **Passivo a Descoberto** – pode ser reconhecido se a investidora garantiu obrigações ou teve o compromisso de fornecer suporte financeiro para a investida.

→ **Resultados da Subsidiária** – devem ser distribuídos proporcionalmente para os controladores e minoritários. Entretanto, na hipótese dos prejuízos da sociedade investida atribuídos aos minoritários serem maiores que o respectivo saldo da conta investimentos, a parcela excedente deve ser alocada para os controladores nas Demonstrações Consolidadas, admitindo-se que os minoritários não têm obrigação de repor essas perdas.

→ **Participação Minoritária** – deve ser deduzida da Demonstração do Resultado a fim de calcular o lucro líquido atribuído aos acionistas controladores. No Balanço Patrimonial deve ser apresentada de forma destacada.

2.7.3.1 Métodos de Evidenciação da Participação Minoritária

Quando o controle é exercido com uma participação inferior a 100%, existem propostas de tratamentos contábeis diferentes de acordo com duas abordagens: o *parent company concept* (conceito de sociedade controladora) e o *entity concept* (conceito de entidade).

De acordo com HOYLE (1996:205), o *parent company concept* é a abordagem mais utilizada nos Estados Unidos e reconhece apenas para a controladora o montante da diferença entre o valor de mercado dos ativos líquidos e o valor contábil.

Na abordagem *entity concept* é estimado o valor total do patrimônio líquido da sociedade investida aos valores de mercado, e esse montante é atribuído tanto para os acionistas controladores quanto para os acionistas minoritários.

Essas duas abordagens podem ser compreendidas através do seguinte exemplo:

· **Dados**

- ⇒ A Cia. Z efetua a aquisição de 75% da investida Cia. ABC;
- ⇒ Preço pago: \$700;
- ⇒ Valor do patrimônio líquido contábil da Cia. ABC: \$680;
- ⇒ Valor do patrimônio líquido a valor de mercado: \$800.

Balancos Patrimoniais antes da Aquisição (Em \$)			
Investidora		Investida	
Caixa	700		
		Terrenos	680
Total	700	Total	680
Participação Minoritária	-		
Capital	700	Capital	680
Total	700	Total	680

Inicialmente será aplicada a abordagem *parent company concept*, que considera o valor de mercado com base no percentual de participação da controladora, não reconhecendo o efeito da diferença para o acionista minoritário.

Dessa forma, o cálculo e alocação da diferença são obtidos a seguir:

	Valor Pago	\$700
(-)	Valor Contábil ($\$680 \times 75\%$)	<u>(\$510)</u>
(=)	Diferença	\$190
(-)	Alocação [$(800 - 680) \times 75\%$]	<u>(\$90)</u>
(=)	<i>Goodwill</i>	\$100

A diferença entre o patrimônio líquido a valor de mercado de \$600 ($\$800 \times 75\%$) e o valor contábil de \$510 ($\$680 \times 75\%$) resulta no montante de \$90, que é atribuído, nesse exemplo, aos terrenos. O excesso do valor pago (\$700) sobre o valor de mercado (\$600) no montante de \$100 é reconhecido como *goodwill*. Portanto, a diferença tem a seguinte composição:

	Valor atribuído aos ativos (terrenos)	\$90
(+)	<i>Goodwill</i>	<u>\$100</u>
(=)	Total	\$190

A empresa investidora registra a aquisição com o seguinte lançamento:

Lançamento – Empresa Investidora	
D – Investimentos	\$700
C – Caixa	\$700

Conforme a abordagem do *parent concept*, a participação minoritária é mantida com base nos valores originais dos ativos (terrenos) da investida de \$170 (25% x \$680). O seguinte lançamento de eliminação deve ser efetuado para elaborar as Demonstrações Consolidadas:

Lançamento de Ajuste – Consolidação	
D – Terrenos	\$90
D – <i>Goodwill</i>	\$100
D – Capital	\$680
C – Investimentos	\$700
C – Participação Minoritária	\$170

Demonstrações Contábeis (Em \$)					
	Investidora	Investida	Eliminações		Consolidado
			Débito	Crédito	
Caixa	-	-			
Terrenos	-	680	90		770
Investimentos	700	-		700	
Goodwill			100		100
Total	700	680			870
Participação Minoritária				170	170
Capital	700	680	680		700
Total	700	680			870

Entretanto, de acordo com o *entity concept*, a mais-valia existente nos terrenos é atribuída também à participação minoritária. A diferença entre o patrimônio líquido a valor de mercado de \$800 e o valor contábil de \$680 no montante de \$120 é atribuída aos minoritários de forma proporcional, ou seja, \$90 (75% x \$120) para os controladores e \$30 (25% x \$120) para os minoritários. O seguinte lançamento de eliminação deve ser efetuado para elaborar a Consolidação:

Lançamento de Ajuste – Consolidação	
D – Terrenos	\$120
D – <i>Goodwill</i>	\$100
D – Capital	\$680
C – Investimentos	\$700
C – Participação Minoritária	\$200

Demonstrações Contábeis (Em \$)				
Investidora	Investida	Eliminações		Consolidado
		Débito	Crédito	
Caixa -	-			
Terrenos -	680	120		800
Investimentos 700	-		700	
<i>Goodwill</i>		100		100
Total 700	680			900
Participação Minoritária			200	200
Capital 700	680	680		700
Total 700	680			900

Porém, outra forma de aplicação do *entity concept* diz respeito ao valor intrínseco de compra da empresa para a determinação do *goodwill* e é abordada em HENDRIKSEN (1991:790). Esse cálculo é efetuado considerando-se que 75% da empresa foi comprada por \$700 e, por consequência, o valor total de 100% seria \$933. Nessa nova abordagem de cálculo \$233 (25% x \$933) são atribuídos aos acionistas minoritários, podendo essa quantia ser desdobrada em \$170 referente ao valor contábil, \$30 correspondentes à mais-valia dos terrenos e \$33 ao *goodwill*. O seguinte cálculo evidencia o raciocínio aplicado:

	Valor Pago	\$700
(÷)	Porcentagem de participação	75%
(=)	Preço intrínseco da empresa	\$933
(-)	Valor Contábil	<u>(\$680)</u>
(=)	Diferença	\$253
(-)	Valor de mercado dos terrenos	<u>(\$800)</u>
(=)	<i>Goodwill</i>	\$133

Atribuição	Controlador	Minoritário	Total
Valor de mercado dos terrenos	90	30	120
<i>Goodwill</i>	100	33	133
Total	190	63	253
Participação no valor contábil	510	170	680
Total	700	233	933

Lançamento de Ajuste – Consolidação	
D – Terrenos	\$120
D – <i>Goodwill</i>	\$133
D – Capital	\$680
C – Investimentos	\$700
C – Participação Minoritária	\$233

Demonstrações Contábeis (Em \$)					
	Investidora	Investida	Eliminações		Consolidado
			Débito	Crédito	
Caixa	-	-			
Terrenos	-	680	120		800
Investimentos	700	-		700	
Goodwill			133		133
Total	700	680			933
Part. Minoritária				233	233
Capital	700	680	680		700
Total	700	680			933

Pode-se constatar que, dependendo da interpretação adotada, a aplicação do *entity concept* pode acarretar alteração na posição patrimonial consolidada.

2.7.4 Evidenciação

O ARB51, parágrafo 5, somente menciona que a política de consolidação deve ser evidenciada no próprio corpo Demonstrações Contábeis ou em Notas Explicativas, sendo que cada empresa é responsável pela extensão. Entretanto, evidenciações específicas deverão ocorrer na hipótese da existência de controladas não consolidadas ou se forem consolidadas investidas com data de encerramento do exercício social diferente da controladora.

2.7.5 Exemplo

Nesse exemplo é apresentada uma operação de *Business Combination* contabilizada pelo método da compra e a consolidação na data da aquisição de 100% de participação de uma empresa investida por parte da investidora de acordo com os mesmos dados apresentados no exemplo anterior.

É necessário alertar que, de acordo com a literatura norte-americana, a conta investimentos é evidenciada de acordo com o valor pago, sendo que os valores de mercado dos ativos líquidos e o *goodwill* decorrente da aquisição são reconhecidos nos papéis de trabalho de consolidação e evidenciados nas Demonstrações Consolidadas.

Por simplicidade será admitida a inexistência do reconhecimento de ativos intangíveis, contingências e passivos específicos decorrentes da operação.

Balancos Iniciais antes da Aquisição (Em \$)				
Investidora		Investida		
		Valor Contábil (VC)	Valor de Mercado (VM)	Diferença VM - VC
Caixa	1.000	Caixa	100	
		Estoques	200	220
		Terrenos	150	180
Total	1.000	Total	450	
		Financiamentos	50	60
Capital	1.000	Capital	400	
Total	1.000	Total	450	40

O quadro acima apresenta o Balanço Patrimonial da investidora e da investida antes da aquisição. São também apresentados os respectivos ativos e passivos da sociedade investida ao valor contábil (VC), valor de mercado (VM) e a respectiva diferença. Os financiamentos de acordo com o valor de mercado apresentam um aumento de \$10 em relação ao valor contábil, indicando que o passivo está sub-avaliado. Esse fato pode normalmente ser atribuído à variação da taxa de juros entre a data de obtenção do passivo e o momento atual. No exemplo, presume-se que tenha havido uma alteração da taxa de juros tornando a dívida atual não plenamente conveniente para a empresa que está sendo adquirida. Para efeito do tratamento do diferencial esse aumento do passivo diminui o valor do patrimônio líquido a valores de mercado.

Para a análise do tratamento o valor do patrimônio líquido contábil de \$400 da investida e do patrimônio líquido a valores de mercado no montante de \$440 serão mantidos constantes. A variação irá ocorrer em relação ao valor de compra de acordo com as seguintes hipóteses:

- ↳ **Hipótese I:** Valor Pago (\$440) = Valor de Mercado > Valor Contábil;
- ↳ **Hipótese II:** Valor Pago (\$600) > Valor de Mercado > Valor Contábil;
- ↳ **Hipótese III:** Valor Pago (\$400) = Valor Contábil < Valor de Mercado;
- ↳ **Hipótese IV:** Valor Pago (\$200) < Valor Contábil < Valor de Mercado.

↳ **Hipótese I: Valor Pago (\$440) = Valor de Mercado > Valor Contábil (\$400)**

· **Diferença**

	Valor Pago	\$440	
(-)	Valor Contábil	<u>(\$400)</u>	\$40

· **Goodwill**

	Valor Pago	\$440	
(-)	Valor Mercado	<u>(\$440)</u>	0

O valor dessa diferença deve ser alocado integralmente nas respectivas contas do ativo e passivo no Balanço Consolidado uma vez que corresponde à mesma diferença apurada entre o valor de mercado e o valor contábil.

Lançamento – Empresa Investidora	
D – Investimentos	\$440
C – Caixa	\$440

Balanços Patrimoniais (Em \$)					
Investidora		Investida		Alocação da Diferença	Consolidado
Caixa	560	Caixa	100		660
		Estoque	200	+20	220
		Terrenos	150	+30	180
Investimentos	440				
Total	1.000	Total	450		1.060
		Financiamentos	50	-10	60
Capital	1.000	Capital	400		1.000
Total	1.000	Total	450		1.060

É importante notar que o Balanço Consolidado evidencia os valores dos ativos e dos passivos de acordo com o respectivo valor de mercado; assim, é reconhecido que a investidora pagou os respectivos preços de mercado dos ativos e passivos da investida no momento da aquisição.

↳ **Hipótese II: Valor Pago (\$600) > Valor de Mercado (\$440) > Valor Contábil**

· **Diferença**

	Valor Pago	\$600	
(-)	Valor Contábil	<u>(\$400)</u>	\$200

· **Goodwill**

	Valor Pago	\$600	
(-)	Valor Mercado	<u>(\$440)</u>	\$160

Nesta hipótese, deve-se alocar parcela da diferença para os respectivos ativos e passivos e em seguida reconhecer o *goodwill*, que pode ser também calculado da seguinte forma:

	Valor Pago	\$600
(-)	Valor Contábil	<u>(\$400)</u>
(=)	Diferença	\$200
(-)	Alocação	<u>(\$40)</u>
(=)	<i>Goodwill</i>	\$160

Lançamento – Empresa Investidora	
D – Investimentos	\$600
C – Caixa	\$600

Balanços Patrimoniais (Em \$)					
Investidora		Investida		Alocação da Diferença	Consolidado
Caixa	400	Caixa	100		500
		Estoques	200	+20	220
		Terrenos	150	+30	180
Investimentos	600				-
Goodwill				+160	160
Total	1.000	Total	450		1.060
		Financiamentos	50	-10	60
Capital	1.000	Capital	400		1.000
Total	1.000	Total	450		1.060

↳ **Hipótese III: Valor Pago (\$400) = Valor Contábil < Valor de Mercado (\$440)**

· **Diferença**

	Valor Pago	\$400	
(-)	Valor Contábil	<u>(\$400)</u>	0

· **Goodwill Negativo**

	Valor Pago	\$400	
(-)	Valor Mercado	<u>(\$440)</u>	(\$40)

Apesar da diferença equivalente a zero é necessário efetuar a alocação do valor de mercado para os respectivos ativos e passivos. Em seguida a diferença entre o valor pago e o valor de mercado deve ser reduzida dos ativos não circulantes da investida, com exceção de títulos e valores mobiliários. No exemplo, os terrenos sofrem a redução do seu saldo, sendo que o acréscimo inicial de \$30, decorrente do excesso do valor de mercado, é deduzido do montante de \$40. Dessa forma os terrenos sofrem uma diminuição líquida de \$10.

Lançamento – Empresa Investidora	
D – Investimentos	\$400
C – Caixa	\$400

Balanços Patrimoniais (Em \$)					
Investidora		Investida		Alocação da Diferença	Consolidado
Caixa	600	Caixa	100		700
		Estoque	200	+20	220
		Terrenos	150	+30 - 40 = -10	140
Investimentos	400				-
Total	1.000	Total	450		1.060
		Financiamentos	50	-10	60
Capital	1.000	Capital	400		1.000
Total	1.000	Total	450		1.060

↪ **Hipótese IV: Valor Pago (\$200) < Valor Contábil < Valor de Mercado (\$440)**

· **Diferença**

	Valor Pago	\$200	
(-)	Valor Contábil	<u>(\$400)</u>	(200)

· **Goodwill Negativo**

	Valor Pago	\$200	
(-)	Valor Mercado	<u>(\$440)</u>	(240)

Nessa hipótese a diferença (\$200) é negativa e supera o valor dos ativos não circulantes (\$150). O tratamento contábil previsto nos US-GAAP consiste em reduzir o valor dos ativos não circulantes, no exemplo terrenos, até zero, sendo o restante alocado como crédito diferido.

Considerando o reconhecimento dos terrenos ao valor de mercado, esse sofre um decréscimo equivalente ao valor total no montante de \$180 passando a apresentar saldo zero. Como o valor de mercado é superior ao valor de aquisição no montante de \$240, o saldo remanescente de \$60 (\$240 - \$180) é reconhecido como crédito diferido.

Lançamento – Empresa Investidora	
D – Investimentos	\$200
C – Caixa	\$200

Balancos Patrimoniais (Em \$)			
Investidora	Investida	Alocação da Diferença	Consolidado
Caixa 800	Caixa 100		900
	Estoques 200	+20	220
	Terrenos 150	+30 - 180 = -150	0
Investimentos 200			
Total 1.000	Total 450		1.120
	Financiamentos 50	-10	60
	Crédito Diferido	-60	60
Capital 1.000	Capital 400		1.000
Total 1.000	Total 450		1.120

Nessa última hipótese pode-se constatar que o tratamento da diferença negativa (*goodwill* negativo) estabelecido pelos US-GAAP não é adequado no que diz respeito à evidenciação da efetiva situação econômico-financeira da investidora e suas investidas.

No Balanço Patrimonial Consolidado os terrenos são evidenciados sem nenhum valor, apesar de a investida possuir, de fato, terrenos avaliados pelo mercado em \$180.

Dessa maneira, esse tratamento contábil pode distorcer informações aos usuários das informações contábeis.

Contudo, recentemente, o FASB tem realizado discussões e estudos a fim de alterar o APB 16 no que diz respeito ao tratamento do *goodwill* negativo.

2.8 Referências Bibliográficas

AICPA - American Institute of Certified Public Accountants. *ARB 51 – Accounting Research Bulletins of the AICPA. Number 51 – Consolidated Financial Statements*. Emitido em agosto de 1959.

_____ *APB Opinion Nº 16 – Accounting Principles Board of the AICPA Opinion 16 – Business Combinations*. Emitido em agosto de 1970.

_____ *APB Opinion Nº 18 – Accounting Principles Board of the AICPA Opinion 18 – The Equity Method of Accounting for Investments in Common Stock*. Emitido em de março de 1971.

_____ *AIN-APB 18 – The Equity Method of Accounting for Investments in Common Stock: Accounting Interpretations of APB Opinion Nº 18*. Emitida a Interpretação Nº 1 e Nº 2 em novembro de 1971 e Nº 3 em fevereiro de 1972.

BEAMS, Floyd A. *Advanced Accounting*. 6th ed. USA: Prentice Hall, 1996.

DELANEY, Patrick R. et al. *GAAP 97 : Interpretation and Application of Generally Accepted Accounting Principles 1997*. USA: Wiley, 1997.

DOWNES, John & GOODMAN, Jordan Elliot. *Dicionário de Termos Financeiros e de Investimento*. São Paulo: Nobel, 1993.

EPSTEIN, Barry J. & MIRZA, Abbas Ali. *IAS 97: Interpretation and Application of Internacional Accounting Standards 1997*. USA: Wiley, 1997.

FASB – Financial Accounting Standards Board. *FAS 38 – Accounting for Preacquisitions Contingencies of Purchased Enterprises*. Emitido em setembro de 1980.

_____ *FAS 94 – Consolidation of All Majority-Owned Subsidiaries*. Emitido em outubro de 1987.

_____ *EITF 96-16 – “Investor’s Accounting for an Investee When the Investor Has a Majority Voting Interest but the Minority Shareholder or Shareholders Have Certain Approval or Veto Rights”*. Emitido em 1996.

_____ *EITF 95-3 – Recognition of Liabilities in Connection with a Purchase Business Combinations*. Emitido em maio de 1995.

FIPECAFI & Arthur Andersen. *Normas e Práticas Contábeis no Brasil*. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HENDRIKSEN, Eldon S. & BREDER, Michael F. Van. *Accounting Theory*. 5th ed. USA: Irwin, 1991.

HOYLE, John. *Advanced Accounting*. USA: Wiley, 1996.

KIESO, Donald E. & WEYGANDT, Jerry J. *Intermediate Accounting*. 9th ed. New York: Wiley, 1998.

WILLIAMS, Jan R. *MILLER GAAP GUIDE 1997: A Comprehensive Restatement of Current Promulgated Generally Accepted Accounting Principles*. USA: Harcourt Brace & Company, 1997.

CAPÍTULO III

IASC

3. IASC

Este capítulo tem a finalidade de analisar os principais aspectos referentes às operações de Business Combination e Consolidação, o tratamento contábil, procedimentos e evidenciações de acordo com as principais normas do IASC.

3.1 Introdução

Conforme IBRACON (1998:1), o IASC é um organismo independente do setor privado, e tem como objetivo alcançar a uniformidade nos princípios contábeis no mundo. Esse Comitê foi constituído em 1973 por meio de um acordo firmado entre entidades da Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Japão e México. Desde 1983 os membros do IASC têm incluído todos os organismos profissionais que fazem parte da Federação Internacional de Contadores (IFAC). Atualmente existem mais de cem organizações envolvidas em 88 países.

O processo de globalização do mercado financeiro e, principalmente, de capitais contribuiu para que em julho de 1995 fosse firmado um acordo entre o IASC e a IOSCO (*International Organization of Securities Commissioners*). Esse acordo tem o apoio da SEC e também estuda a harmonização contábil universal por meio da aceitação das normas internacionais.

Em 1996 a diretoria do IASC aprovou a constituição do Comitê Permanente sobre Interpretações (*Standing Interpretations Committee* - SIC), que abrange assuntos que foram considerados nas normas e observados na prática insatisfatórios, assim como assuntos emergentes que não foram considerados nas normas.

Desde sua constituição até dezembro de 1998, o IASC emitiu 38 normas contábeis (*International Accounting Standard* - IAS), das quais 35 estão em vigor. As normas internacionais, às vezes, permitem dois tratamentos para o mesmo tipo de transação ou evento, sendo denominados de preferencial e alternativo.

O IASC trata em normas distintas as operações reconhecidas como *Business Combination* e as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

O tratamento contábil das operações de *Business Combination*, incluindo o tratamento do *goodwill*, é efetuado no IAS 22, alterado em 1993 e revisado em 1998. A aplicação desse pronunciamento revisado está previsto para julho de 1999, sendo que sua aplicação foi incentivada para o início desse ano. As principais mudanças ocorridas em relação à versão anterior são:

- ⇒ ampliação do período de amortização sem justificativas do *goodwill* de 5 anos para 20 anos;
- ⇒ aplicação do teste do *impairment* para períodos maiores de amortização;
- ⇒ eliminação dos tratamentos preferencial e alternativo para o *goodwill* negativo, introduzindo um único tratamento; e
- ⇒ definição de um plano de aquisição mais detalhado a fim de restringir os abusos com as provisões para reestruturação.

Apesar das mudanças, o IASC também determina a possibilidade da aplicação do método da compra e do método da comunhão de interesses. Em relação a este é utilizado um termo específico denominado união de interesses (*uniting of interests*), aplicável ao tipo de transação que qualifica para a adoção do *pooling*.

As transações efetuadas em empresas, sob o mesmo controle acionário, são reconhecidas, igualmente aos US-GAAP, de forma obrigatória, de acordo com o método da comunhão de interesses.

A norma internacional IAS 27 “*Consolidated Financial Statements and Accounting for Investments in Subsidiaries*”, reformulada em 1994, aborda o processo de consolidação em sociedades controladas. Essa norma não abrange:

- ☒ contabilização de investimentos em associadas prevista no IAS 28; e
- ☒ contabilização de investimentos em *joint ventures* determinada pelo IAS 31.

O IAS 27 deve ser aplicado para a elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas para um grupo de empresas sob o controle de uma empresa controladora.

O quadro seguinte não é absoluto, contudo exemplifica de forma genérica os investimentos societários.

Quadro 4 – Investimentos Societários: IASC

Participação Societária no Capital Votante	Nível de Influência Econômica	Tipo de Investimento	Método de Avaliação	Apresentação Balanço Patrimonial
0% — 20%	Nenhuma ou Pequena	Temporário CP ou LP	<i>Fair Value</i> ou Custo	Investimentos CP ou LP
20% — 50%	Influência Significativa	Associada	MEP/Custo ou Custo/Valor Reavaliado	Investimentos LP
50% — 100%	Controle	Subsidiária	Consolidação	Demonstrações Consolidadas
90% — 100%	Controle	Subsidiária Virtualmente Integral	Consolidação ou Não	Demonstrações Consolidadas ou Não
100%	Controle	Subsidiária Integral	Consolidação ou Não	Demonstrações Consolidadas ou Não

Os parâmetros básicos utilizados para a classificação e definição do tratamento contábil dos investimentos societários são a participação na investida e o conceito de influência econômica.

Presume-se que não existe influência ou existe pequena influência econômica por parte da empresa investidora nos investimentos em participações societárias menores do que 20% nas ações ou quotas com direito a voto, que devem ser avaliados ao valor de mercado ou custo de acordo com IAS 25, *Accounting for Investments*.

Quando a investidora mantém participação societária entre 20% e 50% do capital votante da investida presume-se que a investidora exerce influência significativa na administração, sendo exigida a aplicação do MEP de acordo com o IAS 28, *Accounting for Investments in Associates*. O IASC adota o termo associadas para esse nível de participação, mas sem que a sociedade investida seja classificada como controlada ou como um investimento com controle compartilhado (*joint venture*).

Nas Demonstrações Consolidadas os investimentos em associadas devem ser contabilizados de acordo com o MEP, exceto quando esses investimentos são adquiridos e mantidos exclusivamente com a intenção de serem vendidos em um futuro próximo. Nas demonstrações individuais da investidora existem duas hipóteses mencionadas no IAS 28, parágrafos 12 e 14. A primeira refere-se às associadas incluídas nas demonstrações individuais da investidora que emite Demonstrações Consolidadas. Esses investimentos são avaliados pelo MEP ou método do custo, conforme o utilizado nas Demonstrações Consolidadas da investidora controladora, ou mantidos ao custo ou valor reavaliado conforme a prática contábil para os investimentos de longo prazo. A segunda hipótese trata dos investimentos em associadas incluídos nas demonstrações individuais da investidora que não emite Demonstrações Consolidadas e, portanto, não possui controladas ou subsidiárias. Esses devem ser avaliados da mesma forma anterior.

O IAS 28, parágrafo 13, menciona que a elaboração das Demonstrações Consolidadas não evita a necessidade das Demonstrações Contábeis individuais por parte da investidora. Portanto, verifica-se que o MEP vincula-se às Demonstrações Consolidadas, considerando-se que essas são reconhecidas como mais representativas.

Esse aspecto está vinculado à própria história do método de equivalência patrimonial, que foi desenvolvido para aprimorar a avaliação dos investimentos sobre os quais se tinha influência mas que não eram consolidados nas Demonstrações Consolidadas.

Caso a participação seja superior a 50% do capital votante ou a investidora tenha o controle indireto da investida, que é denominada de subsidiária, a empresa é obrigada a elaborar e divulgar as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Os investimentos societários em empresas controladas são caracterizados pelo controle direto e indireto. O IASC e o Brasil enfocam a preponderância das decisões da sociedade investida.

Uma empresa controladora é dispensada/facultada de apresentar Demonstrações Consolidadas se essa for integral, ou virtualmente integral, e for controlada por outra sociedade.

Considera-se *holding* virtualmente integral quando a controladora possuir 90% ou mais de participação societária no capital votante e inferior a 100%. A aprovação dos acionistas minoritários deverá ser obtida.

Dessa maneira, considera-se que as Demonstrações Consolidadas da sociedade controladora de cima são mais importantes aos usuários da informação contábil.

3.2 Definições

As normas do IASC têm uma seção específica de definições, sendo que os termos referentes ao IAS 22 e IAS 27 são:

Acquisition / Aquisição – é uma *Business Combination* em que uma das empresas, a adquirente, obtém controle sobre os ativos líquidos e as operações de outra empresa, a adquirida, pagando pela transferência de ativos, ou emitindo ações ou títulos de dívida.

Business Combination / Combinação de empresas/negócios – combinação de entidades separadas em uma única entidade econômica, como resultado da união ou obtenção do controle por parte de uma companhia sobre os ativos, passivos e as operações de outra empresa.

Control / Controle – poder de dirigir as políticas operacionais e financeiras de uma empresa, com o objetivo de obter benefícios decorrentes de suas atividades. É presumida a existência de controle quando uma controladora participa, direta ou indiretamente, com mais da metade do poder de voto de subsidiárias, a menos que, em circunstâncias excepcionais, seja claramente demonstrado que tal participação não constitui controle. Outra forma de obtenção de controle ocorre quando a investidora participa com metade ou menos do capital votante de uma empresa, sendo que no IAS 27, parágrafo 12, são citadas as seguintes circunstâncias:

- ⇒ poder sobre mais de 50% dos direitos a voto, em virtude de um compromisso com outros investidores, também conhecido como acordo de acionistas;
- ⇒ poder de dirigir as políticas operacionais e financeiras de uma empresa, decorrente de um contrato ou estatuto;

- ⇒ poder de nomear ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou órgão de direção equivalente; e
- ⇒ poder de utilizar a maioria dos votos em reuniões da diretoria ou órgão de direção equivalente.

Consolidated financial statements / Demonstrações contábeis consolidadas – são as Demonstrações Contábeis de um grupo de empresas apresentadas como se fossem uma única empresa.

Date of acquisition / Data de aquisição – data em que o controle dos ativos líquidos e operações da adquirida são efetivamente transferidos para a adquirente.

Fair value / Valor justo; Valor de mercado – é a quantia pela qual um ativo ou passivo poderia ser negociado entre um comprador e um vendedor, ambos dispostos e conhecedores do assunto, numa transação sem favorecimento (*arm's length transaction*).

Group / Grupo – é o conjunto da empresa controladora e as suas subsidiárias.

Minority Interest / Participação Minoritária – é a parcela do resultado líquido e do patrimônio líquido de uma subsidiária atribuídas às ações que não são possuídas, direta ou indiretamente, pela empresa controladora.

Parent / Empresa controladora – é uma empresa que tem uma ou mais subsidiárias.

Subsidiary / Subsidiária – é uma empresa que é controlada por outra empresa (conhecida como empresa controladora).

Uniting of interests / União de interesses – é uma *Business Combination* em que os acionistas das empresas combinadas combinam o controle sobre parte ou a totalidade de seus ativos líquidos e operações, obtendo uma contínua participação mútua nos riscos e benefícios de tal forma que nenhuma das partes possa ser identificada como adquirente.

Podemos, ainda, destacar alguns outros termos que, embora não constem nas definições apresentadas pelo IAS 22, são identificados no corpo de suas normas.

Goodwill / Fundo de comércio; Ágio – excesso do custo de aquisição, contabilizado pelo método da compra, sobre o valor de mercado dos ativos e passivos, devendo ser amortizado em uma base sistemática de acordo com a vida útil no prazo máximo de 20 anos. Esse prazo poderá ser ampliado mediante justificativas.

Negative Goodwill / Goodwill negativo; Deságio – representa a quantia do excesso, na data efetiva de negociação, da participação da adquirente no valor de mercado dos ativos e passivos identificados adquiridos sobre o custo de aquisição. Deve ser apresentado como um ativo redutor do *goodwill* e reconhecido como receita nas Demonstrações Consolidadas.

Pooling of interests method / Método da comunhão de interesses – método contábil utilizado para as operações denominadas "união de interesses" que é reconhecido como uma troca mútua e contínua dos interesses dos acionistas nas entidades combinadas em que a base contábil permanece inalterada.

Purchase method / Método da compra – método contábil utilizado para uma transação econômica que reconhece que uma entidade foi adquirida por outra, sendo estabelecida uma nova base contábil para a adquirida.

Virtually wholly owned subsidiary / Subsidiária virtualmente integral – empresa controlada por uma controladora que possui participação de 90% ou mais e menor que 100% de participação societária no capital votante.

Wholly owned subsidiary / Subsidiária integral – empresa controlada por uma controladora que possui 100% de participação societária no capital votante.

3.3 Tratamento Contábil

O IASC determina que uma operação de *Business Combination* deve ser reconhecida como uma união de interesses ou uma aquisição, sendo que a união de interesses deve ser contabilizada pelo método da comunhão de interesses (*pooling of interest*), e a aquisição, pelo método da compra (*purchase*).

As evidenciações requeridas para todas as operações de *Business Combination*, incluindo as operações que são efetuadas após a data do Balanço Patrimonial, são:

- ✓ nome e descrição das empresas combinadas;
- ✓ método contábil aplicado para a combinação;
- ✓ efetiva data da operação para a contabilização; e
- ✓ operações relacionadas à transação de que a empresa decidiu se desfazer.

Entretanto, evidenciações específicas devem ser divulgadas observando as seguintes circunstâncias:

- ✓ as combinações que foram efetuadas após a data do balanço das empresas combinadas e antes da data das Demonstrações Contábeis da empresa resultante da combinação devem ser divulgadas, caso a falta dessa informação prejudique os usuários da informação contábil; e
- ✓ em certos casos, o efeito da combinação poderá permitir que as Demonstrações Contábeis sejam elaboradas de acordo com o pressuposto da continuidade. No entanto, pode não ser possível para uma ou mais empresas combinadas pelo fato de terem um fluxo de caixa deficitário. Nesse caso, torna-se necessário divulgar esse fato nas Demonstrações Contábeis da empresa com dificuldades financeiras e o seu fluxo de caixa.

3.4 *Pooling of Interests*

A união de interesses é caracterizada como uma operação em que existe uma integração dos riscos e benefícios pelas empresas combinadas. Existem requisitos que devem ser atendidos para a análise da característica dessa operação. Se a operação atender aos requisitos previstos deve ser contabilizada de acordo com o método do *pooling of interests*.

As formas de combinação das operações de *Business Combination* reconhecidas pelo *pooling* são as mesmas relatadas nos US-GAAP, sendo por fusão, incorporação ou combinação pela aquisição de ativos líquidos.

Um posicionamento rigoroso do IASC pode ser verificado na análise da União de Interesses, quando se afirma que somente em circunstâncias excepcionais pode não ser possível a identificação de um adquirente. Admitindo-se a identificação do adquirente não é caracterizada a união de interesses e o *purchase* deve ser aplicado.

A integração dos riscos e benefícios é possível pela troca equalizada das ações com direito a voto, resultando na manutenção dos direitos dos acionistas das empresas anteriormente separadas. As condições necessárias para a divisão mútua dos riscos e benefícios são:

- ❶ a substancial maioria, se não todas, das ações com direito a voto das empresas combinadas são trocadas ou combinadas;
- ❷ o valor de mercado de uma empresa não é significativamente diferente da outra empresa; e
- ❸ os acionistas de cada empresa mantêm, de forma substancial, os mesmos direitos na empresa combinada, em relação aos direitos possuídos antes da combinação.

Dessa forma, verifica-se a existência de uma característica específica do IASC ao determinar que nenhuma união de interesses pode ocorrer se os valores de mercado das empresas combinadas são relevantemente diferentes.

3.4.1 Procedimentos

Os procedimentos para aplicar o *pooling* são:

- ⇒ as Demonstrações Contábeis devem ser elaboradas admitindo-se que a combinação tivesse sido realizada no início do período;

- ⇒ qualquer diferença entre o valor do capital acionário emitido mais algum adicional (reserva de ágio), sendo em moeda corrente ou outros ativos, e o valor contábil das ações adquiridas deve-se ajustar contra a participação;
- ⇒ se a combinação resultar em mais de uma empresa, admitem-se mudanças mínimas na união das Demonstrações Contábeis individuais;
- ⇒ se a combinação resultar em uma única empresa a uniformidade deve ser adotada a fim de harmonizar as práticas contábeis das empresas anteriormente separadas e reunidas em uma única entidade contábil;
- ⇒ as despesas referentes à combinação devem ser reconhecidas como despesas no período em que ocorrem e incluem taxa de registro, custos para informar os acionistas, honorários de consultores, salários e outros recursos envolvidos para efetivar a *Business Combination*.

3.4.2 Evidenciação

Para as operações reconhecidas de acordo com o método do *pooling of interest* é necessário evidenciar os seguintes aspectos:

- ✓ descrição e número das ações emitidas e a porcentagem das ações votantes trocadas de cada empresa;
- ✓ montante dos ativos e passivos contribuídos pela respectiva empresa combinada;
- ✓ valor das receitas de vendas, outras receitas operacionais, itens extraordinários e o resultado de cada empresa antes da data da combinação que são reconhecidos no resultado líquido pelas Demonstrações Contábeis das empresas combinadas.

3.5 *Purchase*

De acordo com o IASC esse método deve ser aplicado para as operações de *Business Combination* em que existir a identificação da empresa adquirente, sendo que a natureza da operação é denominada de aquisição.

As diretrizes do IASC reconhecidas para uma *Business Combination* pelo método da compra seguem de forma básica a mesma orientação dos US-GAAP, porém incluem aspectos específicos, em especial para o reconhecimento do *goodwill*, *goodwill* negativo e do processo de amortização. Diversos pontos são abordados de forma mais ampla.

Um ponto específico refere-se ao estabelecimento de critérios que viabilizem a identificação do comprador nas operações de *Business Combination*, sendo que as indicações para definir o adquirente são:

- ⇒ o valor de mercado (*fair value*) de uma empresa é significativamente maior do que o da outra empresa. Nesse caso a empresa de maior porte é a adquirente;
- ⇒ uma *Business Combination* é realizada por meio da troca de ações com direito a voto por moeda corrente. Nesse caso a empresa que forneceu moeda corrente é a adquirente; ou
- ⇒ numa *Business Combination* uma empresa torna-se apta a ser dominante e nomear o quadro administrativo da empresa resultante da combinação. Nesse caso a empresa dominante é a adquirente.

No processo de alocação no método da compra os ativos e passivos identificáveis adquiridos são reconhecidos separadamente na data de aquisição quando for provável que a investidora irá obter benefícios econômicos futuros e existir uma mensuração confiável dos seus custos e valor de mercado.

Outros aspectos abordados de forma abrangente pelo IAS 22 são:

- ⇒ reconhecimento do custo de aquisição do investimento;
- ⇒ efeitos decorrentes de compras sucessivas;
- ⇒ critérios possíveis de aplicação para a determinação do *fair value* dos ativos e passivos;
- ⇒ ajuste do tratamento contábil do preço de compra em virtude da existência de contingências e cláusulas vinculadas a eventos futuros; e
- ⇒ efeitos fiscais decorrentes da negociação, especialmente na contabilização dos créditos sobre prejuízos fiscais.

A seguir serão abordados os principais itens.

3.5.1 Custo de Aquisição do Investimento

O reconhecimento do custo de aquisição do investimento, ou valor efetivamente pago, segue de forma básica os mesmos itens mencionados nos US-GAAP, sendo definido como o valor pago, na data em que a investidora obtém o controle sobre os ativos líquidos da investida, mais os custos diretos atribuídos à aquisição (IAS 22, § 21).

Os custos diretos relativos à aquisição, tais como custo de registro e emissão das ações, honorários de contadores e consultores são incluídos no custo de aquisição.

Os custos gerais, administrativos e outros custos indiretos a que não é possível se atribuir diretamente a determinada aquisição são reconhecidos como despesa quando incorridos (IAS 22, § 25).

3.5.1.1 Alocação do Custo de Aquisição

Existem os tratamentos preferencial e alternativo para as aquisições em que a investidora não obtém a totalidade das ações com direito a voto.

O tratamento preferencial atribui somente aos majoritários o valor de mercado atribuído aos ativos e passivos adquiridos e, se houver, o *goodwill* decorrente da aquisição. Nesse caso, a participação minoritária permanece com os valores contábeis antes da aquisição.

O tratamento alternativo atribui aos majoritários e minoritários o valor de mercado atribuído aos ativos e passivos adquiridos e o *goodwill* decorrente da aquisição de acordo com suas respectivas participações. Nesse caso, a participação minoritária é evidenciada na proporção do valor de mercado dos ativos e passivos antes da aquisição.

3.5.1.2 Aquisições Sucessivas

Quando a obtenção do controle envolver mais de uma transação, o custo de aquisição será o custo total das diversas transações de aquisição com base no custo e no valor de mercado dos ativos e passivos na data de cada transação (IAS 22, § 22 e § 35).

3.5.2 *Goodwill*

Refere-se à diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado dos ativos e passivos adquiridos, sendo que a investidora reconhece o *goodwill* provindo da aquisição como um ativo, representando um pagamento feito como antecipação de benefícios futuros, sendo amortizado contra a receita em uma base sistemática de acordo com a vida útil estimada.

O período de amortização deve refletir a melhor estimativa do período no qual os benefícios econômicos serão obtidos pela empresa. No reconhecimento inicial, existe a presunção de que a vida útil do *goodwill* não irá exceder 20 anos. Entretanto, esse período pode ser ampliado, sendo necessárias as justificativas. O IAS 22, parágrafo 48, apresenta uma relação de fatores que devem ser considerados na estimativa da vida útil do *goodwill*. Dessa forma, verifica-se nas normas do IASC uma posição rígida quanto à manutenção do saldo do *goodwill*, sendo bastante enfática a exigência da avaliação contínua.

Quando a avaliação resultar numa perda ou num valor menor torna-se necessário reconhecer esse *impairment*, e o *goodwill* deve ser contabilizado ao custo menos a amortização acumulada e os prejuízos acumulados decorrentes de *impairment* (IAS 22, § 43).

3.5.3 *Goodwill* Negativo

O IAS 22, revisado em 1998, aborda o tratamento do *goodwill* negativo decorrente da aquisição nos parágrafos 59 ao 64 e apresenta uma significativa alteração na sua apresentação.

O parágrafo 59 do IAS 22 define o *goodwill* negativo como o excesso na data de negociação do valor de mercado dos ativos e passivos identificados sobre o custo de aquisição, sendo apresentado como dedução do *goodwill* positivo.

Torna-se necessário certificar que na avaliação para identificar o valor de mercado da investida não houve nenhum ativo super estimado e nenhum passivo sub-avaliado. Assim, fica evidenciado que a empresa investidora realizou um bom negócio na compra da investida.

Segundo o IASC¹³:

o tratamento preferencial e o alternativo do goodwill negativo descritos no IAS 22 anterior emitido em 1993 são substituídos por um único tratamento. Sob a norma revisada, o “goodwill” negativo deve ser sempre mensurado e inicialmente reconhecido como a diferença total entre a participação da adquirente no valor de mercado dos ativos identificáveis e passivos adquiridos menos o custo de aquisição. Isto significa que a alocação do excesso do valor de mercado dos ativos identificáveis e passivos adquiridos sobre o custo de aquisição para reduzir o valor de mercado dos ativos adquiridos (o tratamento preferencial do antigo IAS 22) não é mais permitido.

¹³ Consulta via Internet em 15 de abril de 1999 no endereço "www.iasc.org.uk".

Atualmente, a norma revisada exige que o *goodwill* negativo seja apresentado como uma dedução do *goodwill* (positivo), sendo reconhecido como receita de acordo com:

- ↳ Expectativas de despesas e prejuízos futuros identificados no plano de aquisição da empresa adquirente, o qual foi mensurado com confiabilidade. Nesse caso, a parcela do *goodwill* negativo deve ser reconhecida como receita na DRE na medida em que os futuros prejuízos e despesas ocorrerem. Caso esses futuros prejuízos e despesas não sejam reconhecidos no período esperado, o *goodwill* negativo deve ser tratado como a seguir:
- ↳ Não expectativa de despesas e prejuízos futuros que pode ser mensurado com confiabilidade na data de aquisição, sendo reconhecido como receita quando:
 - ⇒ a quantia do *goodwill* negativo que não exceder o valor de mercado dos ativos não monetários identificáveis adquiridos deve ser reconhecida como receita numa base sistemática sobre a vida útil média remanescente dos ativos depreciables/amortizáveis adquiridos; e
 - ⇒ a quantia do *goodwill* negativo que exceder o valor de mercado dos ativos não monetários identificáveis adquiridos deve ser reconhecida imediatamente como receita.

Esse novo tratamento estabelecido no IAS 22 permite que a investidora reconheça o *goodwill* negativo imediatamente como receita e, em consequência, registre lucros de forma indiscriminada.

Os exemplos de contabilização serão analisados no último item referente à consolidação.

3.5.4 Evidenciação

Para as negociações reconhecidas pelo método da compra é necessário evidenciar os seguintes aspectos:

- ✓ percentagem adquirida das ações com direito a voto;
- ✓ custo de aquisição e descrição da compra efetuando considerações sobre a forma de pagamento ou contingências a pagar.

O IAS 22, parágrafos 88 a 90, determina também que sejam evidenciados em Notas Explicativas os seguintes aspectos referentes ao *goodwill*:

- ✓ o período de amortização;
- ✓ a justificativa do período de amortização adotado quando exceder a 20 anos;
- ✓ o método de amortização adotado e as razões da não aplicação do método da linha reta;
- ✓ o item da DRE em que a amortização do *goodwill* é incluída;
- ✓ uma reconciliação do valor contábil do *goodwill* no início e final do período, evidenciando:
 - valor bruto e a amortização acumulada (incluindo os prejuízos acumulados de *impairment*) no início do período;
 - adições durante o período;
 - ajustes resultantes de mudanças subseqüentes nos valores dos ativos e passivos;
 - *goodwill* decorrente da venda total ou parcial da adquirida ocorrida durante o período;
 - amortização reconhecida durante o período;
 - prejuízos de *impairment* durante o período, se houverem;
 - reversão dos prejuízos de *impairment* durante o período, se houverem;

- outras mudanças no valor contábil durante o período, se houverem; e
- valor bruto e a amortização acumulada (incluindo os prejuízos acumulados de *impairment*) no final do período.

Quando a reavaliação resultar num valor menor (*impaired goodwill*) devem-se evidenciar os fatores que a determinaram.

Quanto ao *goodwill* negativo, o IAS 22, parágrafo 91, determina a evidenciação dos seguintes aspectos:

- ✓ a descrição, a quantia e o período de expectativa de despesas e prejuízos futuros;
- ✓ o(s) período(s) sob o qual o *goodwill* negativo é reconhecido como receita;
- ✓ o item da DRE em que a amortização do *goodwill* negativo é reconhecida como receita;
- ✓ uma reconciliação do valor contábil do *goodwill* negativo no início e final do período, evidenciando:
 - valor bruto e valor acumulado reconhecidos como receita, no início do período;
 - *goodwill* negativo adicional reconhecido durante o período;
 - ajustes resultantes de mudanças subsequentes nos valores dos ativos e passivos;
 - *goodwill* negativo decorrente da venda total ou parcial da adquirida ocorrida durante o período;
 - *goodwill* negativo reconhecido como receita durante o período evidenciando separadamente a parcela reconhecida por expectativa de despesas e prejuízos futuros, se houverem;
 - outras mudanças no valor contábil durante o período, se houverem; e
 - valor bruto e o valor acumulado reconhecidos como receita no final do período.

3.6 Consolidação

O IASC ressalta a importância das Demonstrações Consolidadas para os usuários da informação contábil e admite a evidenciação das Demonstrações Contábeis individuais da sociedade controladora, considerando a legislação de cada país.

3.6.1 Quando Consolidar

O processo de Consolidação deve abranger todas as subsidiárias, tanto as estrangeiras quanto as locais, que são controladas direta ou indiretamente pela empresa controladora.

A exclusão de subsidiárias pode ocorrer nas seguintes situações:

- ☒ quando o controle é temporário;
- ☒ quando a subsidiária opera sob severas restrições de longo prazo, prejudicando significativamente a capacidade de transferir recursos para sua controladora.

Para essas duas exceções devem-se evidenciar as subsidiárias não consolidadas de acordo com o IAS 25, ou seja, pelo custo ou valor reavaliado.

Uma exceção quanto à divulgação das Demonstrações Consolidadas constitui-se numa característica especial do IASC. Essa é aplicável para uma empresa que controla outras subsidiárias mas, de forma simultânea, é também controlada por outra investidora.

O IASC considera que a evidenciação das Demonstrações Consolidadas dessa investidora irá gerar informações mais significativas.

Dessa forma, afirma-se não ser obrigatória a apresentação das Demonstrações Consolidadas nos casos em que a empresa controladora é subsidiária integral ou subsidiária virtualmente integral. O primeiro caso refere-se à controladora que exerce controle em outras empresas e é simultaneamente possuída 100% por outra companhia controladora. Por exemplo, a controladora Cia. A tem 100% das ações com direito a voto da Cia. B que controla a Cia. C. Assim, a controladora Cia. B pode ser dispensada de evidenciar a consolidação, sendo considerada mais significativa a divulgação das Demonstrações Consolidadas da Cia. A.

Uma empresa controladora é também dispensada de apresentar Demonstrações Consolidadas se essa for virtualmente possuída por outra empresa, ou seja, quando a controladora possuir 90% ou mais de participação societária no capital votante e inferior a 100%. A aprovação dos acionistas minoritários deverá ser obtida.

Em ambos os casos a controladora de cima deve efetuar a evidenciação das Demonstrações Consolidadas.

3.6.2 Como Consolidar

Nesse processo as Demonstrações Contábeis da controladora e das de suas subsidiárias são reunidas na base linha por linha, pela adição de itens da mesma natureza, ou seja, de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas sendo efetuadas as eliminações necessárias.

As normas do IASC são mais específicas e são citados os seguintes ajustes:

- ➔ eliminação do valor contábil do investimento da controladora em cada subsidiária e a parcela possuída pela controladora no patrimônio líquido de cada controlada;
- ➔ eliminação dos saldos e das transações entre companhias, incluindo as vendas, despesas e dividendos;
- ➔ eliminação dos lucros não realizados resultantes de transações entre companhias, os quais estão incluídos no valor contábil dos ativos, tais como estoques e ativo imobilizado;
- ➔ eliminação dos prejuízos não realizados resultantes de transações entre companhias, os quais foram deduzidos, para se obter o valor contábil dos ativos, salvo se o custo não puder ser recuperado;
- ➔ reconhecimento do efeito tributário decorrente das diferenças intertemporais que surgem na eliminação de lucros ou prejuízos não realizados de acordo com o IAS 12 (*Accounting for Income Taxes*);
- ➔ identificação e ajuste da participação minoritária no lucro líquido das subsidiárias consolidadas contra o lucro da controladora com o objetivo de se obter o lucro líquido atribuível aos proprietários da controladora;
- ➔ as controladas compradas no período terão seus resultados considerados nas Demonstrações Consolidadas após a data de aquisição. Em relação às subsidiárias vendidas, o resultado da venda será computado até a data da transferência do controle;

- ➔ segregação da participação minoritária no patrimônio líquido das subsidiárias consolidadas, sendo apresentados no Balanço Consolidado separadamente do passivo e do patrimônio líquido da controladora;
- ➔ saldo da participação minoritária evidenciado nas Demonstrações Consolidadas é constituído por duas parcelas: 1) importância reconhecida na data da compra; e 2) participação nas mutações do patrimônio líquido desde a data da aquisição;
- ➔ a data efetiva para a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas deveria coincidir com a data da controladora e de suas subsidiárias. Quando as datas das Demonstrações Contábeis são diferentes a subsidiária deve preparar, para fins de consolidação, demonstrações na mesma data do grupo. Entretanto, quando for impraticável, poderão ser utilizadas Demonstrações Contábeis de outras datas, desde que a diferença não exceda a três meses. É fundamental que sejam efetuados ajustes decorrentes de transações ou eventos significativos, entre a controladora e a(s) subsidiária(s) ou entre as subsidiárias, ocorridos nesse período de defasagem. A convenção da consistência impõe que a extensão do período coberto pelas demonstrações e qualquer diferença nas datas das demonstrações sejam a mesma de período a período; e
- ➔ práticas contábeis uniformes na elaboração das Demonstrações Consolidadas para transações e eventos semelhantes em circunstâncias equivalentes. Porém, se a uniformidade não for praticável esse fato deve ser divulgado de forma conjunta com a quantificação dos valores dos itens das Demonstrações Consolidadas que sofreram aplicadas práticas diferentes.

3.6.3 Evidenciação

A controladora que divulga Demonstrações Contábeis Consolidadas deve evidenciar os seguintes esclarecimentos:

- ✓ relação de subsidiárias, incluindo nome, país, sede, proporção da participação acionária e, se for diferente, a proporção de poder de voto;
- ✓ descrição do método utilizado para contabilizar os investimentos em subsidiárias nas Demonstrações Contábeis individuais;
- ✓ as razões para não consolidar uma subsidiária;
- ✓ a natureza do relacionamento entre a controladora e uma subsidiária na qual a controladora não possui, direta ou indiretamente, mais da metade do poder de voto;
- ✓ nome da empresa que possui, direta ou indiretamente, mais da metade do poder de voto mas que não é consolidada devido à ausência de controle;
- ✓ efeito decorrente de aquisições ou vendas de subsidiárias sobre a posição financeira na data das Demonstrações Contábeis, o resultado do período, assim como os saldos correspondentes aos do período anterior.

Quando a investidora não utiliza o MEP para os investimentos em associadas e controladas o IAS 28, parágrafo 27, determina que a investidora deve evidenciar os seguintes aspectos:

- ✓ os investimentos significativos em associadas e controladas, tais como: nome, país, sede, proporção da participação societária e, se for diferente, a proporção de poder de voto;
- ✓ o efeito se o MEP fosse aplicado; e
- ✓ o método utilizado para contabilizar esses investimentos.

Uma empresa controladora que for controlada por outra empresa, que por sua vez apresenta Demonstrações Contábeis Consolidadas, pode não publicar essas Demonstrações Consolidadas mas deve evidenciar em Notas Explicativas de suas Demonstrações Contábeis individuais os seguintes aspectos:

- ✓ a razão pela qual as Demonstrações Contábeis Consolidadas não são apresentadas;
- ✓ descrição do método utilizado para contabilizar os investimentos em subsidiárias;
- ✓ nome e local da sede de sua controladora, que apresenta as demonstrações contábeis consolidadas.

3.6.4 Exemplo

Com base nos dados do exemplo apresentado no último item de consolidação do capítulo anterior serão analisadas as duas últimas hipóteses referentes ao *goodwill* negativo, uma vez que não existe diferença nas duas primeiras hipóteses e os procedimentos são igualmente aplicados aos US-GAAP e IASC.

Balanços Iniciais antes da Aquisição (Em \$)				
Investidora		Investida		
		Valor Contábil (VC)	Valor de Mercado (VM)	Diferença VM - VC
Caixa	1.000	Caixa	100	
		Estoque	200	220
		Terrenos	150	180
Total	1.000	Total	450	
		Financiamentos	50	60
Capital	1.000	Capital	400	
Total	1.000	Total	450	40

↳ **Hipótese III: Valor Pago (\$400) = Valor Contábil < Valor de Mercado (\$440)**

· **Diferença**

	Valor Pago	\$400	
(-)	Valor Contábil	<u>(\$400)</u>	0

· **Goodwill Negativo**

	Valor Pago	\$400	
(-)	Valor Mercado	<u>(\$440)</u>	(\$40)

Apesar da diferença equivalente a zero, é necessário reconhecer o valor de mercado dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, sendo que a diferença entre o valor pago e o valor de mercado é reconhecida como *goodwill* negativo, fundamentado em expectativa de prejuízos futuros.

Lançamento – Empresa Investidora	
D – Investimentos	\$400
C – Caixa	\$400

Balanços Patrimoniais (Em \$)					
Investidora		Investida		Alocação da Diferença	Consolidado
Caixa	600	Caixa	100		700
		Estoque	200	+20	220
		Terrenos	150	+30	180
Investimentos	400				-
Total	1.000	Total	450		1.100
Receita Diferida				-40	40
		Financiamentos	50	-10	60
Capital	1.000	Capital	400		1.000
Total	1.000	Total	450		1.100

O tratamento do IASC na data de aquisição é bastante lógico. Deve-se reconhecer o *goodwill* negativo como receita e apresentá-lo como uma dedução do *goodwill* positivo.

Entretanto, como nessa hipótese não existe *goodwill*, deve-se reconhecer o *goodwill* negativo inicialmente como receita, sendo depreciado na medida em que incorrerem os prejuízos na investida.

Contudo, caso não seja fundamentado/relacionado à expectativa de prejuízos futuros, a investidora deve reconhecer o *goodwill* negativo não excedente ao valor de mercado dos ativos não monetários de \$40 como receita, de acordo com a vida útil média dos ativos não monetários depreciáveis.

↳ **Hipótese IV: Valor Pago (\$200) < Valor Contábil < Valor de Mercado (\$440)**

· **Diferença**

	Valor Pago	\$200	
(-)	Valor Contábil	<u>(\$400)</u>	(200)

· **Goodwill Negativo**

	Valor Pago	\$200	
(-)	Valor Mercado	<u>(\$440)</u>	(240)

Lançamento – Empresa Investidora	
D – Investimentos	\$200
C – Caixa	\$200

Balanços Patrimoniais (Em \$)					
Investidora		Investida		Alocação da Diferença	Consolidado
Caixa	800	Caixa	100		900
		Estoque	200	+20	220
		Terrenos	150	+30	180
Investimentos	200				-
Total	1.000	Total	450		1.300
Receita Diferida				-240	240
		Financiamentos	50	-10	60
Capital	1.000	Capital	400		1.000
Total	1.000	Total	450		1.300

Caso o *goodwill* negativo não seja fundamentado por expectativa de prejuízos futuros a investidora deve reconhecer o *goodwill* negativo não excedente ao valor de mercado dos ativos não monetários de \$240 como receita de acordo com a vida útil média dos ativos depreciables (terrenos).

Caso exista uma outra hipótese em que o *goodwill* negativo exceda o valor de mercado dos ativos não monetários esse excesso deve ser reconhecido imediatamente como receita. Um exemplo extremo dessa situação seria a aquisição da investida por \$30. Na data da compra a investidora reconheceria um *goodwill* negativo de \$410 (\$30 - \$440). O excesso de \$10 em relação ao valor de mercado dos ativos não monetários (\$220 + \$180) seria reconhecido imediatamente como receita.

3.7 Referências Bibliográficas

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. *Normas Internacionais de Contabilidade*. São Paulo: IBRACON, 1998.

IASC – International Accounting Standards Committee. *IAS 22 – Business Combinations*. Revisada em 1998.

_____. *IAS 25 – Accounting for Investments*. Revisada em 1994.

_____. *IAS 27 – Consolidated Financial Statements and Accounting for Investments in Subsidiaries*. Revisada em 1994.

_____. *IAS 28 – Accounting for Investments in Associates*. Revisada em 1994.

INTERNET. *International Accounting Standard IAS 22 – Business Combinations*. Site: <http://www.iasc.org.uk>. Acessado em 15 de abril de 1999.

CAPÍTULO IV

BRASIL

4. BRASIL

Este capítulo analisa os principais aspectos referentes às operações de Business Combination e Consolidação, o tratamento contábil, procedimentos e evidenciações de acordo com as principais normas brasileiras.

4.1 Introdução

A Lei nº 6.404 e as Instruções nº 247 e nº 285 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) são as principais normas contábeis emitidas no Brasil. Entretanto, não existe nenhuma abordagem e nenhum tratamento contábil específicos no que concerne às operações de *Business Combination*.

Conforme a Lei nº 6.404, os investimentos permanentes em outras empresas são classificados como sub-grupo do ativo permanente, sendo que o artigo 179 classifica os investimentos da seguinte forma: “III – em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa.”

A Lei societária autoriza a CVM a expedir normas sobre as sociedades cujas demonstrações são abrangidas na consolidação, sendo que o processo de regulamentação da contabilização de investimentos permanentes e consolidação das Demonstrações Contábeis iniciou-se com as Instruções nº 1 de 1978 e nº 15 de 1980.

Essas Instruções foram substituídas pela Instrução nº 247 emitida em março de 1996. Em 31 de julho de 1998 foi emitida a Instrução nº 285 que altera o artigo 14 da Instrução nº 247.

A Instrução CVM nº 247 de 27/03/96 dispõe sobre a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis Consolidadas. Essa Instrução apresenta diversas inovações quanto aos procedimentos a serem adotados pelas companhias abertas, destacando-se:

- ⇒ introdução da figura de “equiparada a coligada”;
- ⇒ aplicação do MEP aos investimentos em sociedades equiparadas a coligada;
- ⇒ nova forma de eliminação dos lucros não realizados, atribuindo-os exclusivamente à controladora;
- ⇒ vedação à eliminação de prejuízos não realizados; e
- ⇒ consolidação proporcional de sociedades controladas em conjunto.

A CVM, assim como os pronunciamentos norte-americanos e internacionais, reconhece a maior capacidade informativa das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

O quadro seguinte apresenta, resumidamente e de forma genérica, os investimentos societários no Brasil.

Quadro 5 – Investimentos Societários: Brasil

Participação Societária no Capital Votante	Nível de Influência Econômica	Tipo de Investimento	Método de Avaliação	Apresentação Balanço Patrimonial
0% — 10%	Nenhuma ou Pequena	Temporário CP ou LP	Custo ou Valor de Mercado	Investimentos CP ou LP
10% — 50%	Influência Significativa	Coligada	MEP	Investimentos Permanentes
50% — 100%	Controle	Controlada	Consolidação	Demonstrações Consolidadas

Os investimentos em participações societárias menores do que 10% nas ações ou quotas com direito a voto são, geralmente, considerados como sem influência ou com pequena influência por parte da empresa investidora e são avaliados pelo custo ou valor de mercado, dos dois, o menor.

Quando a investidora mantém participação societária entre 10% e 50% do capital votante e não exerce o controle na investida, que é denominada de coligada, presume-se que a investidora exerce influência significativa na administração, sendo exigida a aplicação do MEP.

Uma das grandes inovações contidas na Instrução CVM nº 247 refere-se à exigência de avaliação pelo MEP para os investimentos em outras sociedades consideradas equiparadas às coligadas. A Instrução conceituou como equiparada à coligada a sociedade que participa de outra: a) indiretamente com 10% (dez por cento) ou mais do capital votante, sem controlá-la; ou b) diretamente com 10% (dez por cento) ou mais do capital votante, sem controlá-la, independentemente do percentual de participação no capital total.

Caso a participação seja superior a 50% do capital votante ou a investidora tenha o controle indireto da investida, a qual é denominada de controlada, a empresa deve elaborar as Demonstrações Contábeis Consolidadas. Nas normas do IASC e do Brasil os investimentos societários em empresas controladas são caracterizados pelo controle direto e indireto e enfocam a preponderância nas decisões da sociedade investida.

É necessário esclarecer que as normas societárias referentes às reorganizações societárias e alienação de controle são, de forma genérica, resumidas a um pequeno número de procedimentos. Pode-se afirmar também que a Lei nº 6.404 é breve em relação à diferença entre o valor pago pelo investimento e o valor contábil.

A legislação fiscal (Decreto-lei nº 1.598/77) avançou em relação à legislação societária introduzindo maiores esclarecimentos e procedimentos para as operações de reorganização societária e para os investimentos permanentes em outras sociedades. O fisco introduziu também a denominação de ágio e deságio, que não estava explicitada na Lei nº 6.404/76.

Nesse contexto, a maior parte da legislação pertinente às operações de *Business Combination* no Brasil é abordada na legislação fiscal com os títulos de "Investimentos em Sociedades Controladas" e "Incorporação, Fusão ou Cisão".

Em 26 de março de 1999 foi emitido o Decreto nº 3.000 que dispõe sobre o Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99). Os artigos 384 a 391 tratam da tributação das pessoas jurídicas quanto ao investimento em controladas e à mudança de controle societário (incorporação, fusão e cisão).

No Brasil, a legislação contábil societária deve avançar no sentido de criar uma entidade não governamental que desenvolva discussões e estudos contábeis a fim de emitir normas que reflitam o cenário atual das sociedades.

4.2 Definições

Controlada – sociedade em que a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócios que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. É necessário lembrar que a lei societária menciona que o controle pode ocorrer por meio de acordo de acionistas e que o artigo 3º da Instrução CVM nº 247 considera sociedade controlada a subsidiária integral que tem a investidora como única acionista, e também quando:

- ⇒ a investidora, direta ou indiretamente, é titular de direitos de sócios que lhe assegurem, de modo permanente, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores;
- ⇒ as situações acima ocorrem e existe o controle comum ou, esse, é exercido por meio de um acordo de acionistas independentemente do percentual de participação no capital votante; e
- ⇒ for a filial, agência, sucursal, dependência ou escritório no exterior que não incluem seus ativos e passivos na contabilidade da investidora por força de normatização específica.

Incorporação – operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações (Lei nº 6.404, artigo 227).

Fusão – operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar uma sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações (Lei nº 6.404, artigo 228).

4.3 Tratamento Contábil

Como afirmado anteriormente, não existe um tratamento específico para as operações de *Business Combination*. Entretanto, a Lei das S.A. e a Instrução CVM nº 247 tratam dos investimentos em controladas, enfocando a apresentação desses investimentos nas Demonstrações Contábeis individuais da investidora e exigem a elaboração e divulgação da consolidação para um número restrito de empresas controladoras.

Os investimentos em controladas devem ser avaliados pelo MEP nas Demonstrações Contábeis individuais da investidora. Porém, um conceito que pode influenciar na determinação do método de avaliação e que somente é identificado nas normas brasileiras refere-se à relevância do investimento. A Lei nº 6.404 e a Instrução CVM nº 247 consideram investimento relevante quando:

- ⇒ valor contábil em cada sociedade coligada e controlada for igual ou superior a 10% do valor do patrimônio líquido da investidora; ou
- ⇒ valor contábil no conjunto das sociedades coligadas ou controladas for igual ou superior a 15% do valor do patrimônio líquido da investidora.

Para determinar a relevância do investimento serão computados como parte do custo de aquisição, os saldos de créditos da companhia contra as coligadas e controladas.

Quando o MEP não for aplicável, a avaliação dos investimentos permanentes em outras sociedades deverá ser realizada pelo custo de aquisição, sendo constituída uma provisão para perdas comprovadamente permanentes. Não é permitida modificação do valor do investimento em razão de recebimento sem custo de ações ou quotas bonificadas.

Para a determinação do valor da equivalência patrimonial a investidora deverá:

- ⇒ eliminar os efeitos decorrentes da diversidade de critérios contábeis, em especial, referindo-se aos investimentos no exterior;
- ⇒ excluir o montante correspondente às participações recíprocas;
- ⇒ reconhecer os efeitos decorrentes de eventos significativos ocorridos no período intermediário, no caso de Demonstrações Contábeis levantadas em datas diversas;
- ⇒ reconhecer os efeitos decorrentes de classes de ações com direito preferencial de dividendo fixo, dividendo cumulativo e com diferenciação na participação dos lucros.

4.3.1 Custo de Aquisição do Investimento

Em relação à contabilização da compra de participações societárias, de acordo com o artigo 13 da Instrução CVM nº 247, o custo de aquisição deve ser desdobrado em duas sub-contas:

- ① **equivalência patrimonial** – referindo-se à parcela de participação no capital social sobre o patrimônio líquido adquirido, com base no valor contábil da investida;
- ② **ágio ou deságio** – na aquisição ou na subscrição, que se refere à diferença, para mais ou para menos, respectivamente, entre o custo de aquisição do investimento e a equivalência patrimonial.

Esse tratamento é uma característica da legislação brasileira vinculada à proporcionalidade da conta de investimentos ao patrimônio líquido da investida. Esse procedimento foi instituído pelo Decreto-lei nº 1.598/77, de natureza fiscal, antes da emissão da Instrução nº 01 da CVM em 1978.

4.3.2 Valor Contábil do Investimento

A CVM determina que o valor contábil do investimento abrange o custo de aquisição mais a equivalência patrimonial e o ágio não amortizado, deduzido do deságio não amortizado e da provisão para perdas, conforme o quadro seguinte:

Quadro 6 – Valor Contábil do Investimento: Brasil

	Valor da Equivalência Patrimonial
(+)	Ágio não amortizado
(-)	Deságio não amortizado
(-)	Provisão para Perdas
(=)	Valor Contábil do Investimento

Em determinadas circunstâncias, por exemplo no caso do cálculo da relevância, o valor contábil deverá ser adicionado do montante dos créditos da investidora contra suas coligadas e controladas.

4.3.3 Ágio e Deságio

Uma diferença importante em relação aos pronunciamentos norte-americanos e internacionais refere-se à forma de cálculo do ágio e deságio. No Brasil, esses são computados por meio da diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento.

O ágio ou deságio surge na investidora quando ela compra determinada participação societária ou adquire uma parcela adicional de participação. Portanto, a subscrição de ações, ainda que por valor acima/abaixo do valor patrimonial da ação, não gera ágio/deságio se for realizada na exata proporção anterior ao aumento de capital.

De acordo com o artigo 14 da Instrução CVM nº 247, que foi alterado pela Instrução CVM nº 285, o ágio ou o deságio computado na ocasião da aquisição ou subscrição do investimento deverá ser contabilizado com a indicação do fundamento econômico que o determinou, dentre eles:

- ① o ágio ou deságio decorrente da diferença entre o valor de mercado de parte ou de todos os bens do ativo da coligada e controlada e o respectivo valor contábil deverá ser amortizado na proporção em que o ativo for sendo realizado na coligada e controlada, por depreciação, amortização, exaustão ou baixa em decorrência de alienação ou perecimento desses bens ou do investimento;
- ② o ágio ou deságio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição do investimento e o valor de mercado da coligada ou controlada, referido no item anterior, que deverá ser amortizado da seguinte forma:
 - ↳ o ágio ou deságio decorrente de expectativa de resultado futuro, sendo amortizado no prazo não excedente a dez anos, na extensão e proporção do resultados projetados que o determinaram ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento, devendo os resultados projetados serem objeto de verificação anual, a fim de que sejam revisados os critérios utilizados para amortização ou registrada a baixa integral do ágio; e
 - ↳ o ágio decorrente da aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegadas pelo Poder Público – no prazo estimado ou contratado de utilização, de vigência ou de perda de substância econômica, ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento.

Um aspecto inovador da Instrução CVM nº 285 foi reconhecer a necessidade do reconhecimento do valor de mercado dos passivos. Os US-GAAP e IASC também reconhecem que numa operação de aquisição um passivo da investida pode ser negociado por um valor diferente do contábil. Esse fato pode decorrer, por exemplo, devido aos encargos de dívida terem sido fixados na época de sua contratação em patamares diferentes dos vigentes.

Essa situação pode propiciar a existência de passivos assumidos por taxas inferiores às atuais, o que gera um efeito positivo para a empresa que possui a exigibilidade. O aspecto inverso ocorre quando a empresa investida possui um passivo com encargos elevados, acarretando um efeito negativo.

Outro novo conceito de ágio estabelecido pela Instrução CVM nº 285 decorre da aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegadas pelo Poder Público. Esse deverá ser amortizado no prazo estimado ou contratado de utilização, de vigência ou perda de substância econômica, ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento.

Quando não existe fundamento econômico o deságio somente é amortizado pela alienação ou perecimento do investimento, enquanto que o ágio deve ser reconhecido imediatamente como perda e justificado em Nota Explicativa.

Para fins de consolidação o ágio ou o deságio decorrente da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil na aquisição ou subscrição de ações da investida é adicionado ou retificado na conta utilizada pela controlada para o registro do respectivo ativo ou passivo.

Quando o ágio decorre de expectativa de resultados futuros na aquisição ou subscrição de ações da investida deve estar destacado no ativo permanente, enquanto que o deságio deve ser divulgado no grupo resultados de exercícios futuros.

A Instrução CVM nº 285 não trata especificamente da evidenciação do ágio decorrente da aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegadas pelo Poder Público. Logo, são aplicáveis as regras dos demais ágios.

4.3.3.1 Algumas Considerações Fiscais

Conforme mencionado anteriormente no capítulo introdutório, a legislação fiscal brasileira penaliza as empresas que reconhecem o ágio/deságio. O Decreto-lei nº 1.598/77 introduziu e regulamentou a figura do ágio e deságio exigindo os seguintes fundamentos econômicos: 1) valor de mercado dos ativos; 2) expectativa de resultados futuros; e 3) fundo de comércio, intangíveis e outras razões econômicas.

Esses ágios (deságios) não são dedutíveis (tributáveis) quando de sua amortização, produzindo efeitos fiscais apenas quando da baixa do investimento a que se vinculam.

O artigo 386 do Decreto nº 3.000/99 aborda o tratamento tributário do ágio ou deságio nos casos de incorporação, fusão ou cisão e exige que o ágio ou deságio:

- ⇒ decorrente da diferença entre o valor de mercado do investimento e o valor contábil integrará o custo do bem ou direito para efeito de apuração de ganho ou perda de capital e de depreciação, amortização ou exaustão;
- ⇒ com base na expectativa de resultados futuros terá um período mínimo de amortização de 5 anos;
- ⇒ fundamentado em fundo de comércio, intangíveis e outras razões econômicas será considerado custo de aquisição para efeito de ganho ou perda de capital na alienação do direito que lhe deu causa ou na sua transferência para sócio ou acionista, na hipótese de devolução de capital. Caso contrário só será deduzido como perda no encerramento das atividades da empresa, se comprovada, nessa data, a inexistência do fundo de comércio ou do intangível que lhe deu causa.

(Uma análise detalhada desse artigo permite constatar que existe uma confusão por se separar expectativa de resultados de exercícios futuros e fundo de comércio. Na verdade quando o investidor realiza um pagamento a maior por uma empresa, investindo-se num fundo de comércio, está se pagando pela expectativa de lucros futuros, uma vez que se pressupõe que os ativos foram corretamente avaliados.)

Veja-se que o “ágio” pago pela expectativa de resultados futuros é dedutível em 5 anos ou mais quando se procede a incorporação ou fusão, o que incentiva essas reorganizações societárias.

Por outro lado, o artigo 235 do Decreto 3.000/99 afirma que as empresas envolvidas nas operações de incorporação, fusão e cisão podem avaliar os bens e direitos pelo valor contábil ou de mercado. Porém, se a empresa optar pela avaliação a valor de mercado, a diferença entre o custo de aquisição, diminuído dos encargos de depreciação, amortização ou exaustão, é considerada ganho de capital e tributada no momento da operação.

Conseqüentemente as empresas que planejam uma reorganização societária tendem a preferir a manutenção dos valores contábeis com o propósito de não estarem sujeitas a tributação nesse momento. Logo, temos incentivo fiscal à incorporação e cisão e desincentivo ao uso dos valores de mercado nessas operações.

Outro aspecto interessante diz respeito à evidenciação do ágio ou deságio em que a pessoa jurídica resultante de cisão poderá classificar no **patrimônio líquido**, alternativamente à conta de ativo diferido ou receita diferida, a conta que registrar ágio ou deságio vinculado ao ativo que não mais integre seu patrimônio.

4.4 Consolidação

A CVM, assim como os US-GAAP e o IASC, entende que as Demonstrações Contábeis Consolidadas fornecem maior e melhor informação a respeito da empresa controladora do que as suas demonstrações individuais.

O processo de consolidação das Demonstrações Contábeis segue a sistemática básica de agregar na base linha por linha os itens constantes nas Demonstrações Contábeis da controladora e suas controladas. Entretanto, verificam-se vários ajustes a serem realizados objetivando evidenciar somente as operações realizadas com terceiros.

4.4.1 Quando Consolidar

De acordo com a Lei nº 6.404 a Consolidação é obrigatória somente para:

- ❶ companhias abertas que tiverem mais de 30% do seu patrimônio líquido representado por investimentos em controladas (artigo 249); e
- ❷ grupos empresariais constituídos formalmente em grupos de sociedades, independentemente de serem ou não companhias abertas (artigo 275).

No primeiro caso, de acordo com o parágrafo único do artigo 249, “a CVM poderá expedir normas sobre as sociedades cujas demonstrações devam ser abrangidas na consolidação.” Assim, apesar de a Lei exigir originalmente somente a consolidação para as companhias abertas cujos investimentos em controladas for superior a 30% em relação ao patrimônio líquido da controladora, a CVM alterou esse percentual para zero, exigindo a consolidação para todas as companhias

abertas, independentemente da representatividade do investimento em relação ao patrimônio líquido da controladora.

De acordo com a CVM, a evidenciação das Demonstrações Contábeis Consolidadas é obrigatória nos seguintes casos:

- ✓ companhia aberta que possuir investimentos em empresas controladas, incluindo sociedades controladas em conjunto; e
- ✓ empresa de comando de grupo que inclua companhia aberta.

No entanto, são permitidas as seguintes exclusões de subsidiárias sem prévia autorização da CVM:

- ☒ com efetivas e claras evidências de perda de continuidade e cujo patrimônio seja avaliado ou não a valores de liquidação; ou
- ☒ cuja venda por parte da investidora, em futuro próximo, tenha efetiva e clara evidência de realização devidamente formalizada.

Mediante prévia autorização da CVM, poderão não ser consolidadas as empresas controladas cuja inclusão não represente alteração relevante ou venha distorcer a unidade econômica consolidada. Nesses casos, os investimentos em controladas são avaliados pelo MEP. Contudo, não será considerada justificável a exclusão de controladas nas Demonstrações Consolidadas cujas operações sejam de natureza diversa das operações da investidora ou das demais controladas. Embora não esteja contida explicitamente na Instrução, verifica-se que a simples mudança de ramo de atividade da controlada não caracteriza perda de continuidade, devendo continuar fazendo parte da consolidação.

4.4.2 Como Consolidar

O artigo 250 da Lei nº 6.404, alterado em seu parágrafo primeiro pela Lei nº 9.457 de 05/05/97, que se refere aos "Acionistas Não Controladores", determina poucos itens para o processo de consolidação. Entretanto, verifica-se que a Instrução CVM nº 247 menciona os mesmos procedimentos contidos na Lei e amplia para um número maior de procedimentos, os quais serão abordados a seguir:

→ **Ajustes** – devem ser excluídos das Demonstrações Contábeis Consolidadas as participações de uma empresa em outra; os saldos de quaisquer contas entre as sociedades; e as parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo do estoque ou do ativo permanente que corresponderem aos resultados não realizados de negócios entre companhias;

→ **Defasagem de exercício** – preferencialmente, as Demonstrações Contábeis da(s) investida(s) devem ser elaboradas na mesma data de encerramento do exercício social da investidora. Entretanto, admite-se uma defasagem da data de encerramento do exercício social entre a investidora e a(s) investida(s) de até 60 dias. O período de abrangência das Demonstrações Consolidadas deve ser idêntico ao da investidora, admitindo-se outro período nos casos em que esse fato representar melhoria na qualidade informacional. Nesse caso, a(s) investida(s) deverá(ão) efetuar os necessários ajustes sobre eventos relevantes para que suas Demonstrações Contábeis reflitam a real situação econômica e financeira na data de encerramento das demonstrações da investidora. A Lei nº 6.404 determina que as investidas, cujo encerramento do exercício social termine mais de 60 dias antes do encerramento do exercício da investidora, elaborem Demonstrações Contábeis extraordinárias dentro desse prazo;

- **Eventos relevantes** – ocorridos entre a data de encerramento do balanço da investida, que serviu de base para o cálculo da equivalência patrimonial, e a data do balanço da investidora; deverão ser efetuados ajustes extracontábeis por parte da investidora no patrimônio líquido da investida;
- **Saldo de transações entre companhias** – deve ser eliminado;
- **Lucros Não Realizados** – se incluídos no resultado ou no patrimônio líquido da controladora e correspondido por inclusão no balanço da controlada devem ser eliminados;
- **Prejuízos Não Realizados** – não devem ser eliminados;
- **Tributos diferidos** – os correspondentes aos lucros de caráter temporário não realizados devem ser reconhecidos conforme o princípio de competência;
- **Participação dos acionistas não controladores** – deve estar destacada em grupo isolado imediatamente antes do patrimônio líquido e na Demonstração do resultado como dedução ou adição ao resultado líquido consolidado;
- **Provisão para Perdas** – constituída pela investidora, deve ser deduzida do saldo da conta da controlada que lhe tenha dado origem, ou apresentada como Passivo Exigível quando representar expectativa de conversão em exigibilidade;
- **Compensação de Ativos e Passivos** – vedada, a não ser que exista o direito de compensação representando a expectativa quanto à realização do ativo e à liquidação do passivo;
- **Receitas e despesas** – as decorrentes de transações entre companhias consolidadas devem ser eliminadas;

→ **Alienação ou venda de controlada** – durante o exercício social deve estar incluída no resultado da controladora, tendo como base a data do respectivo registro ou baixa no investimento permanente; e

→ **Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos** – deve ser elaborada de maneira consistente com os procedimentos de consolidação.

4.4.3 Evidenciação

Dentre as exigências de evidenciação contidas nos artigos 176, 243, 247 e 250 da Lei nº 6.404 destacam-se:

- ✓ os principais critérios de avaliação dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- ✓ os investimentos em outras sociedades, quando significativos;
- ✓ a divulgação, por parte das companhias abertas, de informações adicionais sobre coligadas e controladas que forem exigidas pela CVM.
- ✓ denominação da coligada e controlada e o número, espécie e classe de ações ou de cotas de capital possuídas pela investidora;
- ✓ percentual de participação no capital social e no capital votante;
- ✓ preço de negociação em bolsa de valores, se houver;
- ✓ valor do patrimônio líquido, lucro líquido ou prejuízo do exercício;
- ✓ créditos e obrigações entre a investidora e a investida;
- ✓ receitas e despesas em operações entre a investidora e a investida; e
- ✓ evidenciação da parcela do custo de aquisição do investimento em controlada não absorvida na consolidação.

O artigo 20 da Instrução CVM nº 247 determina que as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis individuais da controladora devem conter informações precisas das coligadas e controladas indicando, no mínimo, os seguintes aspectos:

- ✓ denominação da coligada e controlada, o número, espécie e classe de ações ou de cotas de capital possuídas pela investidora, o percentual de participação no capital social e no capital votante, e o preço de negociação em bolsa de valores, se houver;
- ✓ patrimônio líquido, lucro líquido ou prejuízo do exercício, assim como o montante dos dividendos propostos ou pagos, relativos ao mesmo período;
- ✓ créditos e obrigações entre a investidora e as coligadas e controladas, especificando prazos, encargos financeiros e garantias;
- ✓ avais, garantias, fianças, hipotecas ou penhor concedidos em favor de coligadas e controladas;
- ✓ receitas e despesas em operações entre a investidora e as coligadas e controladas;
- ✓ montante individualizado do ajuste, no resultado e patrimônio líquido, decorrente da avaliação do valor contábil do investimento pelo MEP, bem como o saldo contábil de cada investimento no final do período;
- ✓ memória de cálculo do montante individualizado do ajuste, quando este não decorrer somente da aplicação do percentual de participação no capital social sobre os resultados da investida, se relevante;
- ✓ base e fundamento adotados para constituição e amortização do ágio ou deságio e montantes não amortizados; bem como critérios, taxa de desconto e prazos utilizados na projeção de resultados;

- ✓ condições estabelecidas em acordo de acionistas com respeito à influência na administração e distribuição de lucros, evidenciando os números relativos aos casos em que a proporção do poder de voto for diferente da proporção de participação no capital social votante, direta ou indiretamente;
- ✓ participações recíprocas existentes; e
- ✓ efeitos no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado decorrentes de investimentos descontinuados.

O artigo 31 da Instrução CVM nº 247 referente à consolidação determina que as Notas Explicativas contenham informações precisas, indicando:

- ✓ critérios adotados na consolidação e as razões pelas quais foi excluída determinada controlada;
- ✓ eventos subsequêntes à data de encerramento do exercício social que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros consolidados;
- ✓ efeitos, nos elementos do patrimônio e resultado consolidados, da aquisição ou venda de sociedade controlada, no transcorrer do exercício social, assim como da inserção de controlada no processo de consolidação, para fins de comparabilidade das demonstrações contábeis;
- ✓ eventos que ocasionaram diferença entre os montantes do patrimônio líquido e do lucro ou prejuízo líquido da investidora, em confronto com os correspondentes montantes do patrimônio líquido e lucro líquido ou prejuízo consolidados.

4.4.4 Exemplo

Considerando os textos das Instruções CVM nº 247 e nº 285, a seguinte análise pode ser realizada para a contabilização no momento da aquisição. Deve ser considerado como base o artigo 13 da Instrução CVM nº 247 que determina o desdobramento do custo de aquisição em equivalência patrimonial e ágio ou deságio.

De forma inicial, serão utilizados os mesmos dados do exemplo anterior quando foi apresentada a consolidação de acordo com os US-GAAP.

Balancos Iniciais antes da Aquisição (Em \$)				
Investidora		Investida		
		Valor Contábil (VC)	Valor de Mercado (VM)	Diferença VM - VC
Caixa	1.000	Caixa	100	
		Estoques	200	220
		Terrenos	150	180
Total	1.000	Total	450	
		Financiamentos	50	60
Capital	1.000	Capital	400	
Total	1.000	Total	450	40

↳ **Hipótese I: Valor Pago (\$440) = Valor de Mercado > Valor Contábil (\$400)**

· **Diferença**

	Valor Pago	\$440	
(-)	Valor Contábil	<u>(\$400)</u>	\$40

No Brasil, o valor do investimento é desdobrado em equivalência patrimonial de \$400 e em ágio atribuído ao valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos. Na consolidação, esse ágio é eliminado pela adição à respectiva conta da controlada.

Lançamento – Empresa Investidora	
D – Investimentos	\$400
D – Ágio	\$40
C – Caixa	\$440

Balanços Patrimoniais (Em \$)						
Investidora		Investida		Eliminações		Consolidado
				Débito	Crédito	
Caixa	560	Caixa	100			660
		Estoques	200	20		220
		Terrenos	150	30		180
Investimentos	400				400	-
Ágio - Mercado	40				40	-
Total	1.000	Total	450			1.060
		Financiamentos	50		10	60
Capital	1.000	Capital	400	400		1.000
Total	1.000	Total	450			1.060

↳ **Hipótese II: Valor Pago (\$600) > Valor de Mercado (\$440) > Valor Contábil**

· **Diferença**

	Valor Pago	\$600	
(-)	Valor Contábil	<u>(\$400)</u>	\$200

Nesta hipótese, parte do ágio é atribuída ao valor de mercado e a outra à expectativa de lucros futuros.

· **Ágio – Valor de Mercado**

	Valor Mercado	\$440	
(-)	Valor Contábil	<u>(\$400)</u>	\$40

· **Ágio – Expectativa de Lucros Futuros**

	Valor Pago	\$600	
(-)	Valor Mercado	<u>(\$440)</u>	\$160

Na consolidação, o ágio decorrente do valor de mercado é totalmente atribuído aos respectivos ativos e passivos adquiridos, enquanto que o ágio fundamentado é evidenciado de forma destacada no ativo permanente.

Lançamento – Empresa Investidora	
D – Investimentos	\$400
D – Ágio - Valor de Mercado	\$40
D – Ágio - Expectativa Lucros Futuros	\$160
C – Caixa	\$600

Balanços Patrimoniais (Em \$)				
Investidora		Investida	Eliminações	Consolidado
			Débito	
Caixa	400	Caixa	100	500
		Estoques	200	220
		Terrenos	150	180
Investimentos	400			-
Ágio - Mercado	40			-
Ágio - Ex. Luc. Fut.	160			160
Total	1.000	Total	450	1.060
		Financiamentos	50	60
Capital	1.000	Capital	400	1.000
Total	1.000	Total	450	1.060

↪ **Hipótese III: Valor Pago (\$400) = Valor Contábil < Valor de Mercado (\$440)**

· **Diferença**

	Valor Pago	\$400	
(-)	Valor Contábil	<u>(\$400)</u>	Zero

Nessa hipótese não existe diferença entre o valor pago e o valor contábil e não existe a figura do ágio ou deságio, apesar de existir diferença negativa de \$40 entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos e passivos adquiridos.

Lançamento – Empresa Investidora	
D – Investimentos	\$400
C – Caixa	\$400

Balanços Patrimoniais (Em \$)					
Investidora		Investida	Eliminações		Consolidado
			Débito	Crédito	
Caixa	600	Caixa	100		700
		Estoque	200		200
		Terrenos	150		150
Investimentos	400			400	-
Total	1.000	Total	450		1.050
		Financiamentos	50		50
Capital	1.000	Capital	400	400	1.000
Total	1.000	Total	450		1.050

↳ **Hipótese IV: Valor Pago (\$200) < Valor Contábil < Valor Mercado (\$440)**

· **Diferença**

	Valor Pago	\$200	
(-)	Valor Contábil	<u>(\$400)</u>	(200)

Nessa hipótese o deságio de \$200 é fundamentado em expectativa de prejuízo futuro e reconhecido como retificação de investimentos nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora e em conta apropriada no sub-grupo resultado de exercícios futuros (REF) nas Demonstrações Consolidadas. É interessante notar que apesar de existir diferença positiva de \$40 entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos e passivos adquiridos, não se reconhece esse valor, e o deságio decorre exclusivamente da diferença entre o valor pago e o valor contábil.

Lançamento – Empresa Investidora	
D – Investimentos	\$400
C – Deságio	\$200
C – Caixa	\$200

Balanços Patrimoniais (Em \$)						
Investidora		Investida		Eliminações		Consolidado
				Débito	Crédito	
Caixa	800	Caixa	100			900
		Estoque	200			200
		Terrenos	150			150
Investimentos	400				400	-
Deságio	(200)			200		-
Total	1.000	Total	450			1.250
		Financiamentos	50			50
REF					200	200
Capital	1.000	Capital	400	400		1.000
Total	1.000	Total	450			1.250

Após as abordagens das quatro hipóteses, a análise da diferença pode ser obtida por meio do seguinte demonstrativo:

HIPÓTESES	I	II	III	IV
Custo de Aquisição	440	600	400	200
Equivalência Patrimonial	(400)	(400)	(400)	(400)
Ágio ou Deságio	40	200	Zero	(200)
Valor atribuído à diferença do valor pago sobre o mercado	40	40	-	-
Valor atribuído à expectativa de resultado futuro ou direito de exploração, concessão ou permissão	-	160	-	(200)

Verifica-se que, na hipótese I, o valor da diferença é totalmente atribuído aos ativos e passivos.

Na hipótese II uma parte do valor do ágio refere-se à diferença em relação ao valor de mercado dos ativos e passivos da investida e o valor excedente pode ser atribuído às razões de expectativa de lucros futuros e direitos de exploração, concessão ou permissão.

Na hipótese III não existe diferença e, portanto, não existe ágio ou deságio.

Na hipótese IV o deságio é inteiramente atribuído à expectativa de resultado futuro, sendo que uma variante desse procedimento, considerada não aplicável, seria reconhecer o acréscimo decorrente da diferença superior do valor de mercado sobre o valor contábil para os ativos e passivos, no valor de \$40, e um deságio, no valor de \$240.

Partindo desse mesmo exemplo e considerando a Instrução CVM nº 285, podem-se estabelecer outras alternativas admitindo-se variações no valor pago e de mercado.

Admitir-se-á que o valor pago será de \$320 e o valor de mercado será, inicialmente, de \$390; em seguida, de \$300. Assim, o tratamento contábil pode ser evidenciado conforme o seguinte demonstrativo:

Cálculo e Alocação da Diferença		
Valor de Mercado	390	300
(-) Valor Contábil	(400)	(400)
(=) Diferença	(10)	(100)
Valor Pago	320	320
(-) Valor Mercado	(390)	(300)
(=) Diferença	(70)	20
Valor Pago	320	320
(-) Valor Contábil	(400)	(400)
(=) Deságio	(80)	(80)
- Valor atribuído à diferença entre o valor de mercado e o contábil	(10)	(80)
- Valor atribuído à diferença entre o valor pago e o de mercado	(70)	-

Pode-se concluir que se o valor de mercado estiver entre o valor pago e o valor contábil, o valor de mercado deve ser atribuído aos ativos e passivos, sendo a diferença adicional considerada como deságio em resultados de exercícios futuros no Balanço Consolidado. Entretanto, se o valor de mercado for inferior ao valor pago, o deságio será atribuído aos ativos e passivos até o limite do custo de aquisição.

4.5 Referências Bibliográficas

BRASIL, *Lei nº 6.404*, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

_____. *Lei nº 9.457*, de 05 de maio de 1997. Altera dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

_____. *Instrução CVM nº 247*, de 27 de março de 1996.

_____. *Instrução CVM nº 285*, de 31 de julho de 1998.

CAPÍTULO V

ANÁLISE COMPARATIVA

5. ANÁLISE COMPARATIVA

Este capítulo tem a finalidade de analisar as principais similaridades e diferenças referentes às operações de Business Combination e Consolidação de acordo com as principais normas norte-americanas, internacionais e brasileiras.

5.1 Introdução

Os US-GAAP têm normas específicas para: 1) investimentos em sociedades coligadas e *joint ventures*, incluindo o método de equivalência patrimonial; 2) operações de *Business Combination*; 3) ativos intangíveis; e 4) investimentos em sociedades controladas, incluindo a consolidação das Demonstrações Contábeis. Esses temas estão previstos no IASC, que inclui os investimentos em sociedades controladas em conjunto e a consolidação proporcional das Demonstrações Contábeis.

No Brasil, a CVM estabelece em uma única Instrução os procedimentos para os investimentos em sociedades coligadas e controladas, o método de equivalência patrimonial, o ágio e deságio, a consolidação plena e proporcional das Demonstrações Contábeis.

Apesar da diferença em relação ao número de normas emitidas pode-se afirmar que o Brasil tem avançado no que diz respeito à exigência de evidenciação da consolidação proporcional das Demonstrações Contábeis. Por outro lado, pode-se dizer que existe um atraso em relação à contabilização e avaliação das operações de *Business Combination*.

Uma diferença significativa é verificada nos investimentos societários com influência significativa. Os US-GAAP utilizam o termo "investida" abrangendo as empresas coligadas e *joint ventures*. O IASC denomina "associada", e as normas brasileiras, "coligada", o tipo de sociedade investida com influência significativa.

Conforme os US-GAAP e o IASC o parâmetro básico para investimento em coligada é a participação mínima de 20% do capital votante da investida. No Brasil, o percentual mínimo é de 10% do capital social da investida e é apresentada uma inovação com o conceito de equiparada à coligada, adotando o percentual mínimo de 10% sobre o capital votante.

5.2 Definições

O IASC tem uma seção de definições, enquanto que os US-GAAP e a legislação brasileira definem os termos no contexto. O quadro abaixo evidencia a correlação dos principais termos utilizados segundo as normas do Brasil, US-GAAP e IASC.

Quadro 7 – Análise Comparativa dos Termos

BRASIL	US-GAAP	IASC
Coligada	Investida	Associada
Controlada	Subsidiária	Subsidiária
Controladora	<i>Parent</i>	<i>Parent</i>
Ágio	<i>Goodwill</i>	<i>Goodwill</i>
Deságio	<i>Goodwill</i> Negativo/Crédito Diferido	<i>Goodwill</i> Negativo
Acionistas Não Controladores	Participação Minoritária	Participação Minoritária
	<i>Pooling</i>	<i>Pooling</i>
	<i>Purchase</i>	<i>Purchase</i>

A seguir são analisados os principais termos:

↳ **Controlada**

O conceito de empresa subsidiária está presente nas determinações com conotação equivalente nos US-GAAP e IASC que definem subsidiária como uma empresa que é controlada, direta ou indiretamente, por outra empresa. Essa definição é equivalente ao conceito de sociedade controlada contida na Instrução CVM nº 247, tendo uma abordagem mais ampla.

↳ **Controladora**

Todas as normas adotam basicamente o mesmo significado, sendo que o termo "*parent*" utilizado pelos US-GAAP e IASC refere-se à sociedade controladora pelas normas brasileiras.

↳ **Controle**

O IAS 27 define controle como “o poder de dirigir as políticas operacionais e financeiras de uma empresa com o objetivo de obter benefícios decorrentes de suas atividades”. A Instrução CVM nº 247 é coerente com a linha do IASC, concentrando o enfoque de controle na existência de direitos de sócio que assegurem de modo permanente a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores. A legislação brasileira também admite a existência de controle em função de acordo de acionistas.

Os US-GAAP determinam que o critério básico para Consolidação é a propriedade de mais de 50% das ações com direito a voto. Entretanto, também admite que o controle possa existir com participação inferior a 50% citando, como

exemplo, condições contratuais, arrendamento, acordo ou decisões judiciais. A CVM mantém essa característica e amplia as circunstâncias que evidenciam o controle.

➡ **Goodwill**

Os US-GAAP definem como sendo o excesso do custo de aquisição do investimento sobre o valor de mercado atribuído aos ativos líquidos. Esse termo e o cálculo são os mesmos utilizados pelo IASC. Entretanto, as normas brasileiras utilizam o termo *ágio* desde que em função da expectativa de lucros futuros, e também é calculado por meio da diferença entre o preço de aquisição e o valor de mercado dos ativos e passivos adquiridos.

Quanto à amortização do *goodwill*, os US-GAAP e o IASC determinam que o prazo deve ser estabelecido de acordo com a vida útil econômica estimada do investimento.

Entretanto, os limites desse prazo são diferentes. Nos Estados Unidos, o prazo máximo é de 40 anos. O IASC determina um prazo de até 20 anos, a não ser que seja justificado um período maior. No Brasil, o *ágio* por expectativa de lucros futuros deve ser amortizado também com base na expectativa de benefício, limitada ao prazo máximo de 10 anos. A CVM também determina que o *ágio* decorrente da aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegadas pelo Poder Público deve ser amortizado no prazo estimado ou contratado de utilização, de vigência ou de perda de substância econômica, ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento.

Nas determinações do FASB, do IASC e da CVM verifica-se a necessidade da avaliação contínua da capacidade de geração de lucros do *goodwill* ou *ágio*.

↪ **Goodwill Negativo**

Os US-GAAP o definem da mesma forma que o *goodwill*. Contudo, no processo de cálculo o valor da diferença entre o valor de mercado dos ativos e passivos e o custo de aquisição é alocado através da redução pela quantia máxima dos ativos não circulantes, com exceção de títulos e valores mobiliários. Após essa alocação o valor excedente deve ser reconhecido como crédito diferido.

O IASC também utiliza o termo *goodwill* negativo e sua definição segue, de forma básica, a dos US-GAAP. Entretanto, deve ser classificado no ativo como redutor do *goodwill* positivo e pode ser fundamentado ou não em expectativa de despesas e prejuízos futuros.

A CVM utiliza o termo deságio quando a empresa investida é adquirida por um valor inferior ao contábil. No balanço da controladora é tratado como retificação do saldo da conta investimentos. No Balanço Consolidado, se o deságio for decorrente da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos e passivos, deve-se reduzir a conta utilizada pela controlada. O deságio decorrente da expectativa de prejuízos futuros deve ser evidenciado em resultados de exercícios futuros.

No processo de amortização do *goodwill* negativo as normas norte-americanas e brasileiras seguem um tratamento consistente com a amortização do *Goodwill* quando decorrente de expectativa de resultado futuro. Entretanto, uma diferença importante é observada no IASC, que reconhece o *goodwill* negativo como receita na medida em que se realizam as expectativas de despesas ou prejuízos futuros previstos.

Caso contrário, a quantia do *goodwill* negativo não excedente ao valor de mercado dos ativos não monetários adquiridos deve ser reconhecida como receita com base na vida útil média dos ativos não monetários depreciables, e a quantia excedente deve ser reconhecida imediatamente como receita.

↳ **Participação Minoritária**

Os US-GAAP e o IASC adotam basicamente o mesmo significado, enquanto que as normas brasileiras utilizam o termo “participação dos acionistas não controladores”, referindo-se tanto às ações ordinárias com direito a voto, quanto às ações preferenciais que, geralmente, não concedem esse direito.

↳ **Pooling**

Os US-GAAP e o IASC utilizam esse método no reconhecimento das operações de *Business Combination* (incorporação, fusão e aquisição) e é fundamentado na troca mútua de ações com direito a voto, mantendo a porcentagem de participação dos acionistas das empresas combinadas, e na manutenção dos valores contábeis das empresas combinadas. Nas normas brasileiras não existe a denominação e nem o reconhecimento desse método.

↳ **Purchase**

Os US-GAAP e o IASC utilizam esse método no reconhecimento das operações de *Business Combination* e é fundamentado na identificação da empresa compradora/investidora nas aquisições de participações societárias com a obtenção de controle sobre a investida. Essas operações são também denominadas de *purchase business combination*.

5.3 Tratamento Contábil

Quadro 8 – Análise Comparativa dos Métodos de Avaliação

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO			
	US-GAAP	IASC	BRASIL
<i>POOLING</i>	✓ Previsto	✓ Previsto	☒ Não Previsto
<i>PURCHASE</i>	✓ Previsto	✓ Previsto	☒ Não Previsto

Conforme o quadro, no Brasil não existem legislação e denominação específicas para as operações de *Business Combination*, enquanto que as normas norte-americanas e internacionais abrangem dois métodos para a contabilização das operações de *Business Combination*: *purchase* (método da compra) e *pooling of interests* (método da comunhão de interesses).

Os métodos são mutuamente exclusivos, tendo que haver a opção por uma alternativa em função da característica da transação. Uma operação para ser definida como *pooling* e contabilizada com base nos valores contábeis tem que atender, de forma obrigatória, às restrições determinadas. Se os critérios específicos não forem atendidos a transação deve ser contabilizada de acordo com o método da compra.

Nos Estados Unidos, um procedimento contábil específico adicional denominado "*Push-Down Accounting*" é, às vezes, exigido pela SEC e se fundamenta na evidenciação dos efeitos de transações realizadas pela investidora nas Demonstrações Contábeis da sociedade investida. Na hipótese de a investidora pagar um preço diferenciado pelos ativos ou passivos da investida, a própria sociedade investida reconhece o efeito dessa variação nas respectivas Demonstrações Contábeis.

5.4 Pooling

Um aspecto muito importante decorre das diversas restrições existentes para aplicação do método do *pooling*. Tanto os US-GAAP quanto o IASC mencionam diversos requisitos para uma operação se qualificar como uma efetiva comunhão de interesses. Esse fato é mencionado pela FIPECAFI (1995:778), afirmando que:

"Se, como é mais raro acontecer, existe de fato uma junção de duas empresas que passam a existir como se fossem uma só (nova ou sob nome de uma delas), sem que haja preponderância dos administradores ou controladores de uma sobre a outra, aí sim, e somente nessas condições a fusão ou incorporação mantém os valores contábeis antigos de ambas."

O IASC ressalta que o *pooling* somente é aplicado em circunstâncias excepcionais onde não é possível identificar a empresa adquirente. Os requisitos abrangem a identificação da empresa adquirente e valores de mercado semelhantes aos das empresas combinadas. Em relação ao porte das empresas combinadas, verifica-se que não existe esse requisito nas normas norte-americanas.

Os US-GAAP estabelecem doze requisitos mais abrangentes. Através da análise desses requisitos pode-se constatar que uma empresa adquirente deve ter um plano detalhado de combinação previsto com pelo menos dois anos de antecedência da combinação e o controle efetivo de dois anos após a combinação. Caso contrário, uma operação de *Business Combination* contabilizada pelo *pooling* pode ser cancelada e contabilizada retroativamente pelo método da compra.

O próximo quadro apresenta as seguintes formas de combinação de empresas contabilizadas pelo *pooling*.

Quadro 9 – Análise Comparativa das Formas de Combinação Contabilizadas pelo *Pooling*

	US-GAAP	IASC	BRASIL
Fusão	✓ Prevista	✓ Prevista	☒ Não prevista
Incorporação	✓ Prevista	✓ Prevista	☒ Não prevista
Combinação/Aquisição	✓ Prevista	✓ Prevista	☒ Não prevista

Para as operações de *Business Combination* reconhecidas pelo *pooling* os US-GAAP e IASC prevêm três formas de combinação: 1) fusão, em que uma nova entidade contábil e jurídica é estabelecida para a empresa resultante da combinação; 2) incorporação, em que a adquirente continua as operações da adquirida, a qual é extinta; e 3) combinação pela aquisição, em que as empresas combinadas permanecem juridicamente separadas.

No Brasil as operações de fusão e incorporação são contabilizadas de acordo com a conotação jurídica e o método do *pooling of interests* **não é previsto de forma direta**. Entretanto, pode-se verificar que a maior parte das incorporações e fusões realizadas no país podem ser contabilizadas de forma semelhante ao *pooling*, no sentido de que seriam realizadas com base nos valores contábeis das empresas. A legislação societária possibilita a utilização dos valores contábeis e de mercado, apesar da utilização desse último poder penalizar a empresa em termos tributários. No entanto, outras especificações do método do *pooling*, como: a troca mútua de ações, o reconhecimento retroativo das receitas e despesas das empresas combinadas, e a evidenciação de fatos anteriores à data da combinação não são aplicados.

5.5 *Purchase*

O método da compra é previsto pelos US-GAAP e IASC no reconhecimento das operações de *Business Combination* quando existe a identificação da empresa compradora/investidora.

Nas normas brasileiras não existe uma denominação específica para esse método. Entretanto, os procedimentos estabelecidos pela CVM para a avaliação dos investimentos em controladas são semelhantes ao *purchase*.

O IASC aborda a aquisição e o método da compra de forma mais abrangente do que os US-GAAP. Entretanto, os procedimentos para a aplicação do método são similares, sendo efetuado o reconhecimento do valor de mercado dos ativos e passivos adquiridos e do *goodwill* positivo ou negativo.

Esse método tem como principal característica o reconhecimento do valor de mercado de todos os ativos adquiridos e passivos assumidos.

O *purchase* deve abranger, de forma básica, três valores da sociedade investida:

- 1) valor pago ou custo de aquisição;
- 2) valor de mercado; e
- 3) valor contábil.

As normas determinam tratamentos específicos para a diferença em relação ao valor contábil do investimento, conforme o seguinte quadro:

Quadro 10 – Análise Comparativa do Ágio e Deságio

	US-GAAP	IASC	BRASIL
Goodwill Ágio	Excesso do Valor Pago sobre o <i>Fair Value</i>	Excesso do Valor Pago sobre o <i>Fair Value</i>	Custo de Aquisição menos Equivalência Patrimonial
Fundamento	Expectativa de Lucro Futuro	Expectativa de Lucro Futuro	1. V. Mercado e V. Contábil 2 V. Pago e V. Mercado 2a. Expectativa de Lucro Futuro 2b. Concessão/Exploração/Permissão
Amortização	Até 40 anos	Vida Útil Definida 20 anos Acima de 20 anos com Justificativa	1. Realização do Ativo 2a. 10 anos 2b. Prazo estabelecido Sem Fundamento: Perda
Goodwill Negativo Deságio	Excesso do Valor Pago sobre o <i>Fair Value</i>	Excesso do Valor Pago sobre o <i>Fair Value</i>	Custo de Aquisição menos Equivalência Patrimonial
Fundamento	Expectativa de Prejuízo Futuro	Expectativa de Prejuízo Futuro	1. V. Mercado e V. Contábil 2. V. Pago e V. Mercado 2a. Expectativa de Prejuízo Futuro
Amortização	Até 40 anos	Na medida em que ocorrerem os Prejuízos Sem Fundamento: Vida Útil dos Ativos Não Monetários Depreciáveis e Receita Imediata	1. Realização do Ativo 2a. 10 anos Sem Fundamento: Baixa por Alienação ou Precimento do Investimento

Nos US-GAAP e IASC, a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento é desdobrada em duas parcelas: a) diferença do valor de mercado sobre o valor contábil, que é atribuída aos respectivos ativos e passivos adquiridos; e b) excesso líquido do valor pago sobre o valor de mercado, reconhecido como *goodwill* ou *goodwill* negativo.

Os US-GAAP determinam que o *goodwill* e o *goodwill* negativo decorrente da aquisição devem ser fundamentados com base na expectativa de resultados futuros, enquanto que no IASC o *goodwill* deve ser fundamentado em expectativa de lucros futuros, e o *goodwill* negativo pode ou não ser fundamentado em expectativa de despesas e prejuízos futuros.

No Brasil, o ágio ou deságio deve indicar o fundamento econômico que o determinou. O ágio abrange uma figura equivalente ao *goodwill* e representa a diferença entre o valor pago e o valor contábil. Existe a obrigação do reconhecimento do valor de mercado dos itens patrimoniais e a respectiva diferença sobre o valor contábil deve constituir a primeira razão para a existência do ágio ou deságio. Os outros aspectos econômicos decorrem da expectativa de resultado futuro e do direito de exploração, concessão ou permissão delegadas pelo Poder Público.

As principais diferenças entre o *pooling* e *purchase* são evidenciadas a seguir:

Quadro 11 – Análise Comparativa: *Pooling* e *Purchase*

	<i>POOLING</i>	<i>PURCHASE</i>
Fundamento	Troca de Ações	Compra de Ações
Avaliação dos Ativos	Valor Contábil	Valor de Mercado
Goodwill	Não Reconhecido	Reconhecido
Amortização do Goodwill	Inexistente	Subsequente à aquisição
Reserva de Ágio	Ajustada para acompanhar as mudanças no Valor Nominal* das ações	Reconhecimento do Valor de Mercado das ações emitidas na aquisição
Receitas e Despesas	Reconhecimento retroativo das Receitas e Despesas das empresas combinadas	Adicionadas somente após a data da Aquisição
Custo da Transação	Tratado imediatamente como Despesa	Incluído como parte do custo de aquisição, salvo se incorrido com a emissão de ações quando reduz a Reserva de Ágio
Despesa de Depreciação	Valores Históricos de Custo	Valor de Mercado

* Caso as ações não tenham valor nominal, a reserva de ágio não é ajustada e permanece inalterada.

5.6 Consolidação

As normas reconhecem a superioridade em termos de qualidade informativa das Demonstrações Consolidadas. Em relação às Demonstrações Contábeis individuais da sociedade controladora, o Brasil obriga a sua evidenciação, enquanto que o IASC a admite, considerando a legislação de cada país. Os US-GAAP determinam a evidenciação das Demonstrações Consolidadas como fundamentais para os acionistas majoritários e permite a evidenciação das demonstrações da controladora para atendimento dos acionistas minoritários e credores através de uma coluna adicional às Demonstrações Consolidadas. Dessa forma as demonstrações da controladora não podem ser apresentadas de forma isolada.

5.6.1 Consolidação *versus* Método de Equivalência Patrimonial

De acordo com os US-GAAP o impacto líquido no resultado e no patrimônio líquido deverá ser idêntico, admitindo-se que as controladas sejam consolidadas ou avaliadas pelo MEP. No Brasil essa condição não é aplicada, pois a base do cálculo do MEP é o patrimônio líquido da investida e não seu lucro líquido proporcional. Nesse contexto, o Balanço Patrimonial é mais importante para fins de equivalência do que a Demonstração do Resultado, sendo que o impacto líquido no resultado pode ser diferente do impacto líquido no patrimônio líquido. Esse fato justifica o tratamento para o reconhecimento pela investidora de ajustes de exercícios anteriores e dos acréscimos patrimoniais reconhecidos como reserva de capital na investida.

Uma essência fundamental do método de equivalência patrimonial e da consolidação refere-se à eliminação das operações realizadas entre as empresas sob o mesmo controle. Esse aspecto está relacionado com o princípio da realização da receita e objetiva evitar a possibilidade de manipulação do resultado através de transações entre companhias integrantes do mesmo grupo econômico, sendo fundamental a realização com terceiros para o reconhecimento do efeito contábil da transação.

De acordo com os US-GAAP, na aplicação do MEP é eliminado o resultado não realizado somente na proporção que cabe à investidora, enquanto que na consolidação o efeito completo da transação entre companhias é eliminado. No Brasil, apenas o lucro não realizado é eliminado.

Os US-GAAP determinam que todos os efeitos das transações entre investidora e investidas que gerem lucros ou prejuízos não realizados entre as empresas devem ser eliminados até que sejam realizadas com terceiros. Em decorrência, pode-se concluir que o prejuízo não realizado também é eliminado, diferentemente do Brasil.

Outra conclusão é a eliminação tanto das transações *up-stream* (venda da controlada para a controladora) como também *down-stream* (venda da controladora para a controlada). No Brasil, somente a primeira transação é prevista para aplicar o MEP, enquanto que a segunda, para o processo de consolidação.

5.6.2 Quando Consolidar

Todas as normas determinam que os resultados das operações de uma subsidiária sejam incluídos nas Demonstrações Consolidadas a partir da data em que o controle da subsidiária adquirida for efetivamente transferido à controladora.

A aquisição de uma nova subsidiária gera sempre a necessidade de evidenciação em Nota Explicativa, sendo que os US-GAAP determinam a necessidade de uma Demonstração “Pró-Forma”.

As normas norte-americanas, internacionais e brasileiras têm essencialmente o mesmo princípio do controle para a política de consolidação. Entretanto, o IASC e a CVM ampliam o princípio de controle, enquanto que os US-GAAP são mais restritos e tendem a focar a participação majoritária com poder de voto.

Dessa forma, uma importante diferença considerada na prática de consolidação entre US-GAAP, IASC e CVM refere-se à diretriz de inclusão de subsidiárias. Pode-se considerar que seja provável que um número maior de controladas seria qualificado para consolidação sob as normas internacionais e brasileiras do que sob as normas norte-americanas.

Por outro lado, poderia ocorrer menor quantidade de Demonstrações Consolidadas divulgadas de acordo com as normas do IASC em virtude do dispositivo que dispensa a evidenciação para as controladoras que são subsidiária integral, ou virtualmente integral, de outra empresa controladora.

O IAS 27 permite que uma empresa controladora, que é subsidiária integral ou virtualmente integral de outra entidade controladora, não evidencie as Demonstrações Consolidadas, admitindo que os usuários poderiam ser melhor atendidos pelas Demonstrações Consolidadas da principal controladora. Essa exceção não é prevista nos Estados Unidos e no Brasil.

De modo geral, as normas são similares e prescrevem a contabilização para as situações em que entidades seriam consolidadas e a elaboração das Demonstrações Consolidadas.

5.6.2.1 Exclusão de Subsidiárias

As normas norte-americanas, internacionais e brasileiras excluem uma subsidiária da consolidação quando o controle sobre a subsidiária é temporário. O IAS 27 e a Instrução CVM nº 247 consideram uma subsidiária temporariamente controlada quando ela é adquirida e mantida exclusivamente com a finalidade de ser vendida em um futuro próximo. Por outro lado, o ARB 51 não define e nem descreve as circunstâncias sob as quais o controle é temporário. Entretanto, pode-se entender que as práticas norte-americanas têm a mesma interpretação mencionada pelo IASC e CVM.

Todas as normas prevêm outra exceção. O ARB 51 exclui entidades se o controle não for exercido pelo poder de voto majoritário, citando como exemplo uma subsidiária operando sob regime de falência ou em reorganização legal.

O IAS 27 exclui entidades que operam sob severas restrições de longo prazo, as quais prejudicam de forma relevante a habilidade de transferir recursos para a controladora. A Instrução CVM nº 247 refere-se à perda de continuidade. Os US-GAAP apresentam ainda a impossibilidade de consolidar uma controlada quando o acionista minoritário possui prerrogativas relevantes de veto e participação em decisões fundamentais.

O IAS 27 estipula que as subsidiárias não consolidadas sejam contabilizadas pelo custo ou valor reavaliado ou mercado. As normas norte-americanas não determinam um método específico, podendo ser contabilizadas em função das características do investimento pelo MEP, custo ou valor de mercado. A Instrução CVM nº 247 determina que as controladas não consolidadas sejam avaliadas pelo MEP. O quadro abaixo evidencia quando ou não consolidar.

Quadro 12 – Análise Comparativa: Quando ou Não Consolidar

	US-GAAP	IASC	BRASIL
Controle	✓ Previsto	✓ Previsto	✓ Previsto
Participação > 50%	✓ Previsto	✓ Previsto	✓ Previsto
Exceções			
Controle Temporário	✓ Previsto	✓ Previsto	✓ Previsto
Restrições de Longo Prazo	✓ Previsto	✓ Previsto	✓ Previsto
Subsidiária Virtualmente Integral	✗ Não Previsto	✓ Previsto	✗ Não Previsto
Subsidiária Integral	✗ Não Previsto	✓ Previsto	✗ Não Previsto

5.6.3 Como Consolidar

O IAS 27 descreve especificamente o processo de preparação das Demonstrações Consolidadas. O processo é substancialmente o mesmo adotado e aceito nos Estados Unidos e similar ao do Brasil. Entretanto, o IASC e a CVM provêm maior orientação sobre os procedimentos de Consolidação do que os US-GAAP.

A seguir são apresentados os principais procedimentos citados pelas normas:

5.6.3.1 Resultados Não Realizados entre Companhias

As normas do FASB, IASC e do Brasil determinam para fins de consolidação a eliminação dos lucros não realizados nas transações denominadas *up-stream* e *down-stream*.

Uma das principais diferenças entre as normas brasileiras, norte-americanas e internacionais refere-se à eliminação dos prejuízos não realizados. Os US-GAAP determinam a eliminação dos prejuízos não realizados seguindo a mesma sistemática dos lucros não realizados. O IASC determina que os prejuízos não realizados sejam eliminados, a menos que o custo do ativo não possa ser recuperado.

A Instrução CVM nº 247 menciona a eliminação somente dos lucros não realizados, portanto, a CVM não permite a eliminação dos prejuízos não realizados decorrentes de transações entre companhias. No Balanço Consolidado deve ser reconhecida a provisão para perdas sobre os respectivos ativos.

Um aspecto interessante é que a CVM não permite a eliminação do prejuízo não realizado apesar de a Lei nº 6.404 se referir aos resultados entre sociedades.

O tratamento estabelecido pela CVM atende aos objetivos da contabilidade no que diz respeito ao princípio do conservadorismo, uma vez que os prejuízos não realizados permanecem de maneira a evidenciar um resultado menos otimista para as expectativas dos usuários da informação contábil.

Nesse contexto podem haver diferenças significativas nos resultados consolidados evidenciados, tanto entre as entidades que seguem os US-GAAP, quanto entre as que seguem as normas do IASC e da CVM.

A seguir são apresentados quatro exemplos que evidenciam as principais diferenças relatadas acima.

5.6.3.1.1 Exemplo de Transação com Estoques *Up-Stream* com Lucro

↳ Dados da Empresa Investida Cia. B

- ⇒ nº de ações = 1.000
- ⇒ valor contábil do patrimônio líquido = \$1.000,00
- ⇒ valor contábil de cada ação = \$1,00

↳ Dados da Empresa investidora Cia. A

- ⇒ número de ações adquiridas = 1.000
- ⇒ participação acionária na Cia. B = 100%
- ⇒ custo do investimento ao valor contábil = \$1.000,00
- ⇒ valor efetivamente pago = \$1.000,00

↪ **Posição Inicial (Em \$)**

Investidora – Cia. A		Investida – Cia. B		Consolidado
		Estoques	1.000	1.000
Investimentos	1.000			-
Total	1.000	1.000	1.000	1.000
Capital	1.000	Capital	1.000	1.000
Total	1.000	1.000	1.000	1.000

Admite-se que a Cia. B vende todos os estoques para a Cia. A pelo valor de \$1.200 a prazo, sendo que a Cia. A permanece com os estoques no seu patrimônio. Nesse caso a eliminação do lucro é prevista no Brasil, US-GAAP e IASC.

Demonstração do Resultado do Exercício (Em \$) – Brasil				
Investidora – Cia. A		Investida – Cia. B		Consolidado
			Débito Crédito	
Res. Equivalência	0	Vendas	1.200	-
		CMV	(1.000)	-
Lucro Líquido	0	Lucro Líquido	200	-

Balanços Patrimoniais (Em \$) – Brasil				
Investidora – Cia. A		Investida – Cia. B		Consolidado
			Débito Crédito	
		Contas a Receber	1.200	-
Investimentos - B	1.000		1.000	-
Estoques	1.200		200	1.000
Total	2.200	1.200		1.000
Contas a Pagar	1.200		1.200	-
Capital	1.000	Capital	1.000	1.000
		Lucros Acumulados	200	-
Total	2.200	1.200		1.000

Demonstração do Resultado do Exercício (Em \$) – US-GAAP e IASC						
Investidora – Cia. A		Investida – Cia. B		Eliminações		Consolidado
				Débito	Crédito	
Res. Equivalência	0	Vendas	1.200 – 200			-
		CMV	(1.000)			-
Lucro Líquido	0	Lucro Líquido	0			-

Balanços Patrimoniais (Em \$) – US-GAAP e IASC						
Investidora – Cia. A		Investida – Cia. B		Eliminações		Consolidado
				Débito	Crédito	
		Contas a Receber	1.200	1.200		-
Investimentos - B	1.000			1.000		-
Estoques	1.200			200		1.000
Total	2.200		1.200			1.000
Contas a Pagar	1.200			1.200		-
		Luc. Não Realizado	200	200		-
Capital	1.000	Capital	1.000	1.000		1.000
Total	2.200		1.200			1.000

Verifica-se que a Cia. A apresenta o resultado de equivalência patrimonial igual a zero, pois o lucro obtido pela Cia. B é um lucro não realizado, gerado internamente. Esse valor deve ser eliminado segundo os US-GAAP, IASC e CVM.

5.6.3.1.2 Exemplo de Transação com Estoque *Up-Stream* com Prejuízo

Considerando os mesmos dados iniciais do exemplo anterior, porém a Cia. B vende os estoques para a Cia. A pelo valor de \$900 a prazo, sendo que a Cia. A permanece com os estoques no seu patrimônio. Nesse caso, as Demonstrações Contábeis são diferentes segundo as normas dos US-GAAP e Brasil. O IASC tem regras específicas.

Demonstração do Resultado do Exercício (Em \$) – Brasil						
Investidora – Cia. A		Investida – Cia. B		Eliminações		Consolidado
				Débito	Crédito	
Receitas	-	Vendas	900			900
		CMV	(1.000)			(1.000)
Lucro Líquido	-	Prejuízo Líquido	(100)			(100)

Balanços Patrimoniais (Em \$) – Brasil					
Investidora – Cia. A		Investida – Cia. B	Eliminações		Consolidado
			Débito	Crédito	
		Contas a Receber	900	900	-
Investimentos - B	1.000			1.000	-
Estoques	900				900
Total	1.900	900			900
Contas a Pagar	900		900		-
Capital	1.000	Capital	1.000	1.000	1.000
		Prej. Acumulados	(100)		(100)
Total	1.900	900			900

Esse posicionamento brasileiro está determinado na Instrução CVM nº 247 (Art. 9, § 2), que afirma que os prejuízos decorrentes de transações com a investidora, coligada e controlada não devem ser eliminados. Entretanto os US-GAAP determinam a eliminação dos prejuízos não realizados.

Demonstração do Resultado do Exercício (Em \$) – US-GAAP						
Investidora – Cia. A		Investida – Cia. B		Eliminações		Consolidado
				Débito	Crédito	
Receitas	-	Vendas	900 + 100			1.000
		CMV	(1.000)			(1.000)
Lucro Líquido	-	Lucro Líquido	0			0

Balancos Patrimoniais (Em \$) – US-GAAP						
Investidora – Cia. A		Investida – Cia. B		Eliminações		Consolidado
				Débito	Crédito	
		Contas a Receber	900	900		-
Investimentos - B	1.000			1.000		-
Estoques	1.000					1.000
Provisão p/ Perdas	(100)			100		
Total	1.900		900			1.000
Contas a Pagar	900			900		-
		Prej. Não Realizado	(100)	100		
Capital	1.000	Capital	1.000	1.000		1.000
Total	1.900		900			1.000

O IASC tem um posicionamento específico. Se o prejuízo obtido com o estoque tiver condições de ser recuperado, esse prejuízo é eliminado, sendo que as Demonstrações Contábeis são as mesmas apresentadas para os US-GAAP. Caso o prejuízo não tenha condições de ser recuperado, esse prejuízo deve ser mantido e as Demonstrações Contábeis são as mesmas apresentadas para o Brasil.

5.6.3.1.3 Exemplo de Transação com Estoques *Down-Stream* com Lucro

↳ Dados da Empresa investida Cia. Beta

- ⇒ nº de ações = 150
- ⇒ valor contábil do patrimônio líquido = \$150,00
- ⇒ valor contábil cada ação = \$1,00

↳ Dados da Empresa investidora Cia. Alfa

- ⇒ número de ações adquiridas = 150
- ⇒ participação acionária na Cia. Beta = 100%
- ⇒ custo do investimento ao valor contábil = \$150,00
- ⇒ valor efetivamente pago = \$150,00

Balancos Patrimoniais (Em \$)			
Investidora – Cia. Alfa		Investida – Cia. Beta	Consolidado
		Caixa 150	150
Estoques	100		100
Investimentos	150		-
Total	250	150	250
Capital	250	Capital 150	250
Total	250	150	250

Admite-se que a Cia. Alfa vende todos os estoques para a Cia. Beta pelo valor de \$120,00 à vista, e a Cia. Beta não vende os estoques para terceiros. Nesse caso, o procedimento de eliminar esse lucro está previsto nos US-GAAP, IASC e Brasil.

Demonstração do Resultado do Exercício (Em \$) – Brasil				
Investidora – Cia. Alfa	Investida – Cia. Beta	Eliminações		Consolidado
		Débito	Crédito	
Vendas 120		20		100
(CMV) (100)				(100)
Lucro Líquido 20			20	0

Balanços Patrimoniais (Em \$) – Brasil				
Investidora – Cia. Alfa		Investida – Cia. Beta		Consolidado
			Débito Crédito	
Caixa	120	Caixa	30	150
Estoque	0	Estoque	120	100
Investimentos - Beta	150		150	-
Total	270	150		250
Capital	250	Capital	150	250
Lucros Acumulados	20		20	0
Total	270	150		250

Demonstração do Resultado do Exercício (Em \$) – US-GAAP e IASC				
Investidora – Cia. Alfa		Investida – Cia. Beta		Consolidado
			Débito Crédito	
Vendas	120 - 20			100
(CMV)	(100)			(100)
Lucro Líquido	0			0

Balanços Patrimoniais (Em \$) – US-GAAP e IASC				
Investidora – Cia. Alfa		Investida – Cia. Beta		Consolidado
			Débito Crédito	
Caixa	120	Caixa	30	150
Estoque	0	Estoque	120	100
Investimentos - Beta	150		150	-
Total	270	150		250
Receita Diferida	20		20	-
Lucros Não Realizados				
Capital	250	Capital	150	250
Total	270	150		250

Na consolidação a controladora não deve reconhecer o resultado que foi gerado internamente pelo grupo, somente os resultados obtidos perante terceiros. Torna-se importante ressaltar que os resultados não realizados já são eliminados nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora, pois de acordo com o APB 18 a empresa controladora não reconhece nenhum resultado com transações intercompanhias.

5.6.3.1.4 Exemplo de Transação com Estoques *Down-Stream* com Prejuízo

Admitem-se os mesmos dados iniciais do exemplo anterior, sendo que a Cia. Alfa vende todos os estoques para a Cia. Beta pelo valor de \$60 à vista, e a Cia. Beta não vende os estoques para terceiros. Nesse caso, as normas contábeis do Brasil e Estados Unidos possuem posicionamento diferenciado quanto à eliminação do prejuízo.

Nas normas brasileiras o prejuízo não realizado na controladora é mantido nas Demonstrações Consolidadas.

Demonstrações do Resultado do Exercício (Em \$) – Brasil				
Investidora – Cia. Alfa	Investida – Cia. Beta	Eliminações		Consolidado
		Débito	Crédito	
Vendas 60				60
(CMV) (100)				(100)
Resultado (40)				(40)

Balanços Patrimoniais (Em \$) – Brasil				
Investidora – Cia. Alfa	Investida – Cia. Beta	Eliminações		Consolidado
		Débito	Crédito	
Caixa 60	Caixa 90			150
Estoques 0	Estoques 60			60
Investimentos - Beta 150			150	-
Total 210	150			210
Capital 250	Capital 150	150		250
Prej. Acumulados (40)				(40)
Total 210	150			210

Segundo os US-GAAP deve-se eliminar o prejuízo não realizado. Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora e nas Demonstrações Consolidadas o prejuízo seria eliminado e o estoque seria mantido de acordo com o valor original.

Demonstração do Resultado do Exercício (Em \$) – US-GAAP					
Investidora – Cia. Alfa		Investida – Cia. Beta	Eliminações		Consolidado
			Débito	Crédito	
Vendas	60 + 40				100
(CMV)	(100)				(100)
Resultado	0				0

Balanços Patrimoniais (Em \$) – US-GAAP				
Investidora – Cia. Alfa	Investida – Cia. Beta	Eliminações		Consolidado
		Débito	Crédito	
Caixa 60	Caixa 90			150
Estoque 0	Estoque 60	40		100
Investimentos - Beta 150			150	-
Total 210	150			250
Receita Diferida (40)			40	-
Prejuízos Não Realizados				
Capital 250	Capital 150	150		250
Total 210	150			250

De acordo com o IASC seria analisado o valor dos estoques. Se o valor de \$60 constituísse o valor líquido de realização o prejuízo seria mantido conforme as normas brasileiras. Caso contrário, o prejuízo seria eliminado segundo as normas dos US-GAAP.

5.6.3.2 Transações entre Companhias

Todas as normas determinam a eliminação, sendo evidenciadas apenas as transações realizadas com terceiros.

5.6.3.3 Tributos Referentes às Transações entre Companhias

Todas as normas determinam que os tributos pagos sobre lucros não realizados devem ser diferidos até que os respectivos ativos sejam vendidos para terceiros.

5.6.3.4 Defasagem de Exercício

Em termos ideais todas as normas determinam que a data de encerramento do exercício social das controladas deve ser coincidente com a data da elaboração das Demonstrações Consolidadas. Entretanto, é aceita a defasagem entre as datas, que deve ser consistente entre os diversos períodos. Os US-GAAP e o IASC aceitam uma diferença de até 90 dias, enquanto que no Brasil, de até 60 dias.

O IAS 27 estipula que essa possibilidade somente pode ser permitida quando existe grande dificuldade prática e afirma que essa defasagem deve ser mantida consistente ao longo dos períodos. Esse aspecto também é previsto no Brasil.

A Instrução CVM nº 247 determina que o período de abrangência das Demonstrações Contábeis de investidas deve ser idêntico ao da investidora, independentemente das respectivas datas de encerramento, admitindo períodos diferentes para os casos em que esse fato represente melhoria na qualidade de informação, sendo a mudança efetuada em Nota Explicativa.

O IASC e a CVM afirmam claramente a necessidade de reconhecimento e evidenciação de ajustes dos efeitos materiais das transações ou eventos relevantes ocorridos entre as datas de encerramento. Os US-GAAP não são totalmente claros, mas deduz-se que esse procedimento deve ser seguido.

5.6.3.5 Uniformidade

A CVM determina a eliminação dos efeitos decorrentes da diversidade de critérios contábeis, referindo-se em especial aos investimentos no exterior. O IASC exige que a prática contábil da investidora e sua coligada ou controlada sejam uniformes, excetuando-se os casos em que seja impraticável. Embora não esteja explicitamente citada, os US-GAAP estabelecem a harmonização de práticas contábeis entre investidora e investida.

5.6.3.6 Aquisições Sucessivas

Quando a controladora obtém o controle sobre a investida através de várias compras de participações societárias os US-GAAP e o IASC determinam a contabilização de cada compra na respectiva data de aquisição pelo método denominado de "*step by step*". No Brasil esse procedimento não é previsto.

5.6.3.7 Venda de Subsidiárias

Os US-GAAP e a CVM determinam que as subsidiárias vendidas durante o exercício sejam evidenciadas pela equivalência patrimonial. O IASC permite a evidenciação pelo custo ou valor reavaliado.

O IAS 27, parágrafo 23, determina que as receitas e despesas da subsidiária vendida devem ser incluídas na consolidação até a data da venda, sendo que o resultado da baixa deve ser incluído em uma linha específica denominada "lucros ou prejuízos na venda de subsidiária". Esse aspecto também é previsto no artigo 28-I da Instrução CVM nº 247 ao exigir a inclusão dos resultados da controlada adquirida ou vendida durante o exercício com base na data do registro ou baixa.

5.6.3.8 Participação Minoritária

Conforme FASB (1996:373-374), a apresentação da participação minoritária não está especificamente mencionada nos pronunciamentos de consolidação norte-americanos, sendo afirmado somente que esta participação deve estar evidenciada de forma destacada no balanço e no resultado consolidados. Assim, o valor pode ser apresentado como um item separado entre o passivo e o patrimônio líquido; ou pode estar destacado no patrimônio líquido ou no passivo.

O IAS 27 e a Instrução CVM nº 247 restringem as alternativas, sendo que a evidenciação deve ser realizada no Balanço Patrimonial como um item separado entre passivo e patrimônio líquido e também apresentada separadamente na Demonstração do Resultado.

5.6.3.9 Métodos de Evidenciação da Participação Minoritária

Os US-GAAP e o IASC mencionam dois tratamentos para evidenciar o valor de mercado dos ativos e passivos adquiridos e do *goodwill* resultante da aquisição, assim como a alocação para os acionistas.

O *parent company concept* refere-se ao tratamento preferencial do IASC e evidencia a participação minoritária de acordo com os valores contábeis originais antes da aquisição e a atribuição de alguma diferença é totalmente destinada aos acionistas controladores. Embora não esteja claramente especificado pela CVM, esse tratamento também é aplicado no Brasil.

O *entity concept* refere-se ao tratamento alternativo do IASC e atribui o valor de mercado dos ativos e passivos adquiridos e do *goodwill* resultante da aquisição para os acionistas controladores e não controladores. Esse tratamento não é previsto no Brasil.

5.6.3.10 Resultados de Subsidiárias

Todas as normas determinam que os resultados das investidas sejam reconhecidos na consolidação quando resultarem de operações com terceiros. Exigem também a eliminação de saldos ou transações realizadas entre companhias. Entretanto, existem diferenças entre as normas no tratamento dos resultados não realizados.

O ARB 51, parágrafo 14, exige a eliminação dos resultados não realizados afirmando que o lucro ou prejuízo **pode** ser alocado proporcionalmente entre os acionistas controladores e os minoritários.

No entanto, apesar da possibilidade de alocar os prejuízos aos acionistas minoritários, seria pouco provável a adoção dessa hipótese, principalmente considerando-se que nos Estados Unidos as empresas valorizam, de forma ampla, a sua imagem perante os investidores.

O IAS 27, especificamente, requer a eliminação total. Portanto, a parcela não realizada é totalmente atribuída aos acionistas controladores.

A CVM é clara em relação ao tratamento da eliminação quando da existência de acionistas minoritários, e determina somente a eliminação dos lucros não realizados, sendo totalmente atribuídos aos acionistas controladores. Para os acionistas minoritários esse lucro é efetivo.

5.6.3.11 Passivo a Descoberto

No processo de consolidação os prejuízos incorridos pelas investidas devem ser alocados para os acionistas controladores, de acordo com a proporção, até o saldo da conta de investimentos. Entretanto, quando os prejuízos das investidas forem elevados gerando passivo a descoberto o tratamento da parcela excedente deve ser analisado.

Os US-GAAP reconhecem essa situação como não usual e estabelece que a parcela excedente à participação dos minoritários e as perdas adicionais devem ser atribuídas ao acionista controlador, admitindo-se que não existe obrigação do minoritário em reconhecer essa parcela. É também abordado que, na ocorrência de futuros ganhos, a participação majoritária deve ser creditada dos prejuízos absorvidos.

O IAS 27 afirma que o excesso de prejuízos é registrado contra a participação minoritária quando esse acionista tem a obrigação de manter o apoio financeiro à investida e possuir recursos para cumprir tal comprometimento.

No Brasil a parcela do passivo a descoberto deve ser atribuída ao investidor se considerada permanente e houver intenção manifesta da investidora em manter o seu apoio financeiro à investida. A investidora deve constituir uma provisão para perdas para eventos que resultarem em perdas não contempladas no Balanço Patrimonial da companhia controlada, incluindo a provisão para cobertura de patrimônio líquido negativo.

No Balanço Consolidado a parcela correspondente à provisão para perdas constituída pela investidora deve ser deduzida do saldo da conta da controlada que tenha dado origem, ou apresentada como Passivo Exigível quando representar expectativa de conversão em exigibilidade.

O próximo quadro apresenta, de forma resumida, os principais procedimentos.

Quadro 13 – Análise Comparativa: Como Consolidar

	US-GAAP	IASC	BRASIL
Lucros Não Realizados	Eliminação Total	Eliminação Total	Eliminação Total
Prejuízos Não Realizados	Eliminação Total	Eliminação Total	Vedada a Eliminação
Uniformidade	Exigida	Exigida	Exigida
Participação Minoritária	Destacada	Destacada entre Passivo e PL	Destacada entre Passivo e PL
EVIDENCIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	<i>Parent Concept</i> <i>Entity Concept</i>	Preferencial Alternativo	Controladores
Defasagem	90 dias	90 dias	60 dias

5.6.4 Evidenciação

Pode-se constatar que as normas dos US-GAAP e IASC exigem um número maior de informações a serem evidenciadas em Notas Explicativas do que as normas brasileiras. Esse fato ocorre devido à ausência de pronunciamentos contábeis brasileiros sobre *Business Combination*. Contudo, mesmo com a emissão de pronunciamentos específicos sobre consolidação, pode-se também constatar que os US-GAAP e o IASC exigem um número maior de evidenciações do que o Brasil.

A principal similaridade entre as normas refere-se à exigência de evidenciação da prática contábil adotada e de informações sobre subsidiárias não consolidadas. Um aspecto observado somente nos US-GAAP é a evidenciação “pró-forma” do resultado do período atual como se a investida tivesse sido adquirida no início do exercício.

5.6.5 Exemplo

Conforme os mesmos dados do exemplo apresentado nos três capítulos anteriores no item sobre consolidação será efetuada uma análise comparativa de acordo com as quatro hipóteses analisadas. Porém, a análise será efetuada com base nas Demonstrações Contábeis segundo as normas brasileiras.

↳ **Hipótese I: Valor Pago (\$440) = Valor de Mercado > Valor Contábil (\$400)**

Conforme os US-GAAP e o IASC a diferença entre o valor pago e o valor contábil é totalmente alocada aos respectivos ativos e passivos da investida. No Brasil essa diferença é reconhecida como ágio nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora e é decorrente da diferença entre o valor de mercado dos ativos e passivos adquiridos e o valor contábil. Na consolidação o ágio é alocado aos respectivos ativos e passivos da investida. Portanto, os Balanços Consolidados são idênticos.

Balanços Patrimoniais (Em \$)					
BRASIL		Eliminações		Consolidado	
Investidora	Investida	Débito	Crédito	US-GAAP IASC	BRASIL
Caixa 560	Caixa 100			660	660
	Estoque 200	20		220	220
	Terrenos 150	30		180	180
Investimentos 400			400	-	-
Ágio 40			40	-	-
Total 1.000	Total 450			1.060	1.060
	Financiamentos 50		10	60	60
Capital 1.000	Capital 400	400		1.000	1.000
Total 1.000	Total 450			1.060	1.060

Considerando-se a contabilização segundo as normas brasileiras, o seguinte lançamento seria realizado para obtenção do balanço em US-GAAP ou IASC:

Lançamento de Conversão	
D – Estoques	20
D – Terrenos	30
C – Financiamentos	10
C – Ágio	40

↳ **Hipótese II: Valor Pago (\$600) > Valor de Mercado (\$440) > Valor Contábil**

Conforme os US-GAAP e IASC parte da diferença entre o valor pago e o valor contábil é alocada de acordo com o valor de mercado dos ativos e passivos adquiridos e o restante é reconhecido como *goodwill*. No Brasil a diferença de \$200 entre o valor pago e o valor contábil é tratada como ágio, sendo que \$40 refere-se ao valor de mercado dos ativos e passivos e \$160 pode ser atribuído à expectativa de lucros futuros e/ou aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegadas pelo Poder Público.

Balanços Patrimoniais (Em \$)					
BRASIL		Eliminações		Consolidado	
Investidora	Investida	Débito	Crédito	US-GAAP IASC	BRASIL
Caixa 400	Caixa 100			500	500
	Estoque 200	20		220	220
	Terrenos 150	30		180	180
Investimentos 400			400	-	-
Ágio - Mercado 40			40	-	-
Ágio - R. Futuro 160				Goodwill 160	160
Total 1.000	Total 450			1.060	1.060
	Financiamentos 50		10	60	60
Capital 1.000	Capital 400	400		1.000	1.000
Total 1.000	Total 450		40	1.060	1.060

Nessa hipótese os balanços são idênticos e o seguinte lançamento seria realizado para obtenção do balanço em US-GAAP ou IASC:

Lançamento de Conversão	
D – Estoques	20
D – Terrenos	30
D – <i>Goodwill</i>	160
C – Financiamentos	10
C – Ágio	200

↳ **Hipótese III: Valor Pago (\$400) = Valor Contábil < Valor de mercado (\$440)**

Nessa hipótese não há diferença entre o valor de compra e o valor contábil, não existindo a figura do ágio/deságio, de acordo com a legislação brasileira. Entretanto, segundo os US-GAAP, a diferença entre o valor pago e o valor de mercado deve ser alocada reduzindo os ativos não correntes, enquanto que o tratamento do IASC exige o reconhecimento dessa diferença como *goodwill* negativo, sendo reconhecido como receita diferida.

Balanços Patrimoniais (Em \$)					
BRASIL			Consolidado		
Investidora	Investida		US-GAAP	IASC	BRASIL
Caixa 600	Caixa 100		700	700	700
	Estoque 200		220	220	200
	Terrenos 150		140	180	150
Investimentos 400			-	-	-
Total 1.000	Total 450		1.060	1.100	1.050
				Receita Diferida 40	
	Financiamentos 50		60	60	50
Capital 1.000	Capital 400		1.000	1.000	1.000
Total 1.000	Total 450		1.060	1.100	1.050

Nessa hipótese é possível se constatar uma das principais diferenças entre as normas. No Balanço Consolidado pelos US-GAAP os estoques e passivos estão a valor de mercado, enquanto que os terrenos, único ativo não circulante, sofrem uma redução decorrente do acréscimo reconhecido nos demais itens. Segundo as normas do IASC os ativos e passivos são reconhecidos pelo valor de mercado e o *goodwill* negativo é reconhecido como receita. No Brasil o Balanço Consolidado mantém os valores contábeis.

Lançamento de Conversão – US-GAAP		Lançamento de Conversão – IASC	
D – Estoques	20	D – Estoques	20
C – Terrenos	10	D – Terrenos	30
		C – Receita Diferida	40
C – Financiamentos	10	C – Financiamentos	10

↳ **Hipótese IV: Valor Pago (\$200) < Valor Contábil < Valor de Mercado (\$440)**

Conforme os US-GAAP o valor da diferença entre o valor pago e o valor contábil deve reduzir os ativos não correntes até atingir a zero, sendo o restante reconhecido como crédito diferido. No IASC essa diferença é reconhecida como *goodwill* negativo. No Brasil os ativos e passivos adquiridos são mantidos aos respectivos valores contábeis e o deságio é classificado como resultados de exercícios futuros (REF).

Demosntrações Contábeis (Em \$)					
BRASIL			Consolidado		
Investidora		Investida	US-GAAP	IASC	BRASIL
Caixa	800	Caixa	100	900	900
		Estoques	200	220	200
		Terrenos	150	0	180
Investimentos	400		-	-	-
Deságio	(200)		-		-
Total	1.000	Total	450	1.120	1.300
		Financiamentos	50	60	50
			C. Diferido 60	Rec. Diferida 240	REF 200
Capital	1.000	Capital	400	1.000	1.000
Total	1.000	Total	450	1.120	1.250

Nessa hipótese é possível se constatar diferenças entre as normas. Os US-GAAP não atribuem valor aos terrenos, enquanto que no IASC os ativos e passivos adquiridos são reconhecidos pelo valor de mercado e o *goodwill* negativo é reconhecido como receita. No Brasil os ativos e passivos adquiridos permanecem com os valores contábeis.

Lançamento de Conversão – US-GAAP		Lançamento de Conversão – IASC	
D – Estoques	20	D – Estoques	20
D – Deságio	200	D – Deságio	200
C – Terrenos	150	D – Terrenos	30
C – Crédito Diferido	60	C – Receita Diferida	240
C – Financiamentos	10	C – Financiamentos	10

5.7 Referências Bibliográficas

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants. *ARB 51 - Accounting Research Bulletins of the AICPA Number 51 – Consolidated Financial Statements*. Emitido em agosto de 1959.

BRASIL. *Lei nº 6.404*, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

_____. *Instrução CVM nº 247*, de 27 de março de 1996.

FASB – Financial Accounting Standards Board. *The IASC – US Comparison Project: a report on the similarities and differences between IASC standards and USGAAP*. USA: Connecticut: Carrie Bloomer, 1996.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável também as demais sociedades*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IASC – International Accounting Standards Committee. *IAS 27 – Consolidated Financial Statements and Accounting for Investments in Subsidiaries*. Revisada em 1994

CONCLUSÃO

6. CONCLUSÃO

Este estudo partiu da importância das operações de *Business Combination* no cenário atual e da necessidade de uniformizar as práticas contábeis nas reorganizações societárias.

Nesse sentido foram abordadas as principais normas contábeis referentes ao tema segundo os US-GAAP, o IASC e o Brasil de acordo com as principais entidades que desenvolvem contínuos estudos para o progresso da Contabilidade.

Em cada capítulo procurou-se destacar as características dos investimentos permanentes em controladas e analisar as principais definições, o tratamento contábil, as principais características e os procedimentos dos métodos de avaliação, a necessidade ou não de consolidação e seus procedimentos, e as evidenciações exigidas.

Dessa Forma, o capítulo referente à análise comparativa evidenciou as principais similaridades e diferenças entre as normas, propiciando uma visão ampla do tratamento atual adotado para as operações de *Business Combination*.

A principal constatação deste estudo é a de que foram observadas várias restrições para a harmonização das práticas contábeis.

Dentre elas uma refere-se especificamente à classificação dos investimentos em participações societárias. Os US-GAAP e o IASC utilizam como parâmetro a participação em ações ordinárias, enquanto que no Brasil os parâmetros utilizados na determinação dos investimentos societários concentram-se no capital social.

Entretanto, foram utilizadas nesse estudo a denominação "ações com direito a voto" ou "ações votantes" ou "ações ou cotas com direito a voto" devido ao fato de que as ações preferenciais podem conceder esse direito.

Uma variável importante nessa classificação é o percentual de participação na investida, sendo que todas as normas exigem mais de 50% no capital votante para as controladas. Porém, os US-GAAP e o IASC utilizam 20% no capital votante para as coligadas enquanto que, no Brasil, é de 10% no capital social.

Uma restrição observada e que pode ser facilmente eliminada refere-se ao termo utilizado no Brasil “participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido” que alude à participação minoritária mencionada pelos US-GAAP e pelo IASC. Deve-se reconhecer que aquele termo é o mais correto considerando-se a realidade brasileira, em que as empresas emitem grande quantidade de ações preferenciais. Nesse cenário é possível controlar uma empresa com a propriedade de um número de ações inferior aos demais acionistas.

Entretanto, a restrição mais acentuada refere-se às operações de *Business Combination*. O FASB e o IASC têm emitido pronunciamentos específicos com métodos de avaliação que enfocam a forma de combinação e procedimentos a serem realizados antes, durante e após a data efetiva de combinação. No Brasil não existe uma legislação específica para o tema.

Observa-se também que os pronunciamentos norte-americanos e internacionais procuram refletir a essência econômica das operações de *Business Combination*, enquanto que no Brasil o reconhecimento contábil segue o impacto jurídico e, principalmente, fiscal da transação.

No entanto, a aplicação dos termos "incorporação" e "fusão" seguem de forma plena o aspecto jurídico, concentrando-se na configuração jurídica da negociação. Dessa forma, se uma empresa é mantida e a outra é extinta, é considerada como incorporação, enquanto que se as duas empresas são extintas sendo constituída uma terceira, é caracterizada a fusão.

Uma significativa diferença observada deve-se ao fato de que somente os US-GAAP e IASC determinam dois métodos específicos de avaliação das operações de *Business Combination: pooling e purchase*, que foram traduzidos nesse estudo, respectivamente, por método da comunhão de interesses e método da compra. No Brasil a Lei nº 6.404 apresenta pouquíssimos procedimentos a respeito, enquanto que a legislação fiscal (Decreto nº 3.000/99) é muito mais abrangente.

Por meio de diversos exemplos foram abordadas as formas jurídicas de *Business Combination* avaliadas pelo método do *pooling*, ou seja, fusão e incorporação e aquisição, bem como o efeito no patrimônio líquido da(s) empresa(s) resultante(s) da combinação.

Embora os US-GAAP e o IASC enfatizem que as aquisições devem ser contabilizadas pelo método da compra, esses também permitem que uma aquisição seja contabilizada pelo método da comunhão de interesses, podendo ser denominada de "combinação por aquisição".

Contudo, por meio de uma análise de acordo com a essência econômica os termos "*pooling of interests*" e "*consolidation*" representam a própria essência da operação de fusão, uma vez que existe a combinação efetiva das empresas com a manutenção da composição acionária.

A rigor, uma operação somente deveria ser caracterizada como incorporação quando existe um acionista dominante, o que ocorre nas aquisições contabilizadas pelo método da compra. No Brasil não existe o reconhecimento do *pooling*, no entanto, pode-se afirmar que existe uma preferência pela manutenção dos valores contábeis para as operações de fusões, incorporações e aquisições.

Uma regularidade importante encontrada nas normas e fundamental para a padronização do método de avaliação para todas as operações de *Business Combination* é a exigência do reconhecimento do valor de mercado para os investimentos em participações societárias.

Dessa forma, demonstra-se que no processo de *Business Combination* estão sendo negociados os ativos líquidos cujo parâmetro significativo é justamente o valor de mercado, gerando informações mais adequadas para a mensuração dos efeitos da aquisição. Na essência, o valor de mercado dos ativos líquidos representa o custo efetivo do comprador e, quando for o caso, o pagamento a mais pela aquisição do controle da sociedade investida.

Contudo, outra significativa restrição relaciona-se diretamente ao cálculo do *goodwill*. A diversidade de tratamentos foi exemplificada de acordo com o FASB, o IASC e a CVM por meio de quatro hipóteses, destacando-se o reconhecimento do *goodwill*/ágio ou *goodwill* negativo/deságio e o impacto nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

No Brasil a Lei nº 6.404/76 utiliza a diferença entre o valor pago e o valor contábil como parâmetro básico para cômputo e alocação do ágio e deságio.

Entretanto, de acordo com a CVM, FASB e IASC, o aspecto central para a determinação do *goodwill* positivo ou negativo é a diferença entre o valor pago e o valor de mercado dos ativos e passivos.

O *goodwill* negativo tem diferentes tratamentos, que são complexos e representam um grande desafio para a harmonização contábil. Os US-GAAP exigem a redução até a quantia máxima dos ativos não circulantes (exceto títulos e valores mobiliários) e o saldo remanescente reconhecido como crédito diferido. Dessa forma, pode-se afirmar que esse tratamento não é correto por gerar informações inadequadas. O IASC determina um procedimento específico ao reconhecê-lo como um ativo redutor do *goodwill* positivo, enquanto que no Brasil o deságio é evidenciado em resultados de exercícios futuros.

Além dessa diversidade de tratamentos, outra diferença relevante refere-se ao período máximo para a amortização do *goodwill*. Os US-GAAP adotam o período máximo de 40 anos, enquanto que o IASC fixa em 20, e a CVM, em 10 anos.

Ressalta-se também que a amortização do *goodwill* negativo e do deságio fundamentados também são diferentes. Os US-GAAP determinam até 40 anos, enquanto que o Brasil, 10 anos, e o IASC estabelece o reconhecimento como receita à medida em que incorrerem os prejuízos previstos. É importante ressaltar que a amortização do *goodwill* negativo/deságio gera receita para a investidora. Nesse contexto, no Brasil procura-se mais rigor com a amortização do deságio não justificado pelos fundamentos econômicos, permitindo-se a sua amortização somente nos casos de venda ou perecimento do investimento.

Dessa forma a CVM tenta evitar o reconhecimento de receitas de forma inadequada, o que é previsto pelo pronunciamento atual do IASC, que permite o reconhecimento imediato da receita.

Assim, torna-se importante para fins de harmonização um período adequado de amortização que reflita a realidade empresarial e que seja praticado em diversos países.

Apesar das restrições mencionadas, dois aspectos positivos observados nos pronunciamentos contábeis analisados são o controle como princípio do processo de consolidação e a superioridade das Demonstrações Consolidadas. Parte-se do pressuposto de que os usuários das Demonstrações Contábeis de uma controladora normalmente estão interessados e necessitam serem informados sobre a posição financeira e os resultados das operações de um grupo de sociedades como um todo. Nesse contexto as necessidades dos usuários podem ser melhores atendidas pelas Demonstrações Contábeis Consolidadas, uma vez que propiciam uma visão integrada do conjunto das empresas.

Um outro fator observado que contribui para a harmonização é a exigência de um número maior de evidenciações que permitem maior transparência para os usuários das Demonstrações Contábeis e do reconhecimento das perdas com os investimentos em controladas, visando melhor aplicação do princípio da competência de exercícios e a convenção do conservadorismo.

Diante dessas constatações foi possível identificar as principais variáveis que afetam a uniformidade das práticas contábeis atuais e estabelecer procedimentos adequados para os investimentos permanentes em controladas que permitam a conversão das Demonstrações Contábeis segundo as normas brasileiras para as regras norte-americanas ou internacionais.

Finalmente, este estudo contemplou a análise dos principais aspectos envolvidos nas operações de *Business Combination* e Consolidação sob o enfoque comparativo, de maneira a explorar as similaridades e diferenças entre as regras contábeis estabelecidas pelos US-GAAP, IASC e Brasil. Contudo, não houve a pretensão de esgotar o assunto, pois o tema desperta interesse e contém complexidades que exigem novos estudos bibliográficos e empíricos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants. *ARB 51 – Accounting Research Bulletins of the AICPA Number 51 – Consolidated Financial Statements*. Emitido em agosto de 1959.

_____ *ARB 43 – Accounting Research Bulletins of the AICPA Number 43 – Restatement and Revision of Accounting Research Bulletins*. Emitido em junho de 1973.

_____ *APB Opinion Nº 16 – Accounting Principles Board of the AICPA Opinion 16 – Business Combinations*. Emitido em agosto de 1970.

_____ *APB Opinion Nº 17 – Accounting Principles Board of the AICPA Opinion 17 – Intangible Assets*. Emitido em outubro de 1970.

_____ *APB Opinion Nº 18 – Accounting Principles Board of the AICPA Opinion 18 – The Equity Method of Accounting for Investments in Common Stock*. Emitido em de março de 1971.

_____ *AIN-APB 18 – The Equity Method of Accounting for Investments in Common Stock: Accounting Interpretations of APB Opinion Nº 18*. Emitida a Interpretação Nº 1 e Nº 2 em novembro de 1971 e Nº 3 em fevereiro de 1972.

_____ *AIN-APB 17 – Intangible Assets: Accounting Interpretations of APB Opinion Nº 17*. Emitidas as Interpretações nº 1 em abril de 1972 e nº 2 em março de 1973.

_____ *AIN-APB 16 – Business Combinations: Accounting Interpretations of APB Opinion Nº 16*. Emitido em março de 1973.

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BASTOS, Lília da Rocha et al. *Manual para a Elaboração de Projetos e Relatórios de Pesquisas, Teses, Dissertações e Monografias*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

BEAMS, Floyd A. *Advanced Accounting*. 6th ed. USA: Prentice Hall, 1996.

BRASIL. *Lei nº 6.404*, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

_____ *Lei nº 9.457*, de 05 de maio de 1997. Altera dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

_____ *Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996.*

_____ *Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998.*

CNBV – Comissão Nacional de Bolsas de Valores. *Introdução ao Mercado de Capitais*. Rio de Janeiro: CNBV, 1991.

DELANEY, Patrick R. et al. *GAAP 97 : Interpretation and Application of Generally Accepted Accounting Principles 1997*. USA: Wiley, 1997.

_____ *GAAP 98 : Interpretation and Application of Generally Accepted Accounting Principles 1998*. USA: Wiley, 1998.

DOWNES, John & GOODMAN, Jordan Elliot. *Dicionário de Termos Financeiros e de Investimento*. São Paulo: Nobel, 1993.

ECO, Umberto. *Como Se Faz Uma Tese*. 13ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

EPSTEIN, Barry J. & MIRZA, Abbas Ali. *IAS 97: Interpretation and Application of Internacional Accounting Standards 1997*. USA: Wiley, 1997.

_____ *IAS 98 : Interpretation and Application of Internacional Accounting Standards 1998*. USA: Wiley, 1998.

FASB – Financial Accounting Standards Board. *FAS 38 – Accounting for Preacquisitions Contingencies of Purchased Enterprises*. Emitido em setembro de 1980.

_____ *FAS 94 – Consolidation of All Majority-Owned Subsidiaries*. Emitido em outubro de 1987.

_____ *FAS 115 – Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities*. Emitido em maio de 1993.

_____ *FIN 9 – Applying APB Opinions Nº 16 and 17 When a Savings and Loan Association or a Similar Institution Is Acquires in a Business Combination Accounted for by the Purchase Method*. Emitido em fevereiro de 1976.

_____ *FIN 35 – Criteria for Applying the Equity Method of Accounting for Investments in Common Stock*. Emitido em maio de 1981.

_____ *EITF 95-3 – Recognition of Liabilities in Connection with a Purchase Business Combination*. Emitido em maio de 1995.

_____ *EITF 96-16 – “Investor’s Accounting for an Investee When the Investor Has a Majority Voting Interest But the Minority Shareholder or Shareholders Have Certain Approval or Veto Rights”*. Emitido em 1996.

_____ *The IASC – US Comparison Project: a report on the similarities and differences between IASC standards and USGAAP*. USA: Connecticut: Carrie Bloomer, 1996.

_____ *Original Pronouncements 1997/98 Edition - Accounting Standards as of June 1, 1997*. USA: Wiley, 1998.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável também as demais sociedades*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

FIPECAFI & Arthur Andersen. *Normas e Práticas Contábeis no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HENDRIKSEN, Eldon S. & BREDER, Michael F. Van. *Accounting Theory*. 5th ed. USA: Irwin, 1991.

HOYLE, John. *Advanced Accounting*. USA: Wiley, 1996.

IASC – International Accounting Standards Committee. *IAS 22 – Business Combinations*. Emitido em 1983 e revisado em 1998.

_____ *IAS 25 – Accounting for Investments*. Emitido em 1988.

_____ *IAS 27 – Consolidated Financial Statements and Accounting for Investments in Subsidiaries*. Emitido em 1988 e revisado em 1994.

_____ *IAS 28 – Accounting for Investments in Associates*. Emitido em 1988 e revisado em 1994.

_____ *Understanding IAS: analysis and interpretation*. United Kingdom: Coopers & Lybrand, 1996.

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. *Princípios Contábeis*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____ *Normas Internacionais de Contabilidade*. São Paulo: IBRACON, 1998.

INTERNET. *International Accounting Standard IAS 22 – Business Combination*. Site: <http://www.iasc.org.uk>. Acessado em 15 de abril de 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

KIESO, Donald E. & WEYGANDT, Jerry J. *Intermediate Accounting*. 9th ed. New York: Wiley, 1998.

MARCANTONIO, Maria Terezinha et al. *Elaboração e Divulgação do Trabalho Científico*. São Paulo: Atlas, 1973.

MARTINS, Eliseu. *Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível*. São Paulo, 1972. Tese de Doutorado. FEA/USP.

Lucros e Dividendos Recebidos de Investimentos Avaliados pela Equivalência Patrimonial – Contabilização. São Paulo: IOB – Informações Objetivas, Boletim Temática Contábil e Balanços, nº 19, Maio de 1996.

Goodwill (Fundo de Comércio) – Um Campo Fértil para o Avanço da Contabilidade. São Paulo: IOB – Informações Objetivas, Boletim Temática Contábil e Balanços, nº 3, 3ª Semana de Janeiro de 1996.

Quais Investimentos Devem Ser Avaliados pela Equivalência Patrimonial? – Há Novidades (I). São Paulo: IOB – Informações Objetivas, Boletim Temática Contábil e Balanços, nº 34, 3ª Semana de Agosto de 1997.

Quais Investimentos Devem Ser Avaliados pela Equivalência Patrimonial? – Há Novidades (II). São Paulo: IOB – Informações Objetivas, Boletim Temática Contábil e Balanços, nº 34, 4ª Semana de Agosto de 1997.

Iniciação à Equivalência Patrimonial Considerando Algumas Regras Novas da CVM (1ª parte). São Paulo: IOB – Informações Objetivas, Boletim Temática Contábil e Balanços, nº 38, 3ª Semana de Setembro de 1997.

Iniciação à Equivalência Patrimonial Considerando Algumas Regras Novas da CVM (2ª e última parte). São Paulo: IOB – Informações Objetivas, Boletim Temática Contábil e Balanços, nº 39, 4ª Semana de Setembro de 1997.

Participações Societárias – Método da Equivalência Patrimonial – Consolidação de Demonstrações Contábeis – Perguntas e Respostas (1ª parte). São Paulo: IOB – Informações Objetivas, Boletim Temática Contábil e Balanços, nº 43, 4ª Semana de Outubro de 1997.

Participações Societárias – Método da Equivalência Patrimonial – Consolidação de Demonstrações Contábeis – Perguntas e Respostas (2ª e última parte). São Paulo: IOB – Informações Objetivas, Boletim Temática Contábil e Balanços, nº 44, 5ª Semana de Outubro de 1997.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MOST, Kenneth S. *Accounting Theory*. USA: Grid, 1977.

NEUMANN, Denise. *Compra de Empresas Atrai o Investimento Externo*. **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, 16 de novembro de 1998, Caderno B, p. 4.

PARKER, Robert & NOBES, Christopher. *International Accounting*. EUA: Wiley, 1998.

SEVERINO, Antonio J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

WILLIAMS, Jan R. *MILLER GAAP GUIDE 1997: A Comprehensive Restatement of Current Promulgated Generally Accepted Accounting Principles*. USA: Harcourt Brace & Company, 1997.

WILSON, James D. et al. *Controllershship, the Work of Managerial Accountant*. 5th ed. USA: Wiley, 1995.